



A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

REALIZAR SONHOS, TRANSFORMAR REALIDADES



A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Realizar sonhos, transformar realidades

1ª edição - São Paulo, 2007



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Worcman, Karen

A história da fundação do Banco do Brasil:
realizar sonhos, transformar realidades / Karen
Worcman. -- 1. ed. -- São Paulo: Museu da
Pessoa, 2007.

ISBN 978-85-60505-03-6

1. Fundação Banco do Brasil - História
I. Título.

07-9063

CDD-332.12230981

Índices para catálogo sistemático:

1. Fundação Banco do Brasil: História
332. 12230981





Crianças atendidas
pelo Projeto AABB
Comunidade

APRESENTAÇÃO

A história da Fundação Banco do Brasil se confunde com a história e o desenvolvimento de muitos municípios e territórios do país. Desde sua criação, em 1985, até os dias atuais, milhares de projetos foram realizados em todas as regiões, com o apoio inestimável da rede de atendimento do Banco do Brasil, diretamente envolvida com a execução e o acompanhamento de nossas ações.

Atualmente com foco na educação, geração de trabalho e renda e reaplicação de tecnologias sociais, o trabalho realizado através de inúmeros projetos ao longo desses anos permitiu à Fundação não só atingir seus objetivos, mas também ser pioneira nas ações de investimento social privado.

O livro *A História da Fundação Banco do Brasil: Realizar Sonhos, Transformar Realidades* é apenas um viés dessa rica história, em que seus protagonistas transformaram profundamente a realidade de comunidades. Do FUNDEC ao DRS, juntamente com o Banco do Brasil, o investimento social da Fundação se faz presente. Os personagens que protagonizam essa publicação são porta-vozes de todos que contribuíram efetivamente na realização dessas ações transformadoras.

Agradecemos a todos aqueles que aqui participaram com suas histórias, fotografias e documentos pessoais. Por suas lembranças individuais e registros foi possível conhecer e organizar aspectos importantes da história da Fundação, que tem sua origem no compromisso do Banco do Brasil com o apoio às comunidades desassistidas em todo o país, desde ocasiões remotas e em momentos históricos, até os dias atuais, em que vigoram modernos princípios de responsabilidade socioambiental.

Jacques de Oliveira Pena
Presidente da Fundação Banco do Brasil



1



2



4



3

1. Fruto do cacau. BA, 2006

2. A Fundação Banco do Brasil apóia projetos que visam ações de desenvolvimento local, como as comunidades indígenas. S.I., s.d.

3. Jovens da Rádio Margarida, que desenvolveu a tecnologia social Rádio Novela, certificada pela Fundação Banco do Brasil. Belém, PA, 2005

4. Manejo de Açaizais Nativos de Várzea para Comunidades Ribeirinhas do Estuário Amazônico, tecnologia social finalista do 3º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. PA, 2005



1



2

1. Projeto Café com Floresta, desenvolvido pelo Instituto Ipê, premiado no 3º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Pontal do Paranapanema, SP, 2005
2. Farmácia da Partilha, tecnologia social certificada pela Fundação Banco do Brasil. PR, 2005
3. Projeto Piloto para Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais). Nova Xavantina, MT, 2005
4. Acolhida, Acompanhamento e Reinserção Familiar da Criança com Direitos Violados e Prevenção do Abandono, finalista do 3º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Belo Horizonte, MG, 2005
5. Ônibus da Rádio Margarida, certificada pela Fundação Banco do Brasil como Tecnologia Social. Belém, PA, 2005



3



5



4

PREFÁCIO

Ao completar 20 anos, a Fundação Banco do Brasil optou pela realização de um projeto maior. Escolheu devolver para a sociedade a sua própria história e promover a possibilidade de que outras instituições também o fizessem. Apoiou-se na crença de que a memória é coletiva e de que o registro do conhecimento acumulado é capaz de permitir novas reflexões.

Iniciado em agosto de 2005, o Projeto Fundação Banco do Brasil: Criando Memória Compartilhada desenvolveu o *Guia Prático de Memória*. A segunda frente de trabalho teve como desafio uma intensa pesquisa documental, iconográfica e de memória oral.

Foram realizadas 40 entrevistas com pessoas selecionadas por sua participação representativa nos momentos históricos da instituição e também pelo envolvimento com os principais campos de ação da Fundação Banco do Brasil. Essa seleção contemplou, além de funcionários e ex-funcionários, os participantes dos projetos por ela desenvolvidos.

Também foram realizadas duas rodas de histórias, técnica utilizada para produzir sensibilização de um grupo diante da memória compartilhada, e 30 entrevistas temáticas. Esse rico acervo, reunido e organizado, garante ao projeto diversidade de fontes e múltiplas visões da história.

Este livro se propõe, assim, a ir além da valorização das experiências e dos saberes daqueles que fazem ou fizeram parte da Fundação Banco do Brasil. Ele traduz o olhar sobre as pessoas e sobre as comunidades atendidas. Promove a importância de uma história contada através das narrativas dos atores sociais diretamente envolvidos em realizar sonhos e transformar a realidade.

**ESTE LIVRO CONTA A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO
BANCO DO BRASIL ATRAVÉS DE SEUS ATORES
PRINCIPAIS: FUNCIONÁRIOS, EX-FUNCIONÁRIOS
E PARTICIPANTES**

SUMÁRIO

PARTE I – A HISTÓRIA CONTADA POR SEUS PROTAGONISTAS

PÁG. 4

Apresentação
Prefácio
A Fundação Banco do Brasil
Camillo Calazans de Magalhães
O Banco do Brasil e a Criação da
Fundação Banco do Brasil
As Primeiras Trajetórias

PÁG. 25

CONCRETIZAR UMA IDÉIA 1985 A 1988

José Honório da Silva
Cristina Souto Mayor Monção Soares
Reynaldo Miranda de Abreu
Alfredo Leopoldo Albano Junior
Antônio Carlos Bittencourt Goethel

PÁG. 37

PROJETOS DE BALCÃO 1988 A 1991

Francisco de Assis Machado dos Santos
Jeovan Soares
Francisco Newton Cisne Vasconcelos
José Alípio de Souza Xavier

PÁG. 47

TEMPOS DE CRISE 1992 A 1995

Luís Fernando Duarte Siqueira
Cesar Aceti Lenz Cesar
Edmilson Soares de Andrade
Alberto Merchede de Oliveira
Maurício Teixeira da Costa

PÁG. 59

INICIATIVAS PRÓPRIAS 1996 A 1999

João Pinto Rabelo
Luiz Ferreira da Silva
José Fernando Romano Furné
Germana Augusta Macena
Estrela Bentes Simões

PÁG. 71

NOVAS MANEIRAS DE OLHAR O MUNDO 1999 A 2006

Heloísa Helena Silva de Oliveira
Ricardo Braune Solon de Pontes
Jacques de Oliveira Pena
Almir Paraca Cristóvão Cardoso
Sívio Henrique Perfeito

PARTE II – A HISTÓRIA ATRAVÉS DOS PROJETOS

PÁG. 87

EDUCAÇÃO QUE FAZ A DIFERENÇA

Patrícia Teixeira de Almeida
Célio Bernardes Vilela
Lucinei Maria Bergami
Fernando da Nóbrega Junior
Marcos Fadanelli Ramos
Roberto Souza de Oliveira

PÁG. 101

AÇÕES PARA O BEM-ESTAR

José Jaime Bastos
Olívia Maria Maia
Rosa Maria Neumann
Dalva Barbosa de Oliveira
Isis Maria Quesado Soares Magalhães

PÁG. 113

EM BUSCA DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Maria Dulce Rezende do Vale
Milton Luciano dos Santos
Arthur de Moura Pedreira Neto
Maria Helena Langoni Stein de Melo
Jairo Luís Brod
Otamires Barbosa Maia de Souza

PÁG. 125

TECNOLOGIAS SOCIAIS

Terezinha de Jesus Soares dos Santos
Terezinha das Dores Martins
Raimundo Ermino Neto
Luís Fumio Iwata
Rogério Miziara

PÁG. 139

EM BUSCA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Francisco Fábio de Assis Paiva
Maria Lucia Araújo e Silva
Jorge Streit
Hamilton Souza Silva
José Aparecido Gonçalves
Maria de Belém Rodrigues Dias

PÁG. 152

Nós Apoiamos
Linha do Tempo
Bibliografia
Créditos



Agência do Banco do Brasil
Centro. Rio de Janeiro, RJ, s.d.

A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

As sociedades formam suas instituições públicas, mas as instituições públicas precisam também se identificar com as sociedades para forjar sua permanência. Foi o que fez o Banco do Brasil ao longo de sua história. Uma das primeiras iniciativas do Príncipe Regente, o primeiro Banco do Brasil não resistiu à Independência e foi liquidado durante a Regência Trina. A iniciativa de Mauá o ressuscitou em 1851 como banco privado. Chegou a ser o único emissor da moeda brasileira. Atravessou as crises financeiras de 1864/5. Com a República, passou por um processo de fusões, até que, em 1905, tornou-se novamente o Banco do Brasil, nossa instituição pública por excelência na área bancária.

Presidente da República, tive três iniciativas importantes em relação ao Banco do Brasil, dirigido por Camillo Calazans: extingui a chamada “conta movimento” – um dreno entre o banco e o Tesouro Nacional –; o banco foi autorizado a agir nos outros mercados financeiros; e criei a Fundação Banco do Brasil.

A idéia era que a Fundação Banco do Brasil consolidasse o volume de recursos destinados ao apoio de inúmeros projetos – sociais, culturais, educacionais, esportivos etc. –, de maneira a transformar-se numa força impulsionadora, com programas e metas, tornando mais eficiente sua participação no esforço da sociedade para solucionar seus problemas.

A ação da Fundação Banco do Brasil atingiu seus objetivos com os inúmeros projetos sociais. Assim o Banco do Brasil, através da Fundação, se mantém como um modelo de instituição completamente integrada à sociedade brasileira, um exemplo do que se pode fazer quando se tem um compromisso que vai além dos resultados empresariais.

José Sarney
Senador da República



Camillo Calazans de Magalhães

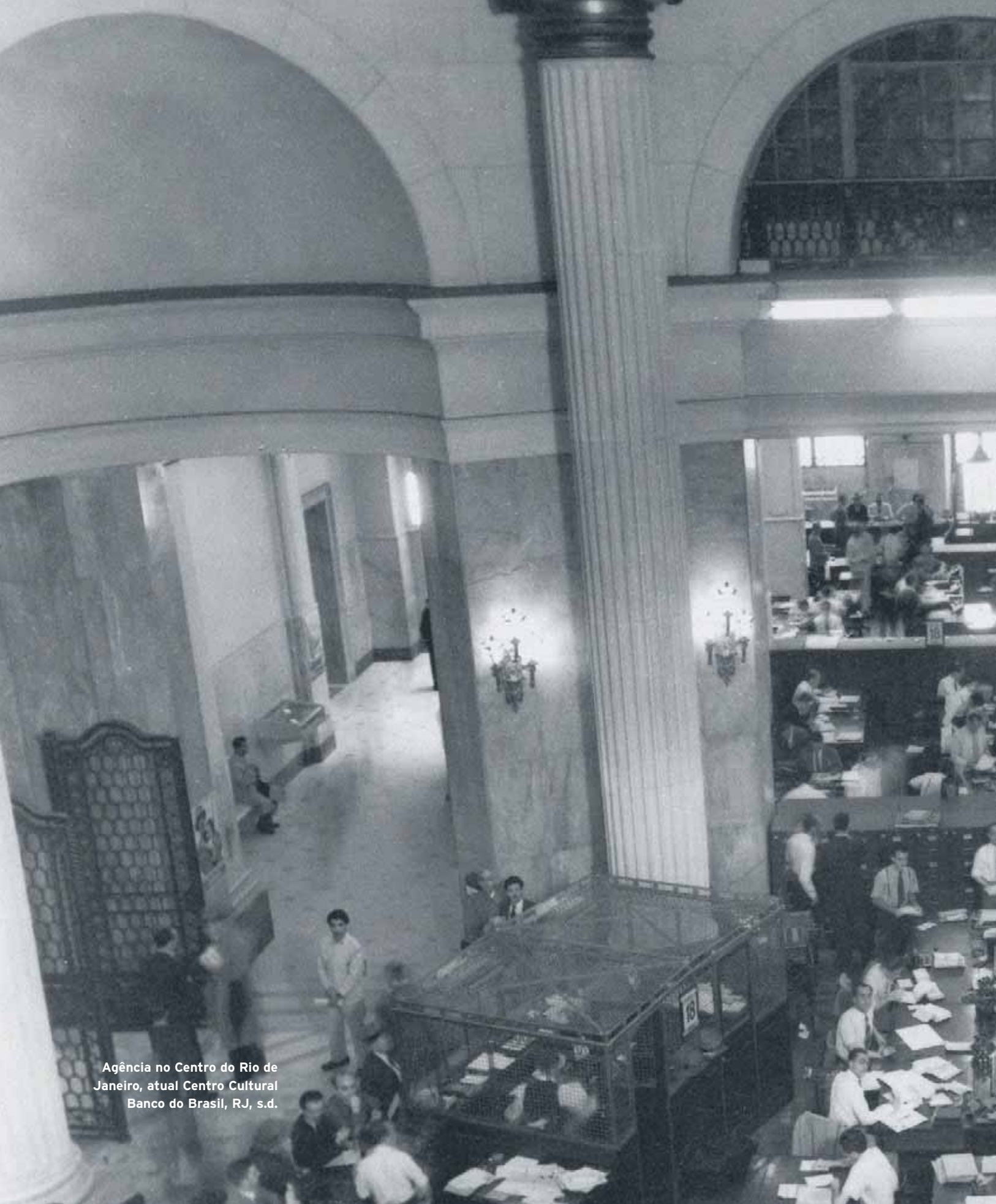
Meu nome é Camillo Calazans de Magalhães. Nasci em Aracaju, em 22 de janeiro de 1928, mas, com dois anos, perdi meu pai e me mudei para o Rio de Janeiro. Com 19 anos, fui para Taubaté para prestar concurso no Banco do Brasil e passei. Fui nomeado para trabalhar em Paraguaçu Paulista; na seqüência fui transferido para Propriá, no cargo de Chefe da Carteira Agrícola, no Estado de Sergipe. Dois anos depois, pedi transferência para o Rio de Janeiro, onde assumi o posto de Encarregado de Estudos e Pareceres na Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Fiz um estágio em duas entidades da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos. De volta ao Brasil, um ano mais tarde, fui nomeado Assessor do Ministro da Fazenda, convidado pelo Ernesto Geisel. Daí eu fui para a Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento).

De lá fui fazer um curso patrocinado pela OEA, Organização dos Estados Americanos. Passei dois anos estudando Economia Rural, na Unam, Universidade Nacional do México. Espetacular! Quando voltei ao Brasil, fui nomeado Chefe da Consultoria Técnica do Banco do Brasil - a COTEC, que era um importante órgão de estudo econômico do Banco do Brasil. A primeira coisa que fizemos foi criar agências no exterior. Com as mudanças de governo, passei oito anos como Presidente do Banco do Nordeste e, em 1985, fui convidado pelo Tancredo Neves para ser o Presidente do Banco do Brasil. Mas ele veio a falecer antes de tomar posse e foi então que José Sarney - que foi empossado como Presidente da República - validou

À direita: fachada de uma
agência do "Banco do Brasil".
Diamantina, MG, s.d.



a minha nomeação. Foi na minha gestão que o Banco do Brasil financiou o plantio de soja no Mato Grosso e elaborou a criação da Fundação do Banco do Brasil. Quem começou a fazer os estudos comigo foi o José Antonio de Souza, da COTEC. Entre a criação da Fundação, em 1985, e seu efetivo funcionamento, três anos mais tarde, muita conversa foi feita com o Ministério Público. Os funcionários da Fundação têm essa grande vantagem: são funcionários do Banco do Brasil e realizam trabalho social. Isso é um privilégio que só Deus pode dar!



Agência no Centro do Rio de Janeiro, atual Centro Cultural Banco do Brasil, RJ, s.d.

O BANCO DO BRASIL E A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL





BANCO DO BRASIL

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO EOBRA	PROJETO e FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO
MAURICIO CHAGAS BICALHO - PRESIDENTE	ARQUITETONICA	CONSTRUTORA
J. PEDREIRA - FREITAS - DIRETOR	ARQUITETO	ABELLO S A
CYRILLOS CONCALVES - SUPERINTENDENTE	ARQUITECTIA ROZ	
JOAQUIM IGNACIO CARDOSE - ENO DEPR		
ERNESTO LUIZ CREVE - ENO DEPR		
BURILIO FREIRE - AGUIAR - SEC EXECUTIV		
ESCRITORIO EM BRASILIA		
VAGNER CARVALHO - ENCARREGADO		
DARIN KURY - ENO FISCAL OBRAS		
ISRAEL B. RENEZ - ENO FISCAL OBRAS		

AS PRIMEIRAS TRAJETÓRIAS

A história da Fundação Banco de Brasil se confunde com a história de muitos funcionários envolvidos com a instituição. Para conhecê-la melhor, precisamos retroceder às origens do Banco do Brasil, ao tempo em que o Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, resolveu fugir dos exércitos de Napoleão Bonaparte, que ameaçavam invadir Lisboa. Como destino, optou pelo Brasil. Depois de ter assinado a carta régia que abria definitivamente os portos brasileiros ao comércio das nações amigas, D. João VI desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, acompanhado de uma corte de 15 mil pessoas, no dia 7 de março de 1808, carregando os tesouros do reino, calculados em mais de 80 milhões de cruzados.

O PRIMEIRO BANCO DO BRASIL

A abertura dos portos incentivou o aumento do consumo de artigos estrangeiros, sobretudo ingleses. Com isso, a balança comercial brasileira tornou-se deficitária. A crise financeira agravou-se com as despesas da Corte, proporcionais à rápida redução do fundo do Real Erário. A saída, ainda que temporária, para a situação foi a criação do Banco do Brasil. Para Victor Viana, a nova instituição fazia parte do “programa de adaptação das instituições metropolitanas” e funcionaria da seguinte forma: os particulares entrariam com depósitos, pois D. João VI não tinha mais dinheiro, enquanto o governo ficaria encarregado do controle das aplicações. Para atrair sócios, o Príncipe Regente prometeu títulos e privilégios a cada acionista que contribuísse com um conto de réis. A promessa, entretanto, não surtiu o efeito desejado, o que fez D. João VI mudar de estratégia: prometeu dividir o uso do dinheiro captado pelos acionistas. Assim, no dia 12 de outubro de 1808, são aprovados os estatutos do Banco do Brasil nos seguintes termos:

“Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que este meu Alvará com força de lei virem, que, atendendo a não permitirem as atuais circunstâncias que o meu Real Erário possa realizar os fundos de que dependem a manutenção da Monarquia, e o bem comum dos meus fiéis vassallos, sem as delongas, que as diferentes partes, em que se acham, fazem necessárias para a sua efetiva entrada [...]”

**Agência do Banco
do Brasil, em
Manaus, AM, s.d.**



O Banco do Brasil foi aberto com o capital inicial de 1.200 contos, dividido em ações de um conto de réis cada uma. Porém, desde o início, a instituição emitia grande quantidade de papel-moeda sem lastro. Chegou a ser o quarto banco emissor a funcionar no mundo, depois da Suécia, da Inglaterra e da França.

Em 1821, a Coroa tinha uma dívida pública de 5 mil contos e devia 8 mil contos ao Banco do Brasil, somando um total de 13 mil contos. No ano seguinte, a situação só piorou, porque, para obter de Portugal o reconhecimento da Independência do Brasil, proclamada por D. Pedro I, em 1822, o Brasil precisou pagar uma indenização a Portugal de 2 milhões de libras. Para tanto, fez o primeiro empréstimo externo nos bancos ingleses. Só do banco de Nathan Rothschild emprestou 3,6 milhões de libras, com juros anuais de 5%.

Além disso, Dom Pedro I também recorreu à emissão de grande quantidade de moedas de cobre e papel-moeda, que não eram bem-aceitos fora do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, a taxa de câmbio baixou e o papel-moeda sofreu depreciação até que, no dia 23 de setembro de 1829, foi decretada a extinção do primeiro Banco do Brasil.

O SEGUNDO BANCO DO BRASIL: UMA INICIATIVA PARTICULAR

A idéia da criação do segundo Banco do Brasil aparece na Lei da Regência, de 8 de outubro de 1833, que dava poderes para fixar o preço do ouro e prata em barras e sua equivalência em moedas nacionais e estrangeiras, mas não saiu do papel.



Alguns anos depois, em 1851, o empresário Irineu Evangelista de Sousa (Barão e, depois, Visconde de Mauá) funda de fato o segundo Banco do Brasil, em caráter particular e seguindo o modelo inglês. Paradoxalmente, foi o maior estabelecimento financeiro do Império e o que menos tempo durou. Em seu discurso, Mauá declara:

"Passarei um dos deveres que minha posição impõe, apresentando-vos o projeto dos estatutos de que já tendes conhecimento, e tenho ao mesmo tempo o grande prazer de anunciar-vos que estão efetivamente tomadas as 10.000 ações de que trata o art. 5º do projeto. Não é alguma ufanía, senhores, que vos comunico este resultado, pois sendo obtido em três semanas, é na verdade um fato notável, e que protesta altamente contra a asserção tantas vezes repetida de que não existe espírito algum de associação entre nós!"

Com filiais em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o segundo Banco do Brasil encontrava-se numa situação econômica bastante próspera. Chegou a alcançar, aproximadamente, 6,5 mil contos entre letras a prêmio e depósitos. No entanto, o Barão de Mauá tornou-se alvo de duras críticas e boicotes por parte do imperador D. Pedro II e dos conservadores, devido ao perfil empreendedor, moderno, a favor do trabalho assalariado, da economia de mercado e do liberalismo. Depois de forte pressão, o Banco do Brasil foi encampado pelo governo.

O TERCEIRO BANCO DO BRASIL

Seguindo a proposta de Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, foi fundado oficialmente pelo governo o terceiro Banco do Brasil, a 5 de julho de 1853. Tratava-se de um banco nacional, de depósitos e descontos, com a finalidade de monopolizar as emissões.

Além de manter as filiais que já existiam em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o Banco do Brasil ampliou o seu raio de ação para Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Unificou-se, dessa forma, o sistema bancário.

Os estatutos do Banco do Brasil, bem com a responsabilidade pela sua organização, estavam sob o controle do governo. Ainda no Segundo Império, estabeleceu crédito direto para a agricultura e a pecuária. O Banco do Brasil deteve o monopólio da emissão do papel-moeda até o ano de 1886, quando passa a ser banco de depósito e descontos e de empréstimos sobre hipotecas.

O BANCO DO BRASIL NO PERÍODO REPUBLICANO

Durante a República, o Banco do Brasil investiu em diversos setores da produção nacional, sempre alinhado com as metas governamentais de investimento. Em 1892, ocorre a fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. A partir de 1906, suas ações passam a ser negociadas na Bolsa do Rio de Janeiro.

Depois de 1930, os elos entre o Banco do Brasil e o governo do então Presidente Getúlio Vargas se fortalecem. O Banco do Brasil fica encarregado de coletar impostos e tributos. Afinado com o Plano Quinquenal do governo getulista, o Banco do Brasil concede empréstimos aos setores industriais e de aços especiais, além de financiar também a abertura das estatais. Em 1938, o Banco do Brasil cria a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai).

O famoso plano de metas de Juscelino Kubitschek, Cinquenta Anos em Cinco, implantado entre 1956 e 1961, transformou significativamente a economia do país. O Estado passa a atuar como instrumento coordenador do desenvolvimento, estimulando o empresariado nacional e favorecendo também a entrada do capital estrangeiro, o que desencadeou a inflação. Como consequência, as diferenças regionais do país tornam-se ainda mais agudas: de um lado, um grande desenvolvimento da região Centro-Sul; de outro, o aumento da pobreza no Nordeste. Até a criação do Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1964, todas as atribuições da área financeira estavam sob a responsabilidade do Banco do Brasil, que cumpria tanto a função de banco emissor quanto a de banco comercial.

AS ORIGENS DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Com o objetivo de promover o desenvolvimento social no país, foi instituída a Fundação Banco do Brasil, considerada na época “um braço social do Banco do Brasil”, no ano de 1985. Tratava-se de garantir uma política de inclusão e de melhoria da qualidade de vida da população brasileira. As ações da Fundação Banco do Brasil, como veremos, ocorreram em todo o território nacional, e o sucesso a elas atribuído dependeu, em grande parte, do trabalho e da dedicação dos seus funcionários. Por isso a história de vida de cada um é uma peça fundamental na reconstituição do mosaico de caminhos que levou à Fundação Banco do Brasil.

**Edifício-sede
do Banco do Brasil.
Brasília, DF, 2006**

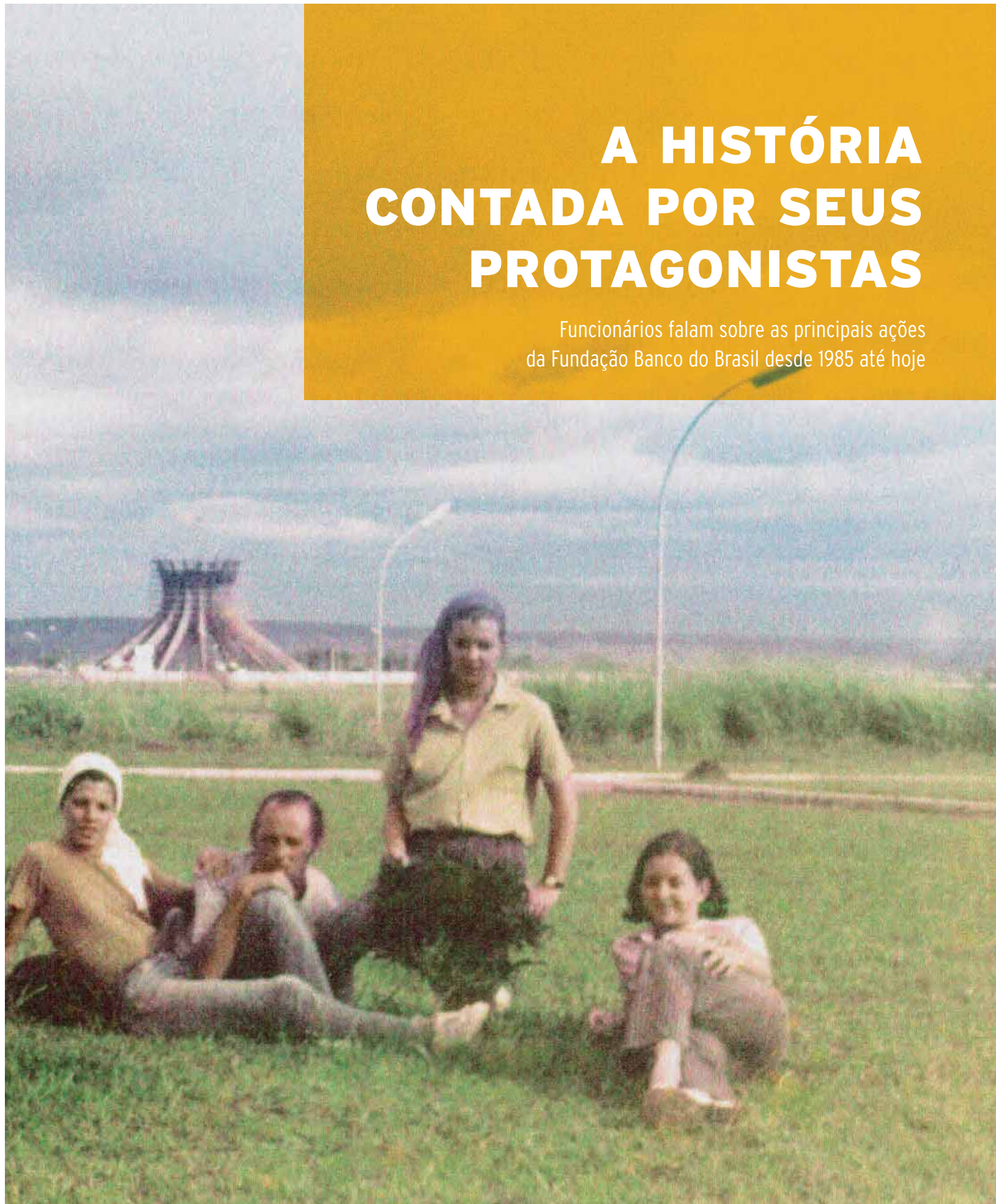




Rosa Maria Neumann,
segunda da direita para
a esquerda, com amigos
na Esplanada dos
Ministérios. Brasília,
DF, 1970

A HISTÓRIA CONTADA POR SEUS PROTAGONISTAS

Funcionários falam sobre as principais ações
da Fundação Banco do Brasil desde 1985 até hoje





1. Ricardo Braune e Francisco de Assis Machado dos Santos durante assinatura do termo de adesão ao Programa Homem do Campo. Inácio Martins, PR, 1997
2. Maria Dulce Rezende do Vale (ao centro), com a equipe de Assessoria de Publicidade e Propaganda do Banco do Brasil. Brasília, DF, 1984
3. Ricardo Braune, Guiso, Jairo Brod, Jucélia, Maurício Teixeira, Rita e Francisco de Assis na antiga sede da Fundação Banco do Brasil. Brasília, DF, 1993
4. Equipe da agência do Banco do Brasil em Cajazeiras, PB, 1965
5. Funcionários das Superintendências Estaduais do Banco do Brasil e Assessores da Fundação Banco do Brasil, entre eles (de pé, da esq. p/ a dir.): José Fernando Romano Furné (4º), José Alípio de Souza Xavier (6º), Jeovan Soares (7º) e Eliane Matioli (10ª). Sentado, à esq., Amílcar Eleutério Nogueira. Brasília, DF, 1994



Em 1985, no mandato do Presidente José Sarney, o Governo Federal lançou o Programa de Prioridades Sociais, que tinha como meta implementar uma atuação mais efetiva dos órgãos públicos nos campos de alimentação, saúde, educação, emprego e habitação.

A iniciativa acabou por definir os primeiros estudos para a criação da Fundação Banco do Brasil, feitos por Camillo Calazans de Magalhães e Antônio José de Souza, à época, respectivamente, Presidente e Consultor Técnico da Presidência do Banco do Brasil.

Em 23 de dezembro de 1985, uma Assembléia-Geral Extraordinária dos Acionistas, entendendo a necessidade de maior envolvimento da instituição nas questões sociais do país, criou a Fundação Banco do Brasil, que recebeu seus primeiros aportes financeiros, da ordem de 281 mil cruzados, no ano seguinte.

A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, O BRAÇO SOCIAL DO BANCO DO BRASIL, VISA ELABORAR PROJETOS QUE MELHOREM AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS BRASILEIROS

Após um período de organização e estruturação, a Fundação Banco do Brasil passa a funcionar, de fato, em 1988, quando passou a gerenciar dois fundos do Banco do Brasil: o Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC) e o Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários e Infra-Estrutura Rurais (FUNDEC).



José Honório da Silva

Meu nome é José Honório da Silva.

Nasci dia 24 de julho de 1945, na cidade de Ingá, na Paraíba. Comecei minha vida profissional na agência de Cajazeiras do Banco do Brasil, em 1964. O Banco do Brasil era uma oportunidade para qualquer jovem que quisesse ter a sua independência assegurada.

Costumava-se falar que, em qualquer cidadezinha do interior, havia três autoridades: o padre, o juiz e o gerente do Banco do Brasil. Trabalhava em um setor chamado Cobrança, que controlava o pagamento de títulos de empresas.

Depois fui para a Tesouraria ser Caixa-Executivo.

Com a criação do Banco Central, fui recrutado para compor a primeira equipe, com outros colegas do Banco do Brasil. Como a minha esposa tinha lúpus e precisava fazer um acompanhamento médico, solicitei minha transferência para a Diretoria de Planejamento, em Brasília.

DESVENDANDO O FIPEC

Em 1980, comecei a trabalhar para a Diretoria de Planejamento, onde estava o FIPEC - Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica, instituído pelo Banco do Brasil em 1975, que recebia 2% do lucro líquido de cada balanço. O Banco, como órgão tradicionalmente conhecido de fomento à produção nacional, buscou contribuir para o setor produtivo, apoiando pesquisas aplicadas no âmbito das universidades federais, fundações e instituições de pesquisa.

As entidades interessadas elaboravam os projetos, cujos formulários eram distribuídos através da rede de agências em todo o país. O FIPEC funcionava mais como um balcão, recebendo propostas que eram analisadas por um comitê assessor, composto de entidades ligadas à pesquisa, como o CNPq e o FINEP, que nos prestavam assessoramento técnico nas áreas.

Acima, à direita: laboratório
de química da Faculdade de
Farmácia e Odontologia da USP.
São Paulo, SP, 1963

Abaixo: José Honório da Silva
em seu gabinete de trabalho
na Fundação Banco do Brasil.
Brasília, DF, s.d.



DIVERSIDADE DE PROJETOS

Nós apoiamos vários projetos. Um deles, as famosas incubadoras de empresas, para transferência de tecnologia, na Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo. A grande dificuldade na área de pesquisa é patentear um projeto e começar a produção industrial. A partir daí, surgiram vários projetos bons e resultados fantásticos. O Centro Técnico Aeroespacial, CTA, recebeu, inclusive, recursos do FIPEC para o projeto do simulador de voo da aeronave T-27. Esse projeto serviu de base para a fabricação pela Embraer. Outra entidade que recebeu muito auxílio do FIPEC foi o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

A demanda de projetos era aleatória e a quantidade, muito maior do que a disponibilidade. Os critérios precisavam ser mantidos, porque o nosso auxílio era sempre considerado complementar, até por conta do envolvimento da instituição.

Os funcionários do FIPEC faziam visitas *in loco* para acompanhar os projetos, por isso eu viajava tanto para São Paulo. Apoiamos a pesquisa para transplante de fígado, na Fundação do Fígado, e o doutor Silvano Raia fez um dos primeiros trabalhos com a técnica desenvolvida. Foi feito um estudo sobre células voltaicas de energia solar e painéis de captação de energia solar, apoiado e patrocinado pelo FIPEC, e o produto está no mercado. Outro programa que contou com o apoio do FIPEC é o da Fundação Roberto Marinho, o "Globo Ciência", de divulgação científico-tecnológica de largo alcance nacional.





// Nasci em Salvador, na Bahia, em 28 de maio de 1950. Vim para Brasília em 1967. Ingressei no Banco do Brasil em 5 de dezembro de 1969. Fui convidada para trabalhar na Área de Política Urbana, porque estava em vigência o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Viajei para a Alemanha como Técnica do Planejamento. Na volta, fiquei dois anos no Centro de Treinamento da Seplan e regressei como Arquiteta do Departamento de Engenharia do Banco do Brasil, para fazer projetos de agência e de AABB. Aí circulou a notícia do advento da Fundação Banco do Brasil e eu me deslumbrei pela proposta de um órgão atuar em áreas abrangentes em todo o Brasil, buscando o benefício social. Pedi a lotação na Fundação e consegui, em 1988. Quando a Fundação Banco do Brasil entrou em operação, encontrava-se um pouco despreparada para o desafio a que se propunha. Não tinha o quadro de pessoal bem estruturado, nem as instalações físicas para começar a funcionar. A Fundação não tinha o planejamento. Era a oportunidade de fazer o planejamento num órgão com a capilaridade do Banco do Brasil. Meu tempo de Fundação foi um cavalo de batalha: eu me empenhava com a bagagem que eu tinha para fazer um planejamento antes de qualquer ação, para que fosse consistente e tivesse realmente uma efetividade, além de uma otimização da alocação de recursos. Em setembro de 1998, com 30 anos de serviço, 28 anos e meio de Banco do Brasil, 10 de Fundação, eu falei: Missão cumprida **//**.

Cristina Souto Mayor Monção Soares

COMUNIDADES NO CAMPO

Outro fundo importante do Banco do Brasil é o FUNDEC que trabalha com o homem do campo, num projeto integrado com a prefeitura local, a comunidade e as agências do Banco. É o chamado Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado, o PDCI, que faz um levantamento das necessidades de uma determinada região e busca soluções adequadas e viáveis.

Eram dois apêndices ligados à Assistência Técnica da Presidência: o FIPEC, que vinha desde 1975 e, depois, em 1981, o FUNDEC, dois fundos independentes, ambos ligados à Presidência. Visando ampliar mais ainda essas ações, tanto no campo social quanto no campo científico, e para tornar mais ágil o acompanhamento da parte administrativa da execução dos trabalhos, foi decidida a criação da Fundação Banco do Brasil, em 1985.

TRABALHO DE BASE

No início da Fundação, fizemos a construção do Hospital de Reabilitação do Aparelho Locomotor Norte, em São Luís, no Maranhão. Nós desenvolvemos esse projeto através da Fundação das Pioneiras Sociais, a mantenedora do Hospital Sarah Kubitschek. Existe até hoje. Trata da recuperação de pessoas deficientes. O projeto estava sob minha responsabilidade. Era uma obra gigantesca!

Sempre trabalhei nas bases. Eu analisava, ia a campo, viajava, fazia proposição de questionamento e de atuação. Consegui formar uma equipe muito boa na Fundação, tanto que eu me aposentei como Chefe de Divisão, com muitos funcionários.

Como o FIPEC era um fundo de desenvolvimento científico-tecnológico, tinha autonomia de agir e os seus recursos eram expressivos, nós mantivemos alguns trabalhos de pesquisa que já tinham sido iniciados, absorvidos na área de ciência e tecnologia, e continuamos trabalhando. Conseguimos, ainda, realizar um projeto muito importante, no Hospital das Clínicas, em São Paulo, através da Fundação Pró-Sangue, Hemocentro, que viabilizou o transplante de medula óssea.



INTEGRAR PARA DESENVOLVER

O Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infra-Estrutura Rurais do Banco do Brasil - o FUNDEC - foi criado no ano de 1981. Tinha como objetivo financiar programas de melhorias em comunidades urbano-rurais, de produtores de baixa renda, tais como construção de escolas, postos de saúde, estradas, açudes e poços, além de equipamentos, por meio de associações comunitárias, a juros baixos e sem fins lucrativos.

A princípio, eram atendidos somente os programas de interesse das associações comunitárias. Projetos privados ou particulares não tinham acesso às linhas de crédito do Fundo. Com o auxílio de um corpo técnico (engenheiros, agrônomos, economistas e médicos), foi criado um Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), para identificar os principais aspectos institucionais, sociais e econômicos que envolviam uma determinada comunidade, a aplicação de suas potencialidades e as soluções dos seus problemas. Deste modo, o FUNDEC alcançou, em 1988, a marca de mil comunidades beneficiadas, através da Fundação Banco do Brasil.

José Honório da Silva (terceiro em pé, da esq. p/ a dir.) participa do 1º Programa de Desenvolvimento dos Altos Executivos do Banco do Brasil. Brasília, DF, 1993

Cristina Souto Mayor Monção Soares aos 8 anos de idade. Rio de Janeiro, RJ, 1958



Acima, à esquerda: José Honório da Silva durante visita às instalações brasileiras no Pólo Sul. Antártica, 1985

À direita: instalações da base brasileira Comandante Ferraz, financiadas pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa. Antártica, s.d.



“SE PREPARA QUE VOCÊ VAI PARA A ANTÁRTICA!”

Foi uma experiência fantástica! Eu não esperava nem que pudesse ter a oportunidade de ir à Antártica, ao Pólo Sul, usando toda aquela indumentária pesada pra enfrentar aquele gelo! Essa experiência decorreu de um apoio financeiro que o FIPEC deu para a implantação da Base Comandante Ferraz. Os tratados internacionais afirmam que o país precisa ter uma base na Antártica se quiser participar da discussão em torno do uso das riquezas que lá possam existir. Daí a preocupação do governo federal, naquela época, em implantar uma base brasileira numa daquelas ilhas da Antártica.

O FIPEC financiou as instalações, aquela parte de contêineres e de geradores, porque nessa base funciona, realmente, um trabalho abnegado de pesquisadores do Paraná, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, que vão para fazer pesquisas em vários segmentos e ficam completamente isolados durante meses.

Eu embarquei em Brasília no avião Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira. Negócio rústico! Descemos em Punta Arenas, no Chile, a última cidade do extremo sul. De lá fomos de helicóptero até a nossa base, onde estavam os pesquisadores, e passamos um só dia. A viagem toda durou uns cinco dias. Que empreitada, não é?

EU VIVI

A atuação da Fundação me envaidece muito. Mesmo hoje, com todos esses enfoques diferenciados dados pelos gestores, eu sinto que a Fundação tem contribuído muito para a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações mais carentes. Eu vim do interior, ajudava o meu pai no trabalho braçal de capinar. Uma coisa é você ver, outra coisa é você viver. Eu vivi.



1



2



3

1. Cartilha dos Jogos Ambientais, tecnologia social desenvolvida pela Escola de Educação Ambiental, certificada pela Fundação Banco do Brasil. São Paulo, SP, 2005
2. Alunos de escola pública cuja cidade foi atendida pelo Programa Homem do Campo. RO, 1997
3. Crianças. Ananindeua, PA, 1997

PROGRAMA DE PRIORIDADES SOCIAIS

No contexto de altas taxas de desemprego e forte exclusão social, o Programa de Prioridades Sociais, criado no início da gestão do Presidente José Sarney, previa a adoção de medidas de apoio de organismos públicos em vários campos, como alimentação, saúde, educação, emprego e habitação. Entre os destaques do programa estavam a distribuição de livros didáticos para estudantes do ensino fundamental e de tíquetes que garantiam a retirada, gratuita, de leite para crianças carentes.

O programa acabou por fomentar estudos que culminaram com a criação da Fundação Banco do Brasil, que passou a ser responsável pela unificação das ações governamentais voltadas às demandas sociais.



**À direita: Reynaldo
Miranda de Abreu e Jairo
Brod na inauguração
da Escola de Formação
Profissional. Santo
Antônio do Descoberto,
GO, 1993**

Reynaldo Miranda de Abreu

Nasci no Rio de Janeiro e só saí de lá com 18 anos, no dia 31 de março de 1964, para trabalhar no Banco do Brasil, em Goiânia. Quando eu estava na estrada, estourou a Revolução. Os bancos foram fechados e só reabriram no dia 6 de abril, quando tomei posse. Enquanto trabalhava, fiz a Faculdade de Economia, em Goiânia.

Em 1972, vim para Brasília. Trabalhei um ano na Agência Central como Caixa e como Caixa de Câmbio para atender os turistas. Depois de um tempo, aceitei o convite de um amigo para trabalhar como Analista de Projeto no FIEPEC. Eu me orgulhava muito de trabalhar lá, porque eu fazia contato com a massa crítica, os pesquisadores e professores das universidades e, ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento tecnológico do país. Era muito gratificante!

A LUTA NO FIEPEC

A Fundação Banco do Brasil foi criada pelo Doutor Camillo Calazans de Magalhães, através de um estatuto e da elaboração de um regimento interno, normas operacionais, quadro de pessoal. Na hierarquia, o Presidente do Banco era o Presidente da Fundação e o Diretor-Executivo da Fundação era um Diretor do Banco ou era um Chefe de Gabinete do Presidente do Banco, mas nenhum deles, no início, se dedicava integralmente à Fundação, e havia também o Secretário-Executivo. Levamos três anos nessa luta. Finalmente a Fundação Banco do Brasil se estruturou e, daí para frente, foi só se adaptar ao regimento interno e às normas operacionais. Ocupei o cargo de Coordenador da Fundação. Enquanto isso, os trabalhos com o FIEPEC prosseguiram, porque alguns projetos precisavam ser finalizados, mas nós não aceitávamos mais propostas. Aguardamos que a Fundação Banco do Brasil iniciasse seu funcionamento. Foi uma época difícil de transição.



OVO DE COLOMBO?

No FIPEC, criticávamos a postura de ficar no balcão e só examinar os projetos apresentados. Esse modelo foi para a Fundação e trouxe problemas, porque tentavam fazer interferências políticas. Nessa época, me afastei e fiquei dois anos fora. Hoje, a Fundação é quem traça as suas prioridades.

Quando avalio os projetos do FIPEC e da Fundação, considero o saldo positivo. Outro dia, eu estava em um restaurante, pedi um adoçante para tomar um cafezinho e me trouxeram um adoçante da stévia, que foi um projeto que desenvolvemos em Maringá, no Paraná, há 15 anos. Além do financiamento para esse produto, fizemos também um laboratório para a febre amarela na Fundação Oswaldo Cruz. Na área de saúde, demos uma ajuda muito grande para a Fundação do Fígado, para o desenvolvimento de trabalhos de transplante de fígado e de medula óssea, no Hemocentro de São Paulo.

Mesmo o projeto de pesquisa que não deu certo, sempre indica um caminho que não se deve seguir mais. Uma vez, chegou um camarada querendo construir uma geladeira com um motor que contrariava toda essa tecnologia de refrigeração. Mas o cara tinha uns desenhos, era um pesquisador por conta própria. Eu pensei: "Já pensou se esse maluco tem um ovo de Colombo? Não vamos descartar." Então, o levamos para o Departamento de Engenharia da PUC do Rio de Janeiro, onde ele ficou para desenvolver o projeto. Demos embasamento e respaldo científico.

Todo esse relacionamento com a comunidade científica era muito interessante. Nós íamos a campo visitar os projetos. Os centros com maior demanda eram São Paulo, a Capital e o interior, principalmente São Carlos, Ribeirão Preto e Campinas, mas também Florianópolis, Fortaleza e Recife.

O FIPEC

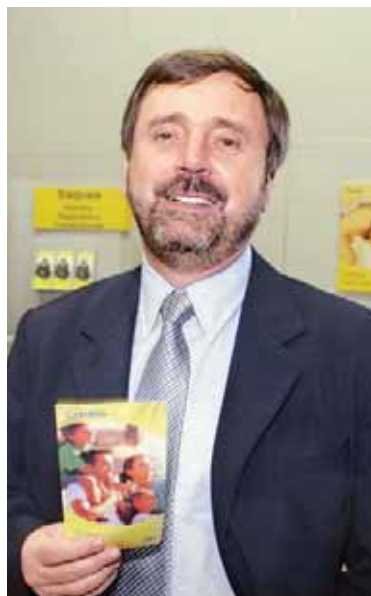


Em 1975, o Banco do Brasil criou o FIPEC - Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica, para apoiar iniciativas que pudessem desenvolver tecnologia para novos conhecimentos sobre recursos

naturais. Outras funções do FIPEC eram subsidiar a infra-estrutura física de laboratórios, elaborar programas que divulgassem resultados de pesquisas e transferência de tecnologias, além de se responsabilizar pelo registro de controles de patente gerados em projetos financiados.

Ao longo dos anos, o FIPEC financiou vários projetos nas áreas de agricultura, bovinocultura, ciência, meio ambiente, energia, engenharia genética, indústria, informática, pecuária, piscicultura, saúde e tecnologia de alimentos. Entre os anos de 1985 e 1988, período de estruturação da Fundação Banco do Brasil, os financiamentos para a área de pesquisa científica e tecnológica ficaram praticamente paralisados. Para muitos, foi a movimentação da comunidade acadêmica que pressionou a reabertura desse financiamento, bem como ajudou a efetivar a instalação da própria Fundação Banco do Brasil.

Meu nome é Alfredo Leopoldo Albano Junior. Sou natural de Picos, Estado do Piauí, nascido em 7 de abril de 1957. Sou Engenheiro Mecânico, formado pela UnB, em 1979. Tomei posse no Banco do Brasil em 29 de dezembro de 1982, aprovado em concurso público, na Agência Brasília - Central - Distrito Federal, onde permaneci até maio de 1986, quando fui transferido para a Consultoria Técnica da Presidência - COTEC. Durante o período em que permaneci na agência, exerci os serviços de Escriturário, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos funcionários da empresa lotados na Capital Federal. Trabalhar no Banco significava, além da remuneração e dos benefícios ofertados, a possibilidade de ingressar na carreira técnico-científica da empresa, em seu quadro de engenheiros, aliando minha formação universitária com a chance de trabalhar em uma empresa de reconhecido valor. Quando tomei posse na COTEC, fui trabalhar na Coordenadoria Adjunta de Assuntos do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica - FIPEC, intitulada ADFIP. No segundo semestre de 1987, a ADFIP foi transformada em Coordenadoria Adjunta de Assuntos da Fundação Banco do Brasil - ADFBB, que, além de tratar da instituição recém-criada pelo Banco, absorveu também os assuntos do extinto FIPEC. Na ADFBB, trabalhava na implantação de sistemas de informatização para acompanhamento e controle dos projetos de pesquisas amparados no âmbito do extinto FIPEC do Banco do Brasil, bem como dos projetos sociais da Fundação Banco do Brasil. Trabalhar na Fundação é uma satisfação pessoal //



Sou Antônio Carlos Bittencourt Goethel. Nasci em 6 de maio de 1951, em Taquari, no Rio Grande do Sul, onde vivi até os 15 anos. Fui estudar em um colégio agrícola em Viamão, de 1966 até 1970, quando retornei para fazer um estágio junto à Secretaria de Agricultura do Estado, no Núcleo de Reforma Agrária. Tínhamos uma agrovila com 36 famílias assentadas. Trabalhei lá por três anos como Técnico Agrícola e depois fui para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Não-me-Toque. Em 1975 fiz o concurso para o Banco do Brasil e, em 10 de novembro de 1975, estava trabalhando na agência do Banco em Carazinho; após um ano, regressei a Não-me-Toque, onde permaneci 18 anos e cheguei até a Gerência, como substituto. No final de 1994, o Banco passou por uma séria reestruturação para se adaptar ao mercado: reduziu o quadro de funcionários, redimensionou os segmentos, as agências enxugaram. Fui nomeado Gerente em Água Santa. Em abril de 1996, fui para Nova Roma do Sul, onde nós temos o FUNDEC da Fundação Banco do Brasil, implantado lá em 1985. Nessa época, Nova Roma vinha passando por uma situação difícil, pois havia fechado um frigorífico e uma cooperativa, o que gerou um índice de desemprego bastante forte. O FUNDEC propiciou a criação de associações, a compra de equipamentos mais pesados, a fim de melhorar a infra-estrutura do solo das pequenas propriedades e buscar uma diversificação de atividades. O ingresso de maior tecnologia de correção do solo, de adubação, de manutenção e de tratos culturais, através da maquinaria, levou à melhoria da qualidade das propriedades, o que gerou uma produtividade melhor e, por consequência, um resultado financeiro melhor para a comunidade. Na sequência, Nova Roma também foi contemplada com o Programa Homem do Campo, elaborado conjuntamente com as secretarias do município, sobre quatro pilares: saúde, educação, agricultura e área social. Outros programas foram desenvolvidos lá, como o Centro do Idoso, a compra de um raio X, a câmara fria para armazenamento por até 60 dias de peixe, frutas, hortifrutigranjeiros. Isso elevou bastante o nome do Banco dentro da comunidade. Se eu tive a possibilidade de desfrutar 31 anos do Banco do Brasil, é sinal de que eu fui um dos privilegiados dentro do cenário brasileiro //

lidade das propriedades, o que gerou uma produtividade melhor e, por consequência, um resultado financeiro melhor para a comunidade. Na sequência, Nova Roma também foi contemplada com o Programa Homem do Campo, elaborado conjuntamente com as secretarias do município, sobre quatro pilares: saúde, educação, agricultura e área social. Outros programas foram desenvolvidos lá, como o Centro do Idoso, a compra de um raio X, a câmara fria para armazenamento por até 60 dias de peixe, frutas, hortifrutigranjeiros. Isso elevou bastante o nome do Banco dentro da comunidade. Se eu tive a possibilidade de desfrutar 31 anos do Banco do Brasil, é sinal de que eu fui um dos privilegiados dentro do cenário brasileiro //



IMUNE ÀS INTERFERÊNCIAS

A nossa grande motivação era pegar um projeto já desenvolvido ou em desenvolvimento e aplicar. Na Fundação, o grande desafio foi implantar um tipo de trabalho que ficasse imune às interferências políticas. Por isso criamos o Conselho Consultivo e o Conselho Técnico. Também tivemos o respaldo das comunidades científicas.

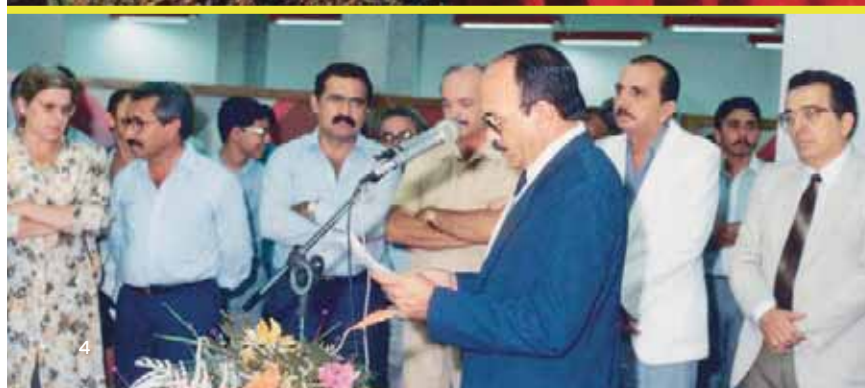
Uma vez, eu estava assistindo a um programa de televisão que mostrava uma corredora de Sobradinho. Ela tinha três tênis velhos que foram roubados. O nome dela era Carmem de Oliveira. Decidimos patrocinar a corredora. Ela foi até a agência do Banco do Brasil, em Sobradinho, e apoiamos a maratonista, que ganhou a São Silvestre. Depois disso, o Banco passou a patrociná-la. Mas precisou ter a sorte de ter tido os três tênis roubados para conseguir apoio!

A RESPONSABILIDADE DE UM NOME

Trabalhei no Terceiro Setor durante 13 ou 14 anos, com muita satisfação. Contribuímos muito na fase de constituição dos instrumentos de trabalho, do próprio estatuto, do próprio regimento interno e das próprias normas operacionais. A experiência toda que tivemos no FIPEC contribuiu bastante para isso.

A Fundação foi criada para ser o braço social do Banco e não pode se afastar disso. A partir do momento em que leva o nome do Banco, a responsabilidade é grande. É uma instituição que tem um nome e pode atuar muito no desenvolvimento social, tanto no interior do país quanto na periferia das grandes capitais. Tem força e vontade política para isso e conta com a capilaridade das agências do Banco.

Vista geral da cidade de Nova Roma do Sul, RS, s.d.



1. Mãe e filho da tribo Kaingang. Redentora, RS, 1997
2. Maurício Teixeira da Costa e José Honório da Silva em visita à sede da CNEC - Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. Brasília, DF, 1994
3. Cesar Aceti Lenz Cesar em dia de trabalho no edifício-sede da Fundação Banco do Brasil. Brasília, DF, s.d.
4. José Honório da Silva em solenidade de inauguração da agência do Banco do Brasil em Ingá, PB, s.d.
5. Jairo Brod na sede do FUNDEC/FIPEC. Brasília, DF, 1986



Em 1988, têm início efetivamente as ações da Fundação Banco do Brasil, voltadas ao financiamento de programas sociais em várias regiões do país.

Ao assumir as atividades desenvolvidas pelo FIPEC e pelo FUNDEC, a Fundação procurou preservar o conhecimento técnico acumulado e valorizar a experiência adquirida dos funcionários do Banco do Brasil no gerenciamento desses fundos.

OS PROJETOS DE BALCÃO INICIARAM AS AÇÕES DA FUNDAÇÃO E SE CARACTERIZARAM PELA DIVERSIDADE DE PROPOSTAS E PULVERIZAÇÃO DE RECURSOS

Seus primeiros projetos foram voltados para o financiamento de ações nas áreas de atuação definidas em seu estatuto: ciência e tecnologia, educação, cultura, saúde e assistência social, recreação e desportos, além de assistência a comunidades urbano-rurais. Como essas ações se caracterizavam pelo financiamento de projetos propostos por outras entidades, bem como pela pulverização dos recursos, a Fundação Banco do Brasil, nesses anos iniciais, trabalhou com os chamados “projetos de balcão”.

Francisco de Assis Machado dos Santos



Meu nome é Francisco de Assis Machado dos Santos, mas na Fundação eu sou o Chicão. Nasci em 31 de janeiro de um ano do século passado, em Guaraí, no Estado de Goiás, que, depois do advento da Constituição de 1988, virou Estado de Tocantins. Na verdade, Guaraí era um entreposto às margens da Belém-Brasília, cortada pela BR-153. Tenho pouca lembrança da minha cidade de origem, porque a minha infância mesmo

foi em outra cidade chamada Pedro Afonso, à direita do Rio Tocantins. Cidade pequena, com cerca de 6 mil habitantes. Costumo dizer que Pedro Afonso é tipo Manhattan, uma ilha. Morei lá até 1973, mas lá eu não tinha nenhum horizonte.

Eu vim para Brasília para tentar dias melhores do ponto de vista não só pessoal, mas também profissional, porque lá nós não tínhamos perspectiva. A arquitetura da cidade não me chamou a atenção, porque eu cheguei aqui meio aparvalhado. Brasília era o centro do poder, embora ainda não estivesse totalmente centralizado, porque muita coisa ainda funcionava no Rio de Janeiro. Aprendi a viver na cidade e a conviver com as pessoas. Hoje eu posso dizer que já gosto de Brasília.





NASCI COM A FUNDAÇÃO

A história da Fundação Banco do Brasil se confunde com a minha. Participei desde o início da Fundação Banco do Brasil. Eu trabalhava na Consultoria Técnica da Presidência do Banco, antiga COTEC, que tinha uma unidade chamada Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica - o FIPEC. Cuidava do apoio à pesquisa tecnológica, pesquisa de ponta, pesquisa aplicada para universidade, centros de pesquisas e consorciados entre empresas e universidade. Daí o Banco tomou a decisão de iniciar o estudo para tentar expandir mais esse horizonte de ação. Então, buscou-se a opção de criar uma Fundação com várias áreas de atuação, desde assistência social até tecnologia de ponta, com enfoque nos campos de Assistência Social, Saúde, Recreação e Desporto, Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura. A Fundação começou a atuar muito como financiadora, que era o papel do fundo que deu origem a ela, mas apoiando todos os tipos de projetos.

Houve o impacto da dificuldade política de implantação da Fundação, a despeito de ela ter sido criada em 1985. Ficamos com dificuldades administrativas, resistências do ponto de vista político e institucional. Mas, na verdade, a Fundação veio a abrir as portas de fato em 1988, e o primeiro projeto foi o de construção e equipagem do Hospital do Aparelho Locomotor Norte de São Luís, que era a versão do Sarah Kubitschek daqui, fazia parte da Rede Sarah. Era um desafio para nós, bancários, abranger as capacidades de participação do Banco na sociedade e o envolvimento socioeconômico. Não podendo abrir mão do lucro, era preciso ter um ente, um braço social que pudesse cuidar disso sem macular qualquer tipo de dispositivo legal.



**Filial da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, inaugurada em 1993.
São Luís, MA**

Equipe da Fundação Banco do Brasil
em churrasco de confraternização.
Gama, DF, 1992

Na página ao lado:
University of Edinburgh.
Edimburgo, Escócia, 1955

// Meu nome é Jeovan Soares.
Nasci em 25 de setembro
de 1959, em Anápolis, Goiás.
Tomei posse no Banco do Brasil em 21
de maio de 1980, como Posto Efetivo.
Nessa época, trabalhar no Banco do
Brasil era uma oportunidade de ter um
emprego garantido, com salários bons,
além de impulsionar o desenvolvimento
econômico e social do país. A Fundação
Banco do Brasil é uma escola em todos
os sentidos: galgamos os postos inter-
mediários até chegarmos onde estamos,
fizemos amigos, conhecemos pessoas,
vivenciamos a realidade do país, passa-
mos a ser mais solidários e acreditamos
na ação individual como “motor” do
desenvolvimento social. Não estamos
sozinhos formando um mundo melhor.
Hoje, a sociedade está mais consciente
de seus direitos e de suas obrigações.
As empresas são demandadas no senti-
do de retornar alguma ação social para
a comunidade que as sustenta. O Banco
do Brasil está à frente desse processo,
pois sempre assumiu o papel de fomen-
tar o desenvolvimento social
e econômico do país //



A Fundação foi criada nesse espírito. O Conselho Curador da Fundação era só de Ministros de Estado, depois é que chamamos representantes de outros setores. Aí a Fundação começou a ganhar um espaço maior como ente da sociedade civil brasileira. De 1985 até 1988 foi um processo de superação desses obstáculos políticos, administrativos, burocráticos.

Particpei do processo de concepção da Fundação, inclusive conheci outras instituições e os seus papéis, e descobrimos que a Fundação Banco do Brasil não tinha nenhuma similaridade. Por exemplo, concebi a montagem do projeto do Hospital do Aparelho Locomotor Norte de São Luís. Fui fazer o primeiro convênio, mas eu não sabia como fazê-lo. Então era preciso criar as normas ou aceitar as que vinham do FIEPEC, abraçando esses outros campos e garantindo alguma peculiaridade em função do novo ente que era a Fundação. Foi um aprendizado contínuo.

COMO SER PIONEIRO?

Para dar uma idéia da dificuldade e do pioneirismo da Fundação, tivemos projetos fantásticos e importantes, como o simulador de voo da Embraer, com tecnologia de alto nível. Ao lado disso, uma professora da UnB solicitou e nós patrocinamos a sua participação em um Campeonato de Pipa, no Canadá.

Éramos abertos a todas as possibilidades, a todos os tipos de pedidos das mais diversas naturezas. Nós apoiávamos quem chegasse primeiro, porque o mercado do Terceiro Setor não existia. Apoiamos muitos atletas, alguns dos quais passaram a ter uma expressão nacional, como a Carmem de Oliveira, que veio a ser campeã da São Silvestre.

Existem vários casos pitorescos, pois recebíamos todos aqueles que vinham nos procurar. Um belo dia, um rapaz chegou com o projeto de fazer um dicionário da linguagem dos bichos, dos animais. Disse



ele: “Eu descobri que os animais falam. Eu estava vindo do cemitério, depois do enterro da minha mãe, quando eu passei por um cachorro e escutei ele falar uma palavra de baixo ‘escalão’ para mim. Depois eu comecei a falar com as abelhas e agora falo com todo mundo. Eu quero fazer um dicionário.” Perplexo eu pensei: “Vou dar o telefone do meu psiquiatra, porque o dele não está resolvendo.”

RECONSTRUIR A FUNDAÇÃO

Pessoas que fazem parte da Fundação também fazem parte da História. Um ponto importante foi a época em que a Fundação precisou redirecionar sua forma de atuação a partir de 1992. Tivemos que construir novamente essa instituição de uma forma diferente para poder viabilizar seu funcionamento, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive destinação de recursos para outras entidades.

O caminho da Fundação é sem retorno no sentido de ajudar a sociedade nesse processo de melhoria da qualidade de vida e de aquisição de cidadania. A Fundação, ao lado de outras instituições, não vai jamais poder se furtar a fazer esse tipo de trabalho e de tentar mostrar experiências bem-sucedidas para que sejam adotadas como políticas públicas. Então, a Fundação vai atuar fundamentalmente nesse processo de sustentação, na demonstração das possíveis soluções e de como implementá-las.



OS PRIMEIROS PROJETOS

Trabalhar com os chamados “projetos de balcão” permitiu atuação diversificada para a Fundação Banco do Brasil. Na área de ciência e tecnologia, destaca-se, em 1988, o convênio com a Fundação do Fígado, para a descoberta de novas técnicas de transplante; na área social e filantrópica, destinou-se financiamento para a construção do Hospital de Medicina do Aparelho Locomotor Norte de São Luís, no Maranhão; na área educacional, o Projeto Vídeo-Escola é desenvolvido em 260 núcleos escolares; na área da cultura, os financiamentos foram dados para filmagens e para divulgação da Campanha de Popularização de Teatro em oito cidades brasileiras. A área recreativa e desportiva investiu na melhoria de infra-estrutura para a prática de esporte; nas comunidades urbano-rurais, a preocupação maior foi com os sistemas de abastecimento de água potável. Na verdade, são milhares de projetos desenvolvidos em parceria com inúmeras comunidades e centros de pesquisa.



Francisco Newton Cisne Vasconcelos

Eu nasci em Santana do Acaraú, Ceará, dia 18 de junho de 1947. Saí de lá com cinco anos de idade, pois eu tive paralisia infantil. Fui me tratar em Fortaleza, no Recife, no Rio de Janeiro e, finalmente, em 20 de junho de 1960, vim para Brasília, onde fiquei no Hospital Sarah Kubitschek. Fiz três cirurgias no Hospital Distrital, hoje Hospital de Base. Passei um ano e oito meses internado.

Trabalhei no *Correio Brasiliense* como revisor, fui para o *Jornal do Commercio*, do Recife, também como revisor, ingressei no Banco Financial, passei pelo Banco Lar Brasileiro, pelo Banco Comercial do Nordeste, pelo Banco Comercial e Indústria de Pernambuco, onde eu conheci o diretor José Aristophanes Pereira, que me trouxe para Brasília. Passei no concurso do Banco do Brasil em 1972, na agência de Caruaru. Fui Caixa-Executivo. Depois, fiz o curso de caixa em Brasília e vim para a Gerência do Nordeste. Nessa época, eu fazia faculdade de Economia, mas o Banco não dava tanta importância para que o funcionário fosse formado, queria mesmo era um bancário. Como eu tive um período de quase oito anos viajando pelo Banco, deixei de estudar e acabei me formando em Direito em dezembro de 2005, juntamente com meu filho mais novo.

FAVELA COLORIDA

Brasília era uma cidade bem improvisada. Existia um Grupo de Trabalho de Brasília, que arranjava moradia para os recém-chegados. Eu e meu irmão, que vinha trabalhar no Instituto dos Bancários, o IAPB, fomos para um apartamento num conjunto chamado “JK”, carinhosamente apelidado de “Favela Colorida”, pois cada janela era de uma cor diferente. O grande inconveniente da cidade era a poeira, o barro vermelho que corria rapidamente a nossa camisa de marrom. Eu gosto demais de Brasília! Vivi 35 anos nessa cidade!



PROGRAMA COMPLETO

Inicialmente, fui trabalhar em um grupo diretamente ligado ao gabinete da Presidência, idealizando o FUNDEC durante praticamente um ano. Começamos a implantar o programa em várias comunidades, sendo o primeiro em Serra Negra do Norte. Fiquei responsável por alguns Estados do Nordeste, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba.

O FUNDEC era um programa completo, que dava toda a infraestrutura a um município de 500 a 5 mil habitantes. Mas foi crescendo e já ficava um pouco destoante da própria função do Banco, porque éramos funcionários da COTEC, ligados à Presidência, e ficávamos no FIPEC e no FUNDEC, ambos ligados à COTEC. Na verdade, o Banco ainda queria um atendimento a outras entidades. Então, surgiu a idéia da Fundação, mas isolada dos dois programas num primeiro momento. Foram criados programas de educação, de saúde e de assistência social. O FIPEC e o FUNDEC repassaram os fundos à Fundação.

A partir daí, deslocamos equipes para começar a implantar, em cada Estado, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, um primeiro FUNDEC para servir de exemplo e até levar pessoas para conhecer o trabalho e avaliar o envolvimento da comunidade. Eu trabalhei em todas as fases do FUNDEC. O Projeto Gurguéia, no Piauí, era conduzido pelo padre José Anchieta Cortez em uma comunidade de um assentamento. O padre obteve um financiamento do Banco do Brasil para comprar a terra e, com recursos também do Banco e recursos internacionais da Cáritas da Alemanha, instalou um núcleo rural. Nós, através do FUNDEC

MISSÃO

A Fundação Banco do Brasil foi criada com o objetivo de atuar nos campos educacional, social, filantrópico, cultural, recreativo-desportivo, além de incentivar o fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais, a fim de melhorar as condições de vida dos brasileiros. Isso se dá por meio de ações de promoção, apoio, incentivo e patrocínio para o desenvolvimento, a implantação e a avaliação de programas, contando com a participação das Superintendências Regionais e da ampla rede de agências do Banco do Brasil. Hoje, sua missão está atualizada com as demandas de uma sociedade em permanente transformação, bem como ampliada pela parceria com outras instituições - governamentais e não governamentais. Sua atuação está pautada pela promoção da cidadania e da inclusão social nas comunidades brasileiras, com foco nas áreas da educação, geração de trabalho e renda e reaplicação de tecnologias sociais, beneficiando milhares de pessoas.

// Eu me chamo José Alípio de Souza Xavier. Nasci em 16 de dezembro de 1956, na cidade do Rio de Janeiro. Eu trabalhei 18 anos no Banco do Brasil, em Brasília, e há 13 anos estou na Fundação. Entrei para trabalhar oito horas diárias na Direção-Geral do Banco. Eu trabalhava na área de Segurança, via acontecer fraudes, crimes, seqüestros, assaltos. Recebi um convite para trabalhar na Fundação.

A mudança de serviço é radical, porque na Fundação só tratamos com o social, para amenizar o sofrimento do povo. Atualmente, eu sou Assessor Pleno, trabalho na Secretaria-Executiva prestando serviços à Diretoria-Executiva, ao Presidente e aos demais funcionários.

Eu trabalhei aproximadamente dez anos na área operacional da Fundação, no Programa Geração de Trabalho e Renda. Um projeto bem interessante foi o Homem do Campo, que enviava assessores e analistas da Fundação às localidades para fazer um diagnóstico das necessidades no tripé saúde, educação e agricultura familiar. Saíamos dos gabinetes de Brasília para as comunidades para verificar a necessidade de projetos, que elaborávamos nas localidades com o Prefeito, o Secretário de Administração, e os trazíamos com o objetivo de implementar as ações. A Fundação Banco do Brasil tem um espectro muito amplo de atuação nas áreas de saúde, educação, geração de trabalho e renda, assistência social e desenvolvimento de novas tecnologias. Definida enquanto agente de desenvolvimento, a Fundação é simplesmente a única no Brasil **//**.



fomos para lá. O Vale do Gurguéia é semelhante ao Nilo. Os moradores plantam arroz, irrigado naturalmente pelo rio, o que resulta numa produção muito alta. Além disso, eles também produzem muito mel silvestre. O núcleo rural do Gurguéia foi atendido duas vezes pelo FUNDEC. Toda a infra-estrutura era proveniente do Banco. Em 1996, fui com o João Pinto Rabelo para o Piauí. Quando chegamos, havia a inauguração de várias obras do segundo PDCI - Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado, e no ginásio de esportes estava o meu nome, "Cisnã".

Outra comunidade pela qual eu tinha um carinho muito especial era Nova Roma do Sul, no Rio Grande do Sul. A comunidade progrediu demais! Financiamos tudo e eles fizeram em dobro. O FUNDEC foi um programa que marcou a presença do Banco e da Fundação no coração dos brasileiros menos favorecidos. Era um programa realmente bonito, só tínhamos o problema de muita gente não ter esse espírito comunitário. No Nordeste isso é difícil. Mas foi uma experiência muito positiva, porque a Fundação está hoje com um foco diferente.



A ALMA NOVA DO FUNDEC

Quando a equipe do FUNDEC foi desestruturada, eu vim oficialmente para a Fundação Banco do Brasil, em 28 de junho de 1986. Na Fundação, fiquei como Coordenador de uma equipe para conduzir o FUNDEC. Depois, no início da década de 90, chefieei um grupo especial, o GEA - Grupo Especial de Análise, num regime de trabalho muito intenso: sem direito à família, aos fins de semana e sem horário. Foi um período de tensão máxima.

Quando Maurício Teixeira foi nomeado o novo diretor, trabalhou na reorganização da Fundação. Foi nessa época que o FUNDEC tomou alma nova, tendo sido batizado de FUNDEC II. Na verdade, tudo era do FUNDEC, o espírito, a forma de atendimento, só que, ao invés de selecionar, ou cadastrar o estabelecimento, era feita uma proposta e uma seleção dessas cartas-proposta e ia atender aos projetos como no FUNDEC. Nós voltamos a atuar com toda a força. Conduzi o Programa Homem do Campo e o AABB Comunidade.

A Fundação, para mim, foi uma escola. O trabalho da Fundação, diferentemente do Banco, dá uma satisfação pessoal muito grande.

A Fundação já representou, para muitas entidades, a realização do sonho de pessoas que se dedicam ao ramo, porque as pessoas disseram em muitos depoimentos: "Só a Fundação seria capaz de tornar realidade esse sonho!"



À esquerda: Francisco Newton Cisne Vasconcelos e Eliane Matioli em viagem de implantação do PDCI - Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado. A "jardineira", era o único meio de transporte utilizado na ligação entre os municípios de Cururupu e Bacuri. MA, 1985
Abaixo: crianças de uma comunidade. Palmas, TO, 1997

FILANTROPIA

O conceito de filantropia está associado à doação e à assistência a problemas sociais com medidas emergenciais. A filantropia no Brasil se desenvolveu por meio de diversos setores da sociedade, principalmente pela Igreja Católica, com o apoio do Estado, em resposta às desigualdades sociais do país. Desde meados dos anos 80, as ações de caráter filantropo passaram a ser chamadas de investimento social privado, capazes de promover transformações e de contribuir para o desenvolvimento do país. O desenvolvimento da filantropia no Brasil foi marcado pelo fim da ditadura militar, em 1985. Novos agentes sociais, inclusive da área empresarial, começaram a se engajar em diversas áreas. Esse fenômeno criou a base tanto para o estado democrático quanto para o desenvolvimento do chamado Terceiro Setor.



1



2



3



4



5

1. Manifestação dos Bancários na Praça do Cebolão, em frente à Sede I do Banco do Brasil. Brasília, DF, s.d.

2. Homenagem à Fundação Banco do Brasil. Novo Oriente, CE, 1994

3. Jairo Brod participa do seminário de planejamento da Fundação Banco do Brasil. Brasília, DF, 1994

4. O funcionário do Banco do Brasil, conhecido como "Chico FUNDEC", Maurício Teixeira e Francisco Newton Cisne Vasconcelos. Brasília, DF, 1994

5. Rosane Collor de Mello com Alberto Merchede de Oliveira (à direita), em solenidade de assinatura de convênio. Rio de Janeiro, RJ, s.d.



TEMPOS DE CRISE 1992 A 1995

O início da década de 90 foi pautado na nova organização da Fundação Banco do Brasil, a fim de que garantisse instrumentos normativos para a constituição de uma infra-estrutura básica para uma gestão “verdadeiramente profissional”. Em 1992, o cenário político brasileiro era turbulento, resultado do *impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Sentindo os ecos desse momento, a atuação da Fundação Banco do Brasil precisou ser revista a partir da intervenção engendrada pelo Ministério Público. Para tanto, foi criado o Grupo de Trabalho, cuja finalidade residia em empreender uma profunda revisão dos estatutos e do regimento interno da Fundação, aprovados em 16 de novembro de 1994. Em termos de governança corporativa, a Fundação Banco do Brasil é assumida pelo Diretor-Executivo, que responde pela Fundação, e o Presidente do Banco do Brasil passa a ser o Presidente do seu Conselho Curador.

DEPOIS DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM 1992, AS AÇÕES DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL FORAM REVISTAS E UM NOVO ESTATUTO FOI ELABORADO

Com esse intuito, foram criados instrumentos organizativos, tais como o Manual da Fundação Banco do Brasil. Foram feitos também os primeiros estudos de planejamento estratégico para a atuação da Fundação. O resultado de toda essa transformação é fruto da parceria com o Ministério Público, por meio da Curadoria das Fundações, e representou o fim das denúncias de favorecimento político em anos anteriores.



Luís Fernando Duarte Siqueira

O meu nome completo é Luís Fernando Duarte Siqueira, mas, no Banco do Brasil, meu nome de guerra é Siqueira. Lembro-me da vila em que nós morávamos na Tijuca. Meu pai me levava freqüentemente ao futebol e teve a ótima iniciativa de me fazer botafoguense.

A época da Faculdade de Engenharia foi muito corrida na minha vida, porque eu estudava e, ao mesmo tempo, já comecei a fazer estágio na Cooperativa Habitacional do Estado da Guanabara, em 1968. Era uma cooperativa que construía conjuntos habitacionais. Aprendi a verificar a precisão da aplicação dos materiais de tal forma que se garantisse a boa qualidade do empreendimento e também propiciasse a liberação das parcelas das obras.

TUDO ACONTECEU MUITO RÁPIDO NA MINHA VIDA

Até 1970 eu trabalhei também na Coophab-GB e, mais tarde, fui trabalhar na Área de Avaliações de Imóveis da Copeg - Companhia Progresso do Estado da Guanabara, onde cheguei a Chefe do Departamento Imobiliário. Fiquei lá até 1975. Tudo aconteceu muito rápido na minha vida, pela própria necessidade de ter sido Professor, trabalhar com classes muito grandes em curso pré-vestibular e como Fiscal de Obra, conhecendo o canteiro de obras. De 1974 para frente, eu cheguei a passar um período em empresas privadas.

Chegamos ao ano de 1979. Assumi uma Diretoria do Banco do Brasil. Depois de um ano no Rio de Janeiro, fui trabalhar em Brasília, em março de 1980. Eu respondia pela Diretoria de Recursos Materiais, sobretudo pelo Departamento de Engenharia e pelo Departamento de Serviços. Ocupei essa posição de 1979 até 1985. Fui nomeado Engenheiro do Banco do Brasil.

Acima, ao lado: Cesar Aceti Lenz Cesar (segundo da esq. para a dir.) em momento de descontração na Fundação Banco do Brasil. Brasília, DF, 2000



ENFRENTANDO PERCALÇOS COM A EQUIPE

Convidado para ir trabalhar na Fundação Banco do Brasil em 1990, percebi que havia um forte clima político envolvendo interesses da parte da diretoria em administrar a Fundação, que não queria que ela se mantivesse dentro da mesma estrutura, e da Diretoria de Recursos Humanos do Banco do Brasil, que queria ter o poder de administrar a Fundação. Naquela época, tínhamos como Presidente o Presidente do Banco do Brasil, o Diretor era o chefe da COTEC e estava vago o cargo de Secretário-Executivo, encarregado da parte administrativa da Fundação. Mas a Diretoria de Recursos Humanos queria que o Secretário-Executivo ficasse subordinado ao Diretor de Recursos Humanos. A partir daí, foi um embate de dois meses, porque havia uma pressão política muito forte em cima dos membros do Conselho Curador para atender a alguns interesses de cunho político e não para os destinos que a administração da Fundação achasse mais adequados.

EM DEFESA DA FUNDAÇÃO E DE SEUS FUNCIONÁRIOS

Quando eu cheguei à Fundação, encontrei um corpo sólido de defesa contra aquelas pressões políticas. Tinha ali funcionários experientes, antigos, conhecedores profundos do processo da Fundação, pessoas extremamente sérias, e muito dedicadas. Era realmente uma instituição voltada para o bem público, interagindo com as agências do Banco, com as comunidades, num processo eletivo das atividades muito saudável. Então, fica muito mais fácil enfrentar percalços encontrados em um trabalho novo quando existe uma equipe dessas.

Os três chefes de divisão eram o Reynaldo Miranda de Abreu, o Jacques Teonas e o José Honório da Silva. Os processos eram analisados a partir de cada uma das divisões. Nós trabalhávamos em equipes, que faziam reuniões permanentes, debatendo todos os projetos. O objetivo era sempre fazer o melhor projeto e assisti-lo da melhor maneira.



Meu nome é Cesar Aceti Lenz Cesar. Nasci em 29 de março de 1953, em Niterói, no Rio de Janeiro. Meu pai era analista de sistemas, e minha mãe, do lar. Entrei na Faculdade de Engenharia. Quando fiz o concurso do Banco do Brasil, eu já estava casado. Fui para Carinhanha, na Bahia, em 1977, onde trabalhei por um ano e quatro meses. Voltei ao Rio de Janeiro, para a agência Cinelândia, como Caixa. Depois, fui para o DEPIN, o Departamento de Administração do Patrimônio Imobiliário. Fiquei no Rio um mês só, porque o DEPIN foi transferido para Brasília, onde trabalhei até 1984. Foi em fevereiro de 1995 que entrei na área Administrativa da Fundação Banco do Brasil. Ela estava tentando sair daquela imagem ruim de ingerência política da época da intervenção, em 1992. A reestruturação foi em abril. Esse período foi difícil, porque era política do Banco cortar esse cordão umbilical. O preço foi muito alto. Mas o que sobrou de bom foi a nossa união. A Fundação levou um tempo para cicatrizar. Apagar, não vai apagar nunca. Trabalhei lá até setembro de 2002. Fiquei no Administrativo quase o tempo todo, com a passagem de um ano pela Área Contábil. Fui Gerente de Núcleo no Administrativo. Eu cresci na Fundação, entrei na menor comissão e cheguei até a assessoria. Em algumas situações difíceis, eu me vi com vontade de sair. Mas fiquei pelo próprio apoio dos colegas, que eu nem chamava mais de colegas, mas de amigos. No cômputo geral, avalio que o trabalho na Fundação Banco do Brasil foi muito positivo, porque foi uma escola em que eu aprendi muita coisa //



Meu nome é Edmilson Soares de Andrade. Eu nasci em Três Marias, no ano de 1959.

Meu pai sai de Três Marias e vem para Brasília por volta de 1960. Eu cheguei com seis meses. Quando tinha três anos, fui morar na cidade-satélite de nome Gama. Já com 16 anos e dois meses, eu ingressei no Banco do Brasil como Menor Aprendiz. Depois, fiz um concurso pra Contínuo e voltei ao Banco, onde fiquei até me aposentar. Eu ingressei na FUNCI - Departamento de Funcionalismo do Banco. Era um ambiente completamente diferente do cotidiano em que eu vivia. Fui aprendendo com a vivência e fui me apaixonando - a verdade é essa - pelo Banco. No DEIGE, o Departamento de Informações Gerenciais e Estatísticas, eu era Contínuo e minhas atribuições eram: pagamentos, cópias, malotes e caixas do formulário O63. Daí eu passei em um concurso interno e fiquei no mesmo DEIGE, como PE - Posto Efetivo até surgir a vaga de Auxiliar Administrativo. Passado um tempo, fui Assistente. Mas, em 1990, o DEIGE foi extinto e eu fui para a Fundação. Fui trabalhar no SETAD - Setor Administrativo. Fiquei de 1990 até 2003. Quando eu entrei no Banco, pensei que aos 49 anos de idade eu estaria me aposentando. E, de repente, eu me vi obrigado a deixar os colegas, a Fundação e o Banco, por conta de um tumor. Eu tinha que pensar em viver. A minha trajetória na Fundação foi de responsabilidade, de entrega e, acima de tudo, honesta para a Fundação, para os meus amigos e também para comigo mesmo //

Um dos exemplos foi o projeto de construção do Hospital do Aparelho Locomotor Norte, em São Luís, no Maranhão, em parceria com a Fundação Pioneiras Sociais. Era um projeto grande, iniciado há muitos anos. Fizemos uma espécie de convênio com o Departamento de Engenharia do Banco do Brasil, para que prestasse assistência à Fundação em todos os projetos que envolvessem obras, para analisar a documentação, o memorial descritivo, as especificações e o cronograma físico-financeiro da obra e o material inicial do empreendimento. A Fundação passou a adotar esse procedimento dali para frente.

COMO PÁRA-CHOQUE

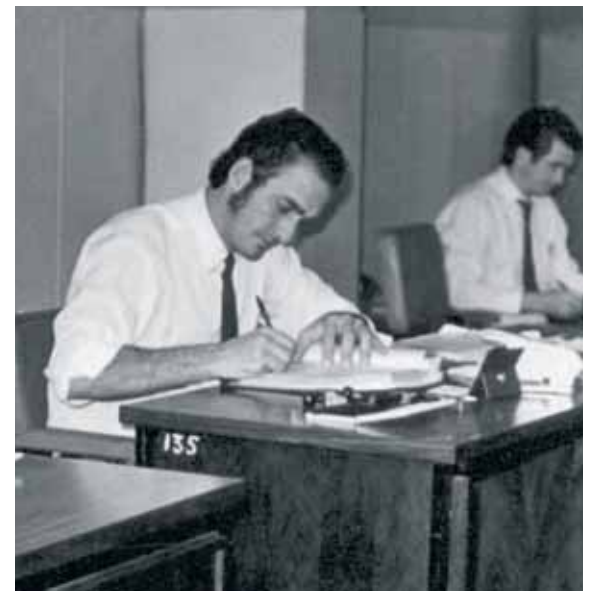
A Fundação tem um papel preponderante no país em termos de saber colocar corretamente os recursos, porque a parceria dela com as agências, que são os braços e os olhos do Banco, faz com que os recursos sejam otimizados. Vemos pequenas melhorias, benfeitorias numa propriedade, numa comunidade, a colocação de um abatedouro, de uma pequena creche, uma ação que contou com a participação da comunidade, da agência do Banco e da Fundação.

Fiquei quatro meses de pára-choque no comando da Fundação Banco do Brasil, de junho a outubro de 1990. Isso porque o clima estava muito tenso por conta dessa situação jurídica. Neguei vários projetos. Foi muito intenso, mas foi um ganho muito grande. Eu me sinto realizado por ter introduzido, nessa gestão, uma administração participativa, que significou uma mudança de postura gerencial importante, sobretudo o convênio com a área de Engenharia e Arquitetura do Banco do Brasil, para participar dos projetos de engenharia de construção da Fundação, como se fosse um empreendimento do Banco.

A Fundação, da forma como foi concebida pelo presidente Camillo Calazans de Magalhães, é a melhor imagem que o Banco deixa nas comunidades e tem um efeito melhor do que qualquer propaganda caríssima e empacotada. A presença da Fundação auxiliando o desenvolvimento do pequeno empreendedor brasileiro, da pequena comunidade, tem um efeito excepcional!



Meu nome é Alberto Merchede de Oliveira. Eu nasci em 2 de dezembro de 1943, na cidade de Sena Madureira, no Acre. Entrei para o Banco do Brasil como Auxiliar de Escrita, em agosto de 1964. Um ano depois, no concurso interno, fui o único aprovado para Escriurário. Comecei a trabalhar na agência de Rio Branco, na Cobrança, e, depois, circulei pela agência toda, com exceção da Gerência e do Caixa. De Rio Branco eu saí em 1977 e vim para a Direção-Geral em Brasília. Fiz um estágio de 90 dias no DEPAP - Departamento de Administração de Pessoal. Diziam que Brasília tinha três Ds: o D de Deslumbramento, porque é toda simétrica; o D de Desencanto, porque não tem o movimento de São Paulo e do Rio de Janeiro, e o D de Desespero! Eu entrei na Fundação Banco do Brasil em 1990, e assumi o cargo de Secretário-Executivo com a missão de cuidar do dia-a-dia da entidade. Eu tinha o seguinte lema na Fundação Banco do Brasil: atendia qualquer um que chegasse lá. Um dia, veio um político que queria que a Fundação financiasse um museu para a memória do pai dele, um ilustre desconhecido. Nessas horas, a gente faz das tripas coração. Para evitar a sobrecarga de atendimentos, fizemos um planejamento estratégico que não foi implantado. Deixaríamos uma margem de 20% para pedidos que viessem diretamente da Fundação e os outros 80% seriam voltados para atividades proativas selecionadas. Nessa época, era comum trabalharmos até tarde. Mas quando me chamaram pela terceira vez na semana para despachar às 21 h, terminei por me aposentar. Fiz um requerimento e me aposentei no dia 11 de setembro de 1991. O meu sucessor tinha uma equipe muito boa e conseguiu levar avante os projetos //



Alberto Merchede de Oliveira e Getúlio Pessoa na agência do Banco do Brasil. Rio Branco, AC, década de 30

INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 11 de setembro 1992, a Fundação Banco do Brasil sofre denúncias de desvio de finalidade, a partir de informações internas divulgadas pela imprensa. O conteúdo das denúncias envolvia o uso de recursos da Fundação para favorecimento político de deputados aliados do Presidente Fernando Collor de Mello, principalmente durante o processo do *impeachment*. A Fundação passa por uma intervenção na administração, entre os dias 18 e 21 de setembro, através do Ministério Público da União. No dia 28, seus recursos são bloqueados, tendo como consequência a suspensão de novas solicitações de apoio a projetos. Após a turbulenta crise política que atingiu o país com o *impeachment* do Presidente Collor, a Fundação Banco do Brasil reavalia os projetos que já haviam sido deferidos e retoma a gestão do FUNDEC através do Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado - PDCI.







Maurício Teixeira da Costa em sua casa. Rio de Janeiro, RJ, 1969

**Ao lado, abaixo:
Programa CNEC - Campanha
Nacional das Escolas da
Comunidade. Crateús, CE, 1994**

Maurício Teixeira da Costa

Meu nome é Maurício Teixeira da Costa. Nasci no dia 10 de junho de 1945, no Rio de Janeiro. Freqüentei o Colégio Militar e, como eu tinha necessidade de ajudar minha família, fiz o concurso e entrei no Banco do Brasil com 19 anos de idade. O Colégio Militar e o Banco do Brasil foram instituições que marcaram a minha vida: em ambos existem padrões muito rígidos de hierarquia, de normas, de disciplina, que são valores muito positivos.

No Banco do Brasil, eu tomei posse no Departamento de Funcionalismo, o chamado FUNCI. Eu comecei minha carreira já cuidando de recursos humanos. Era um trabalho de rotina, batendo registro de movimentação de pessoal, de transferência de funcionário, de comissionamento de funcionário no interior do Brasil, trabalho de movimentação de pessoal.

UMA CARREIRA PRECOCE NO BANCO DO BRASIL

Com 25 anos, eu me mudei para Brasília, porque achei que era uma excelente oportunidade para a minha carreira e para a minha vida pessoal. Em 1973, surgiu uma oportunidade pelo Banco de fazer uma seleção para mestrado no exterior, um curso de aperfeiçoamento em Michigan. Fiquei lá um ano e meio, depois fiz mais três meses de estágio na agência de Nova York. Eu costumo dizer que a única agência em que eu trabalhei foi a de Nova York. É muito chique!

No Banco, a minha carreira sempre foi muito precoce nesses cargos. Eu fui Chefe de Divisão no Departamento de Estatística; voltei, em 1977, a trabalhar na área de Recursos Humanos, para reestruturar a carreira do Banco. Depois, trabalhei na área de Formação de Treinamento, que é o DESED, e de lá fui novamente para a área de Recursos Humanos. Em 1982, fui fazer o curso da Escola Superior de Guerra. No ano seguinte, volto como Chefe de um departamento novo chamado de DEASP, de Assistência e Disciplina, que é da parte assistencial e, ao mesmo tempo, disciplinar do Banco, na área de Recursos Humanos.



MUDANDO O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Em novembro de 1992, estava como Diretor de Recursos Tecnológicos e Materiais quando ocorre o *impeachment* do Presidente Collor. Fui convidado pelo Presidente Alcir Calliari para ser o Presidente da Fundação. Mas o Presidente do Banco do Brasil respondia pela Presidência da Fundação e também como Presidente do Conselho Curador da Fundação. Havia uma concentração de poderes muito grande. Nessa época é que a Fundação ficou muito exposta na mídia e levou a Curadoria de Fundações a fazer a intervenção na Fundação.

Quando eu assumo, ainda existe essa intervenção, e o grande problema que nós tínhamos era exatamente a insatisfação do Ministério Público em relação às atividades da Fundação. A primeira coisa que eu fiz foi convencer o Curador de Fundações de que era outro tempo e de que nós estávamos lá para trabalhar junto com eles, para principalmente mudar o estatuto da Fundação. O que precisava fazer era mudar o estatuto da Fundação para mudar a estrutura de poder dela, para que não ficasse nas mãos de uma só pessoa, como era antigamente.

Fizemos um estatuto novo. Então, eu passei a ser o Diretor-Executivo, o cargo máximo da Fundação. Na mudança do estatuto, passou o Presidente do Banco a ser apenas o Presidente do Conselho Curador, não tinha mais ato de despachar nada; ele presidia um conselho que decidia sobre o orçamento, as metas, as realizações, tudo o que um conselho maior faz. O ato de despachar, deferir e indeferir, passou a ser só para a Fundação, através do Diretor-Executivo. Isso deu à Fundação maior autonomia, pois o Presidente do Banco não decidia mais nada sobre processos singulares, ele apenas presidia um conselho que aprovava os orçamentos.

ATUAÇÃO EM PROJETOS PRÓPRIOS

Com o novo estatuto, foi possível à Fundação Banco do Brasil criar e desenvolver projetos próprios, pensados a partir da identificação e da análise dos problemas da sociedade brasileira. Estavam criadas as bases para um trabalho de melhor qualidade, já que os novos tempos impuseram parcimônia e austeridade na concessão de auxílios e patrocínios. Entre os projetos dessa fase, destacamos: Alimentação Alternativa, que propõe dotar os segmentos menos favorecidos da população brasileira de conhecimentos e técnicas que possibilitam suprir carências nutricionais com alimentos disponíveis nas localidades, a custos reduzidos; Projeto Bandas, que revigora as bandas musicais espalhadas em todo o país; o Ação em Prol da Cidadania, que visa dotar as populações carentes de condições favoráveis para um desenvolvimento auto-sustentado; e o Programa CNEC - Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, de apoio às escolas de 1º e 2º graus, voltado à formação da juventude brasileira, além da continuidade das ações do FUNDEC.



BASES PARA UM TRABALHO MELHOR

Após o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, a Fundação Banco do Brasil reavaliou projetos, retomou a gestão do FUNDEC e criou o Grupo de Trabalho, cuja finalidade era empreender uma profunda revisão em seu estatuto. Buscava-se, sobretudo, “assegurar a independência da Fundação em relação ao seu instituidor, reduzir a vulnerabilidade a falhas administrativas, tornar o Conselho Curador mais representativo da sociedade brasileira e mais independente da administração pública, além de garantir receitas para a manutenção da Fundação”. Em 1993, a Fundação Banco do Brasil elaborou instrumentos organizativos, tais como o Manual da Fundação Banco do Brasil, “uma antiga aspiração do corpo funcional da entidade, na medida em que disciplina e sistematiza as diretrizes operacionais”. Além disso, foi realizada e aprovada a reformulação do Estatuto e do Regimento Interno da Fundação, que entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, fruto de uma parceria com o Ministério Público, através da Curadoria das Fundações.

HERBERT DE SOUZA, BETINHO COMO GUIA

Cheguei em novembro de 1992, e começamos a trabalhar para recuperar a Fundação. Nós só respondíamos auditoria, inquéritos, investigações e sentenças. Minha estratégia era a seguinte: “Esse ano nós vamos fazer um saneamento da Fundação, da imagem dos negócios e a comprovação de que não há nada de irregular em relação ao estatuto.” Comprovou-se depois, no Tribunal de Contas. O ano de 1993 foi de arrumar a casa, prestar contas, e isso teve uma consequência boa. O ambiente, aos poucos, foi melhorando. Essa foi também uma grande vitória. A Fundação recuperou a imagem positiva que tinha e passou a ser novamente reconhecida como uma instituição que faz seu trabalho corretamente.

Colocamos na prática o que eu tinha estudado e praticado no Banco. E tivemos sucesso, pois as pessoas se sentiram valorizadas. Eu confiei na equipe que estava lá: “Vamos trabalhar, vamos recuperar.” E 1994 foi um ano realmente de grandes realizações, de voltar a funcionar. Aí, sim, eu pude aproveitar o que a Fundação oferecia, relacionando-me com tantos campos de atividades diferentes e tantas pessoas fora do ambiente de banco, com artistas, cientistas, gente da comunidade, o que acrescenta muito à sua formação. O Herbert de Souza, o Betinho, foi membro do Conselho. Conhecer, trabalhar em um único conselho com Betinho e com o Dom Mauro Morelli, que na época era Bispo de Caxias e também membro do Conselho Curador, foi uma experiência de encontro com duas pessoas especiais, pessoas quase





divinas mesmo. Betinho marcou muito na Fundação. Ele dizia: “Você aqui faz tanta construção, você parece uma empreiteira, você ajuda no patrimônio, você tem que ajudar na formação das pessoas.”

DA PRESIDÊNCIA PARA O CONSELHO CURADOR

Fiquei na Fundação de novembro de 1992 até dezembro de 1994, quando me aposentei com 30 anos de Banco do Brasil. Mesmo aposentado, eu queria continuar ligado à Fundação, e fui para o Conselho Curador, onde fiquei dois anos.

Foi muito bom ter me aposentado na Fundação, onde fiz grandes amizades e um trabalho positivo. Nós tivemos que reformar a vida da Fundação para tirá-la daquele momento difícil em que estava. É uma trajetória que tem dois momentos muito distintos: o da reforma, da reestruturação, do saneamento e, depois, o da realização dos projetos que tínhamos em vista. Mas o maior desafio que enfrentei foi o da recuperação da imagem da Fundação.

Existem tantas carências em nosso país! Este é o pensamento social que a Fundação tem de ter em mente; quem sabe pensar sempre na mensagem do Betinho e no próprio Betinho, que é um bom guia para os trabalhos da Fundação. Por isso tudo, continuem trabalhando muito.

Herbert de Souza, o Betinho, no lançamento do Comitê Bancário contra a Fome, Miséria e pela Vida, na Praça dos Artistas, SCS. Brasília, DF, 1993

Ao lado: Maurício Teixeira da Costa, em dia de trabalho de campo, com pessoas da comunidade e da Fundação Banco do Brasil. São João del Rey, MG, 1993



1



2



3



4

1. Rosa Maria Neumann recebe, pelo Programa Criança e Vida, o Prêmio Guia de Boa Cidadania Corporativa da Revista *Exame*. São Paulo, SP, 2002
2. Estrela Bentes Simões e Regina no Prêmio Ordem do Mérito Cultural, dado à Fundação Banco do Brasil pelo Projeto Memória: Monteiro Lobato. Brasília, DF, 1998
3. Ricardo Braune e Paulo Sérgio em viagem de prospecção do Programa Homem do Campo. Cruzeiro do Sul, AC, 1997
4. Germana Augusta Macena e Estrela Bentes Simões, na companhia do Prefeito, visitam casa de farinha pelo Programa Homem do Campo. Araripina, PE, 1997
5. Germana Augusta Macena visita posto de saúde pelo Programa Homem do Campo. Araripina, PE, 1997



5



INICIATIVAS PRÓPRIAS 1996 A 1999

Foi a partir de 1996 que a Fundação Banco do Brasil passou a trabalhar com ações de longo prazo, além de estabelecer focos de ações específicos, maximizando os resultados de seus projetos. Modificando a lógica de sua atuação, mas respeitando os seus estatutos, a Fundação passou a trabalhar, em 1996, com os chamados Programas Estruturados, baseados no esforço de resgate da cidadania.

O Projeto Educar Plantando, em Paracatu, Minas Gerais, foi o embrião do Programa Homem do Campo, criado pela Fundação e que contemplou 51 municípios brasileiros. Essa experiência inaugurou uma nova forma de atuação, partindo da simplificação do acolhimento de projetos dentro do segmento escolhido.

Esse período pode ser considerado um momento de transição, pois, ao lado dos novos programas estruturados, a Fundação Banco do Brasil continuou respondendo a demandas específicas, tais como a restauração da partitura original da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, e o atendimento de 26 comunidades carentes com apoio a produção, comercialização, melhoria de infra-estrutura econômica e social e aperfeiçoamento das ações, através do FUNDEC.

A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, A PARTIR DE 1996, PASSOU A TRABALHAR COM OS PROGRAMAS ESTRUTURADOS, BASEADOS NO ESFORÇO DE RESGATE DA CIDADANIA



João Pinto Rabelo

Meus pais são Eliodoro Rabelo e Augusta Pinto Rabelo, pequenos comerciantes da Bahia. Na cidadezinha de Barra, onde nasci, havia um ar de inocência e de romantismo naquela gente da margem do Rio São Francisco. Estudei na Academia e trabalhei na empresa Laticínio Cândido Tostes, em Juiz de Fora. Fiz o concurso para Fiscal do Imposto de Renda, no Banco do Brasil, que era a certeza de ter o mínimo de segurança no futuro e de ter um bom salário na época. Fui morar em São Félix, na Bahia, e comecei a minha vida bancária lá.

ATENDENDO GENTE DA ROÇA

São Félix é uma cidade histórica. As maiores fábricas de charuto do Brasil situavam-se na outra margem do Rio Paraguaçu. Eu trabalhava no Banco de manhã, pois as agências rurais funcionavam das 7 até as 13 horas, dava aula em dois colégios e era Diretor da fábrica de charutos. O Banco do Brasil era uma agência pequena, de 30 funcionários, e eu atendia gente da roça. Para todo investimento, o agricultor tinha 12 anos para pagar. Começou a melhorar a qualidade de vida dos pequenos proprietários, que produziam basicamente feijão, milho, mandioca e fumo, que era exportado. Fizemos uma pesquisa na região para ver se não teria ali um microclima próprio para criar aves. Descobrimos uma cidadezinha chamada Conceição da Feira e tentamos convencer os moradores de que criar galinha podia ser melhor do que plantar fumo. Um cidadão começou com 200 pintinhos, trazidos de São Paulo. Hoje a cidade tem produtor que produz mais de 500 mil aves. O projeto virou uma cooperativa. Eu já devia ser da Fundação Banco do Brasil sem saber! Enquanto vivia em São Félix, fiz o curso de Administração, em Salvador.

TRAJETÓRIA NO BANCO DO BRASIL

Em 1968, mudei-me para o Rio de Janeiro para trabalhar na área de Recursos Humanos. Um ano depois, fui para Brasília, seguindo a mudança da matriz do Banco do Brasil. Trabalhei na Administração do Banco, no Centro de Processamento de Dados, um departamento inovador, que empreendia mudanças tecnológicas, além de fomentar a formação de técnicos, responsáveis pelas modernidades do Banco. Surgiram as



primeiras máquinas eletrônicas, o sistema de caixa-executivo e a capacitação do pessoal. Um momento profundamente importante na minha carreira foi quando eu fui convidado para vir para a Presidência, para fazer o Banco crescer e assumir recursos dessas grandes empresas: Petrobras, Eletrobrás, todas essas “brás”.

Quando o Betinho começou o trabalho contra a fome e a miséria, havia 3.250 comitês de cidadania, dos quais 2.500 eram do Banco do Brasil. Essa posição é inerente aos funcionários do Banco. O Camillo Calazans de Magalhães encarregou o Dr. Amílcar Martins, que, junto com a Assessoria Jurídica, montou o Estatuto da Fundação Banco do Brasil e levou para o Conselho de Administração, que o aprovou.

Fiquei um período no exterior, nas cidades do Porto e de Lisboa, morei dois anos em Assunção e retornei ao Banco do Brasil em 1994, para trabalhar no gabinete do Presidente. Foi quando surgiu a ANABB - Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, como braço político do Banco, que corria o risco de ser privatizado. Paulo César Ximenes assumiu a Presidência, contrariando muito os funcionários, porque criou o famoso Plano de Demissão Voluntária (PDV) e o Banco deu uma murçada de mais de 30 mil funcionários. Foi um período agressivo, mas necessário, em relação à estrutura e à cultura da casa.

João Pinto Rabelo participa da entrega de prêmios a crianças carentes, solenidade ocorrida na AABB. Fortaleza, CE, s.d.



**Acima: Edifício
Number One,
sede da Fundação
Banco do Brasil.
Brasília, DF, 2006**

**À direita: Almir Paraca,
vestido de Papai Noel,
na periferia da cidade
que serviu como projeto piloto
para elaboração do Programa
Homem do Campo.
Paracatu, MG, 1985**

A NOVA CARA DA FUNDAÇÃO

Quando eu assumi o comando da Fundação Banco do Brasil, em 1995, ela tinha R\$ 35 milhões de saldo aplicado no mercado. O orçamento anual era de R\$ 20 milhões/ano. A Fundação tinha as cláusulas pétreas: educação, saúde, ciência e tecnologia, assistência social, cultura, são cláusulas que, dentro da lei, não podem mudar. Patrocinava 100% do valor dos projetos. Se a Fundação continuasse gastando R\$ 20 milhões, ela só teria fôlego para mais dois anos. Reuni os funcionários para explicar a situação e pedir apoio para salvar a Fundação Banco do Brasil. Tomei algumas medidas duras e, junto com o órgão técnico do Banco, fizemos a revisão da estrutura e demos uma enxugada para reduzir custo fixo. A Fundação não poderia mais financiar 100% dos projetos.

Na minha gestão, houve uma reforma estrutural, mas conseguimos não demitir ninguém, porque o Banco estava em processo de reestruturação e absorveu muitos funcionários. Como o aluguel no Edifício Camargo Corrêa era muito caro, o Banco comprou, pelo preço de custo, dois andares no Edifício Number One. Pedimos a um arquiteto do Banco que fizesse uma sede com “a cara da Fundação”.

Fizemos uma reunião com todos os funcionários para informar que a Fundação precisava buscar dinheiro e parcerias. Começamos a disciplinar a aprovação dos projetos, fizemos um convênio com o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e com o Ministério do Trabalho. Quando deixei a Fundação Banco do Brasil, quatro anos depois, tínhamos R\$ 146 milhões em caixa e conseguimos o registro no CNAES, que dá isenção de tributos, ou seja, não pagamos o CPMF, que era um valor importante.

GRANDEZA NO PENSAR E ASAS PARA VOAR

Criamos foco: o Programa Homem do Campo. Havia o Prefeito de Paracatu, o Manuel Borges, que estava desenvolvendo uma experiência chamada “Educar Plantando”. Decidimos trabalhar juntos. Contratamos uma senhora idealista da PUC de São Paulo e o professor Paulo Freire, do Recife, que é um sábio. Os dois montaram esse projeto.

Na cidade de Paracatu, em Minas Gerais, fomos levantar o que aquela gente do campo queria. Criamos uma estrutura organizacional. O trator devia ser compartilhado, porque ninguém precisa do trator o tempo todo; o curral também devia ser feito para a coletividade. Fizemos um local para eles passarem o domingo, casar filho, jogar biriba, conversar.

Uma vez organizados, a principal aspiração da população era uma escola. O professor Paulo Freire propôs uma coisa nova para esse con-



texto rural: “Ninguém aprendia e ninguém ensinava.” Com o apoio da prefeitura, ele criou a idéia do pólo na região, uma escola completa. Montamos Kombis, pegavam as crianças e as levavam para a estrada vicinal, onde passava o ônibus da escola. O nível escolar foi lá em cima! Percebemos que a criança da roça não estava acostumada a comer iogurte e bolacha. Então, levantamos o que cada família produz na região - queijo, leite, mandioca, milho, pamonha, criação de vaca -, e a prefeitura passou a fornecê-los para a escola. Ela fiscalizava e pagava diretamente ao pai da criança. Criamos uma feira em Paracatu para vender os excedentes.

Outro problema levantado pelos moradores era o do atendimento médico e hospitalar. Qualquer problema de saúde, o morador precisava pegar o cavalo para ir esperar o ônibus na estrada e, geralmente, não era atendido pelo médico da cidade no mesmo dia. Em convênio com a prefeitura, compramos dois ônibus, adaptamos gabinete dentário, gabinete médico, uma sala de parto e todas as sextas-feiras e sábados o cidadão sabia que o ônibus ia passar por lá. A média de mortalidade infantil aqui no Brasil é de 42%; no Nordeste chega a 52%. Lá caiu pra 2%, porque o morador não precisava mais ir para a cidade.

Os moradores queriam também solucionar o problema dos velhinhos que pediam esmola na rua. Contratamos um advogado, em parceria com a USP e a PUC de São Paulo, para descobrir por que estavam nessas condições. Alguns não tinham aposentadoria. Os que podiam, nós aposentamos e os que não podiam, nós incentivamos a fazer artesanato. O Almir Paraca, que foi Diretor-Executivo da Fundação até 2005 e Prefeito lá, criou a Casa da Cultura, e os velhinhos se reuniam ali. Cada velhinho que sabia um ofício podia exercê-lo, como trabalhar com madeira e palha, fazer artesanatos, biscoitos, entre outros. Passaram a vender seus produtos para a cidade e a receber encomendas.

A outra etapa do projeto foi cadastrar todas as crianças de rua.

PROGRAMAS ESTRUTURADOS



Após os anos de turbulência política, que violentamente impactaram o cotidiano da Fundação Banco do Brasil, o ano de 1996 trouxe novos ventos e muitas mudanças. Notou-se a

necessidade de

implementação de mecanismos de planejamento e foram formulados o Plano de Treinamento e o Plano de Comunicação para trabalhar com projetos estruturados, a partir daí, por foco de atuação. Foi criada uma área específica, que, em 1997, iniciou a prática do planejamento. Nessa perspectiva, a Fundação Banco do Brasil, por conta da redução orçamentária, escolheu três projetos como foco de atuação: Homem do Campo, AABB Comunidade e FUNDEC. Tratava-se da necessidade de conferir visibilidade efetiva às ações da Fundação, maximizando os resultados de seus projetos. Para tanto, passou a estimular a busca de parcerias como, por exemplo, o Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para apoiar o Comunidade Solidária, projeto do Governo Federal.



// Meu nome é Luiz Ferreira da Silva. Eu nasci no dia 26 de março de 1955, em Patos de Minas, em Minas Gerais. Meu pai era pedreiro, e a minha mãe sempre tomou conta da casa e dos filhos. Eu resolvi vir para Brasília, depois do ensino médio, para ingressar na UnB. Surgiu, então, a oportunidade de fazer o concurso para o Banco do Brasil. Naquele momento, o Banco do Brasil significava tanto a sobrevivência quanto a certeza de ter um futuro. Tive a honra de trabalhar com contabilidade na COGER, onde fiquei 19 anos. Em 1996, fui convidado para trabalhar na Contabilidade da Fundação Banco do Brasil. Vislumbrei um trabalho contábil, mas com enfoque social. Os números da nossa contabilidade traduzem e mensuram ganhos sociais. Todo funcionário deveria vir, conhecer, construir um pedacinho da Fundação e retornar aos quadros do Banco. Quando eu cheguei, a Fundação tinha um montante de dinheiro que não podia usar inteiramente em seus programas sociais, porque ele se extinguiria também. O Banco, por sua vez, não podia repassar recursos para a Fundação, porque estava tendo prejuízo. A saída foi buscar, junto a outros órgãos da área privada e governamental, recursos para aplicar no social. Passou-se, também, a se fazer convênios com o Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de 1997. De lá para cá, esses convênios cresceram, devido ao grande profissionalismo dos colegas da Fundação no trato de recursos públicos. Na Fundação Banco do Brasil, eu aprendi que o ser humano, se instigado a trabalhar, cria um potencial muito grande de ajuda ao seu semelhante **//**.

A maioria vinha da roça para ficar na casa de algum parente e virava menino de rua. Criamos uma escola, nos arredores de Paracatu, onde a criança passava o dia: estudava, dormia e aprendia ofícios para ajudar o seu pai. Paracatu zerou menino de rua, zerou velhinho pedindo esmola.

A partir dessa experiência, criamos o Programa Homem do Campo. Seleccionamos três cidades, três municípios por Estado, e fizemos uma reunião aqui em Brasília com os gerentes e os prefeitos. Eu disse: “Eu não quero funcionário no meu gabinete só lendo friamente o papel. Vai ver a realidade do Brasil.” Teve gente que andou em cima de caminhão, sentado num saco de farinha, gente que dormiu em rede, gente que chegou num lugar sem sanitário...

ÁGUA DE OLIVEIRA

A cidade de Oliveira, na Paraíba, estava nessa pobreza louca de fome, da seca, e a cidade tem 40% de pessoas com cólera. A cada 100 crianças nos primeiros dois meses, 25% morrem. Nós fizemos um convênio com a universidade, que desenvolvia um aparelhinho que os navios da marinha usam no alto-mar para tirar o sal da água, o dessalinizador, uma coisinha pequena, que custava R\$ 10 mil na época. Implantamos lá em Oliveira. Tira todo o sal, além de tirar aqueles microrganismos inconvenientes. Seis meses depois, a mortalidade infantil, que era de 25%, abaixou para dois ou menos de dois e zerou a cólera. Esse projeto foi difundido em muitas cidades do Nordeste. Uma velhinha, numa comunidade do Rio Grande do Norte, depois de ter experimentado a água, disse: “Meu Deus, eu não sabia, a água é uma coisa tão gostosa!” Essa experiência foi muito forte.

A marca da minha gestão foi redirecionar a Fundação para os grandes projetos e focos, essa grandeza no pensar. A Fundação e o Banco do Brasil têm um compromisso com a sociedade brasileira de ajudar o país a ser melhor. Eu penso assim: dê asas para que a Fundação Banco do Brasil voe e ajude a construir o Brasil que nós teremos no futuro. Certamente tenho muito orgulho de ter participado de tudo isso.



CONTRA A MISÉRIA, A FOME E PELA VIDA

A Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida é um movimento concebido por Betinho, o sociólogo Herbert José de Souza (1935-1997). Teve início com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para combater problemas emergenciais do país. Criado em junho de 1993, começou arrecadando alimentos para distribuí-los à população de baixa renda. O movimento ficou conhecido como Campanha contra a Fome. A segunda fase do movimento voltou-se para ações de geração de empregos. A terceira fase, para a busca de soluções para diminuir o número de indigentes na área rural e dos trabalhadores sem-terra no país.



José Fernando Romano Furné

Meu nome é José Fernando Romano Furné, mas sou conhecido por Romano. Nasci em 25 de julho de 1957, na cidade do Rio de Janeiro. Uma parte da minha formação foi no Rio de Janeiro e a outra, em Brasília. Estudei Economia e fiz um MBA, na área de Administração, patrocinado pelo Banco do Brasil. Trabalhei na COTEC, a antiga Consultoria Técnica da Presidência, onde existiam dois fundos institucionais do Banco: o FIPEC e o FUNDEC. Colaborei com outras áreas do Banco até que fui convidado pelo Cisne (Francisco Newton Cisne Vasconcelos) para trabalhar na Fundação Banco do Brasil. Iniciei minha jornada na Fundação como Analista e saí, em março de 2003, quando exercia as funções de Diretor-Executivo.

UM NOVO PATAMAR NA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES

O FUNDEC - Fundo de Desenvolvimento Comunitário antecede a criação da Fundação Banco do Brasil. Foi criado pelo Banco do Brasil em 1981 e, posteriormente, passou a ser gerido e desenvolvido pela Fundação. O FUNDEC era um programa tecnicamente muito maduro e com uma lógica assentada na mobilização, na organização e na participação comunitária. A prova disso é que o FUNDEC norteou várias iniciativas de diferentes instituições e vem sendo referência de atuação nesse campo, inclusive no próprio Banco do Brasil. A própria Fundação resgatou, no Projeto Homem do Campo, parte de sua filosofia de atuação. O FUNDEC criou um novo patamar na história das instituições que lidam com a área social. Quando iniciamos o trabalho, nos deparamos com formas muito incipientes e até mesmo inexistentes de organização comunitária nas pequenas localidades de 500 a 5 mil habitantes. O FUNDEC foi um grande divisor de águas, porque o seu objetivo maior era mudar a percepção das pessoas sobre a sua realidade e tentar repassar, na prática, a vivência participativa da construção e implementação de projetos, as vantagens, a sinergia e as conquistas resultantes da organização comunitária.

O impacto disso se fez sentir em mais de 1.700 comunidades espalhadas por todo o território nacional, envolvendo quase 20 mil projetos apoiados pelo FUNDEC. Foram inúmeros os municípios que conseguiram sua emancipação e milhares de brasileiros conquistaram a tão sonhada melhoria da qualidade de vida.

DESAFIOS NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Desafios é que não faltaram em nossa trajetória na Fundação Banco do Brasil, em grande parte críticos, ponderados os estágios de amadurecimento da organização. O primeiro deles foi convencer os dirigentes e o Conselho Curador de que era possível para a Fundação sair do atendimento de projetos pontuais, o chamado “atendimento de balcão”, para uma atuação focada e integrada. A maior dificuldade era mudar o conceito de trabalho que norteava a atuação da Fundação desde a sua criação. De mera financiadora de projetos de terceiros, nos seus diversos campos de atuação, para uma Fundação focada em alguns temas sociais eleitos, desenvolvendo propostas efetivas, por intermédio de programas e/ou projetos estruturados para contribuir na solução e superação de problemas sociais. Isso se deu de forma paulatina, conforme o planejamento estratégico definido à época.

O segundo desafio foi o de buscar fontes alternativas de recursos financeiros para assegurar o funcionamento e a ampliação da atuação da Fundação. Buscávamos quem estivesse disposto a internalizar recursos financeiros na Fundação para desenvolvermos projetos e programas específicos. Como resultado, conseguimos boas parcerias, por meio das quais ampliamos a atuação nas áreas de esporte, direitos humanos, trabalho e renda e consolidamos esse processo. Fomos referência na operação e na efetividade em aplicação de recursos públicos.

Na sequência, o grande desafio foi estruturar programas focados e integrados, o que exigiu mudanças da cultura, revisão dos processos internos, seleção de focos de atuação, diagnósticos, análises e solu-



Meu nome é Germana
Augusta de Melo Moreira

Lima Macena. Nasci no dia 3 de agosto de 1961, em João Pessoa, na Paraíba. Em 1982, fiz o concurso do Banco do Brasil e fui trabalhar na recém-inaugurada agência de Mulungu, no interior da Paraíba, onde fiquei quase oito anos. Depois, mudei-me para Brasília, onde trabalhava o dia inteiro como Caixa de uma agência. Fui transferida para a Fundação Banco do Brasil alguns meses antes da intervenção. Enquanto estava sob auditoria, não recebia projetos novos, só acompanhava os que estavam em andamento. Aí a Fundação passou a ter uma cara nova e programas de iniciativa própria. Eu trabalhei na transferência do BB Educar do Banco do Brasil para cá. Essa passagem se deu porque o BB Educar era um programa social que estava crescendo muito e nós já tínhamos todo um *know-how* para gerenciar. Como a Fundação Banco do Brasil é voltada para a inclusão social, elaborou o Programa Estação Digital, na gestão do Jacques Pena. A diferença está na capacitação dos educadores sociais que estão à frente das estações digitais, dedicados não só à informática, mas também à cidadania. Uma experiência interessante foi no Piauí, onde montamos uma Estação Digital no Quilombo do Mimbó, no município de Amarante. O BB Educar se juntou ao programa da Inclusão Digital, porque lá é altíssimo o índice de analfabetismo. Eu levei a experiência das oficinas de desenvolvimento da Tecnologia Social da Memória: consegui o depoimento de uma pessoa mais velha para resgatar a história do quilombo. A minha trajetória na Fundação foi de muitas realizações. Conheci muitas pessoas que me ensinaram muita coisa //



INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

O investimento social privado é uma das formas de atuação socialmente responsável de uma empresa. É o uso planejado, monitorado e voluntário dos recursos privados em projetos sociais de interesse público. Qualquer investimento social é previsto para alcançar os resultados obtidos, as transformações geradas e o envolvimento da comunidade para o desenvolvimento da ação. Um dos instrumentos usados pelas empresas para a canalização de recursos privados para atividades sociais é a criação de fundações. Algumas empresas também trabalham por meio de associações culturais e artísticas, organizações não governamentais e outras entidades afins. As ações sociais das empresas por meio das associações ou fundações, em geral, buscam, a partir dessas ações, o retorno de imagem. A Lei nº 9.790/99, que instituiu a qualificação Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, foi por muitos considerada uma grande inovação em relação à disciplina legal do Terceiro Setor.

ções exeqüíveis. Considero um grande salto qualitativo no modelo de atuação. Ganhamos maior domínio e avaliação de nossa atuação, aprimoramos e até referendamos algumas teses norteadoras. Isso tudo nos trouxe maior retorno de imagem e resolução das causas eleitas como passíveis de atendimento pela Fundação Banco do Brasil.

A DESCOBERTA DO BRASIL INVISÍVEL

Foi um privilégio poder conhecer o Brasil do dia-a-dia do interior, da diversidade e da riqueza cultural, dos valores, das tradições e dos modos de vida diferentes, do desmando e da solidariedade, do riso e da lágrima, da contradição. A Fundação me proporcionou a oportunidade de conhecer os diferentes brasileiros, mas com histórias e esperanças muito semelhantes. Nessa trajetória, eu nunca perdi a capacidade de me indignar com as coisas. Mas uma indignação controlada, responsável, que procura entender as causas, na certeza de que sempre há caminhos para obter melhor qualidade de vida, um mundo mais justo e mais feliz. É muito rico! Isso eu devo ao Banco do Brasil e à própria Fundação Banco do Brasil. A gratificação pessoal, o sentido da responsabilidade de poder atuar nesse cenário tão controverso, buscando descobrir e inventar formas e processos que permitam identificar e acelerar a emancipação dessa gente. Esse, talvez, seja o grande mecanismo para preencher o hiato social e superar os anos de desmando e abandono a que essas diferentes gerações de brasileiros foram condicionadas. O verdadeiro desenvolvimento se faz desenvolvendo a capacidade das pessoas gerirem o seu próprio destino. A imagem que eu tenho da Fundação é muito boa, seja pelas amizades que fiz, seja pelo que representou na minha vida. Tive o prazer de ter grandes mestres, aprendi muito e renovei crenças com todos com que tive a oportunidade de trabalhar e de conviver. O Cisne foi uma dessas pessoas. Ele me ensinou a trabalhar e a fazer diferença na nossa vida profissional. Só tenho muito que agradecer.

A Fundação, para mim, é e foi pura emoção.



// Meu nome é Estrela Bentes Simões. Nasci em 16 de julho de 1951, na cidade de Belém do Pará. Vim para Brasília em janeiro de 1965 e sou formada em Letras no CEUB. Em 1982, trabalhei na área de Aplicações Financeiras na Rede Central do Banco do Brasil de Belém. Fui transferida para Brasília em 1985. De Posto Efetivo, passei para Caixa, depois Assistente de Supervisão, Supervisora e Gerente de Expediente. A minha área foi sempre a Administrativa. A transferência para a Fundação Banco do Brasil significou ascensão profissional e o privilégio de trabalhar em uma instituição do terceiro setor, cujo objetivo é ser um agente de transformação social. No final de 1994, fui para a área de Saúde, Assistência Social, Educação e Desportos. Recebíamos os "projetos de balcão". A Fundação dava apoio financeiro de até 80%. Dois anos depois da reestruturação, em 1997, assistiu os municípios identificados como os de mais baixa renda no Brasil com o Programa Homem do Campo. Duplas de funcionários elaboravam os projetos, junto com os Prefeitos e Secretários. Viajei com Germana para o interior de Pernambuco e do Ceará. Nesse período, fui para a Gerência de Comunicação, onde o Projeto Memória foi desenvolvido. A área Administrativa me permite transitar por todas as demais áreas. Somos uma instituição voltada para levar o desenvolvimento para as comunidades brasileiras, procurando sempre otimizar os recursos. Agradeço a oportunidade de fazer parte da história desses 20 anos da Fundação Banco do Brasil, da qual eu participei ativamente pelo tempo de 11 anos **//**.



1. Artesã que participa do Projeto Berimbau, de capacitação e geração de trabalho e renda. Costa do Sauípe, BA, s.d.
2. Heloísa Helena Silva de Oliveira recebe o Prêmio Top Social, concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), que reconhece publicamente programas e ações que incorporem o conceito de Responsabilidade Social. S.I., 2002
3. Projeto Café com Floresta, desenvolvido pelo Instituto Ipê e finalista do 3º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Pontal do Paranapanema, SP, 2005
4. Luciano Cordoval, Engenheiro da Embrapa que desenvolveu a tecnologia social do Lago de Múltiplo Uso. Sete Lagoas, MG, 2005
5. Rádio Novela Educativa em Defesa do Direito da Criança e do Adolescente. Belém, PA, s.d.



No século XXI, a atuação da Fundação Banco do Brasil se caracteriza pelo amadurecimento de suas ações. A própria lógica de incentivo à ciência e à tecnologia direciona-se para um outro viés, o da tecnologia social, isto é, soluções tecnológicas engendradas pelas comunidades e que podem ser reaplicadas em outras localidades, de modo a solucionar problemas graves, como a desnutrição e o analfabetismo.

O ano de 2001 concretizou essa nova perspectiva com a criação do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e do Banco de Tecnologias Sociais, ações capazes de potencializar a atuação da Fundação Banco do Brasil.

A atuação da Fundação atinge seu ápice com o foco dos programas voltados para a geração de trabalho e renda, buscando impacto em toda a cadeia produtiva e o envolvimento ativo das comunidades participantes. Do período de 2003 até o momento, a Fundação Banco do Brasil atua em sinergia de ações com o Programa Fome Zero, do Governo Federal, priorizando ações estruturais, como educação, ciência e tecnologia e geração de trabalho e renda.

**A FUNDAÇÃO DIRECIONA AS SUAS
AÇÕES PARA AS ÁREAS DE TECNOLOGIA
SOCIAL E DE GERAÇÃO DE TRABALHO
E RENDA, NO COMBATE À POBREZA**



Heloísa Helena Silva de Oliveira

Meu nome é Heloísa Helena Silva de Oliveira. Nasci em 4 de agosto de 1955, em Cataguases, Estado de Minas Gerais. Nasci numa fazenda de meu avô, que pertencia ao município de Cataguases. Com seis anos, fomos morar em Astolfo Dutra, para que pudéssemos ir à escola. Fui passar

férias em Petrópolis, um dia, e soube de uma empresa que estava precisando de secretária; fui aprovada. Liguei para a minha mãe para avisar que eu ficaria morando com a minha avó. Uns seis meses depois, meus pais se separaram e a minha mãe resolveu se mudar com as minhas irmãs.

Quando me mudei para Petrópolis, eu logo me casei, tive uma filha e trabalhava o dia inteiro. Comecei a trabalhar numa empresa como secretária e depois fui trabalhar em banco, no Unibanco e no Banco Real. Depois, fui chamada para trabalhar no Banco do Brasil, na própria agência de Petrópolis, porque eu não queria sair de lá. Tenho muito orgulho de ter feito parte da história do Banco como mulher pioneira, porque em muitos fóruns do Banco eu era, se não a única, uma das poucas mulheres.

NA ILHA DA FANTASIA

Mudar para Brasília foi uma loucura! Eu estava grávida do meu segundo filho e tinha me separado do meu marido. Cheguei aqui no meio dessa seca em Brasília, passei seis meses morando no hotel. Mas, como sou muito persistente, voltei para Petrópolis quando meu filho ia nascer, tirei licença e depois retornei a Brasília. Foi um período muito conturbado.



Naquela época, Brasília era muito diferente, parecia uma ilha da fantasia, totalmente planejada. A quadra que eu morava tinha sido construída pelo Banco. Eram aqueles prédios bonitos e bem-feitos e, em volta, barro, sem comércio nem urbanização. Eu morava na Asa Norte, que não tinha nada. Era preciso andar de carro, pois tinha pouquíssimos ônibus e linhas.

Quando a minha filha fez o vestibular, eu fiz junto com ela e nós cursamos a faculdade juntas. Eu fiz o curso de Economia.

NA PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO

Eu acompanhei os trabalhos sociais da Fundação Banco do Brasil desde sua criação. Nessa época, eu nem imaginava que um dia poderia ser Presidente desta instituição. Mas na saída do Doutor Maurício Teixeira da Costa, foi feita uma lista tríplice, e ele me incluiu nessa listagem como candidata dele para a sucessão da Fundação. Mas a indicação do Doutor Maurício não foi acatada, já que, tradicionalmente, é eleita a pessoa indicada pelo Presidente do Banco do Brasil.

Na verdade, eu me aproximei mais da área social, das políticas de governo enquanto eu estava trabalhando na área de Governo, hoje Diretoria de Governo. Comecei a trabalhar com o projeto de municipalização da saúde, projeto de criação do Fundo de Desenvolvimento, do FUNDEF, que agora virou FUNDEB, mais como Agente Financeira. Aproximei-me do Ministério do Meio Ambiente, participei de projetos financiados por organismos internacionais, mas, no Banco, trabalhei como Gestora da conta dos ministérios da área social. Quando ocorreu uma mudança na Presidência do Banco, assumiu o Doutor Andrea Kalab,

Criança atendida pelo Projeto Direito de Crescer, da Organização Girasolidário, finalista do 3º Prêmio Fundação Banco do Brasil, criado por Heloísa Helena Silva de Oliveira, em sua gestão. Ribas do Rio Pardo, MS, s.d.

BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Em 2001, aliado às três dimensões das ações políticas – humana, econômica e ambiental –, o conceito de tecnologia social passou a ser adotado pela Fundação como plano estratégico na suas ações sociais. A partir de intenso debate, a Fundação elaborou o conceito de tecnologia social, que compreende: “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. As tecnologias sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala”. Essa concepção de tecnologia social está associada a uma proposta de desenvolvimento com a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação, com base na difusão de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, entre outras.

À direita: a Fundação Banco do Brasil investe em ações para a captação de água da chuva para produção. S.I., s.d.

que propôs que eu fosse para a Fundação como dirigente. Isso foi em junho de 1999, mas ele fez isso em função do trabalho que eu vinha fazendo na área de governo. Quando eu cheguei à Presidência da Fundação Banco do Brasil, quatro anos depois da indicação do meu nome na lista tríplice, Dona Ruth Cardoso, que era a Primeira-Dama, tinha o Programa Comunidade Solidária, e ela queria que a Fundação apoiasse os projetos do Comunidade Solidária. Eu defendia uma linha de atuação para a Fundação independente do governo, que projetasse o nome do Banco e não só como coadjuvante em programas de governo. Essa era minha visão em termos de retorno de imagem, porque toda empresa, quando cria uma fundação, quer um retorno de imagem para que a comunidade perceba a ajuda que está dando. É parte da responsabilidade social da empresa no que diz respeito ao relacionamento com a comunidade.

Gerir a Fundação era um desafio que tinha outras variáveis, porque é regida por outro princípio legal; ela tem uma Curadoria de Fundações, através da qual a Promotoria Pública controla as fundações. O orçamento tem finalidade pública, embora a instituição seja privada.

As outras instituições enxergavam a Fundação Banco do Brasil como um grande talão de cheque, por causa do gigantismo do Banco. Naquela época, a Fundação já tinha alguns programas estruturados, mas com cerca de 70% do orçamento ela financiava projetos de terceiros.

ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE

Eu entrei em junho, e já no mês de agosto nós fizemos uma grande oficina de planejamento, uma discussão com consultoria especializada sobre qual seria o melhor caminho para dar o retorno da imagem para o Banco. Tudo apontava para acabar com aquela idéia de balcão e focar uma estratégia que ficasse fácil dizer para o Banco, para os seus acionistas, clientes e funcionários, qual era a contribuição da Fundação. Foi uma proposta minha, aprovada pelo Conselho. Entramos o ano de 2000 com projetos já existentes, demos uma encorpada nos projetos que existiam e criamos novos projetos. A gente percebeu que, com essa mudança, tinha uma área que não tinha um projeto estruturado, um projeto social que atendesse ao descrito no estatuto, de atuação na área de ciência e tecnologia. Foi aí que a gente começou a encubar a idéia de “banco de tecnologia”.

Dessa experiência no governo, na área social, eu levo para a Fundação o olhar mais estratégico sobre políticas sociais, porque, quando se trabalha numa organização não governamental, existem as comunidades carentes e um orçamento limitado para gerir. É preciso escolher bem onde você vai investir, pensando qual é o objetivo e o problema que está se dispondo a abraçar.

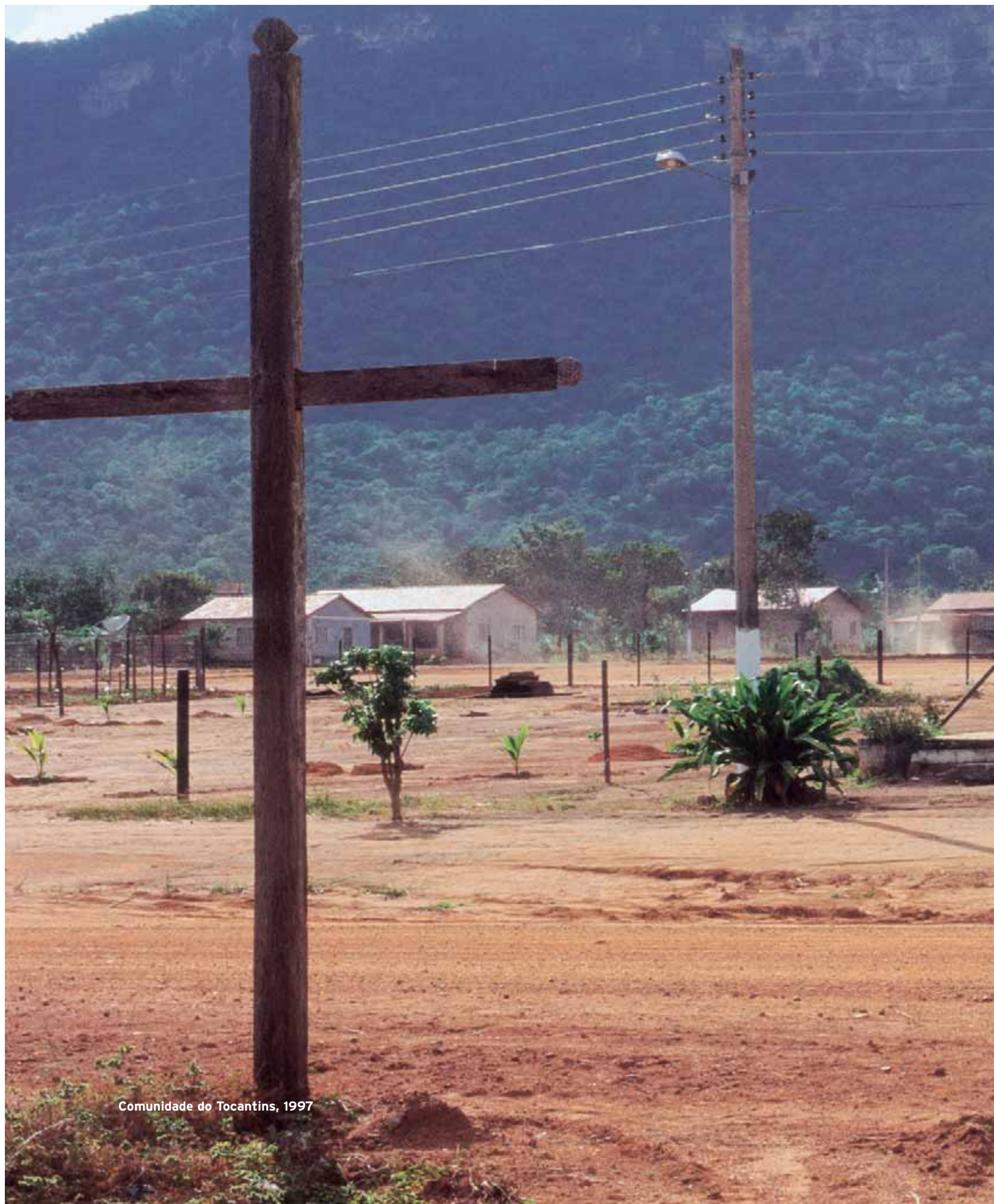


BANCO DE SOLUÇÕES

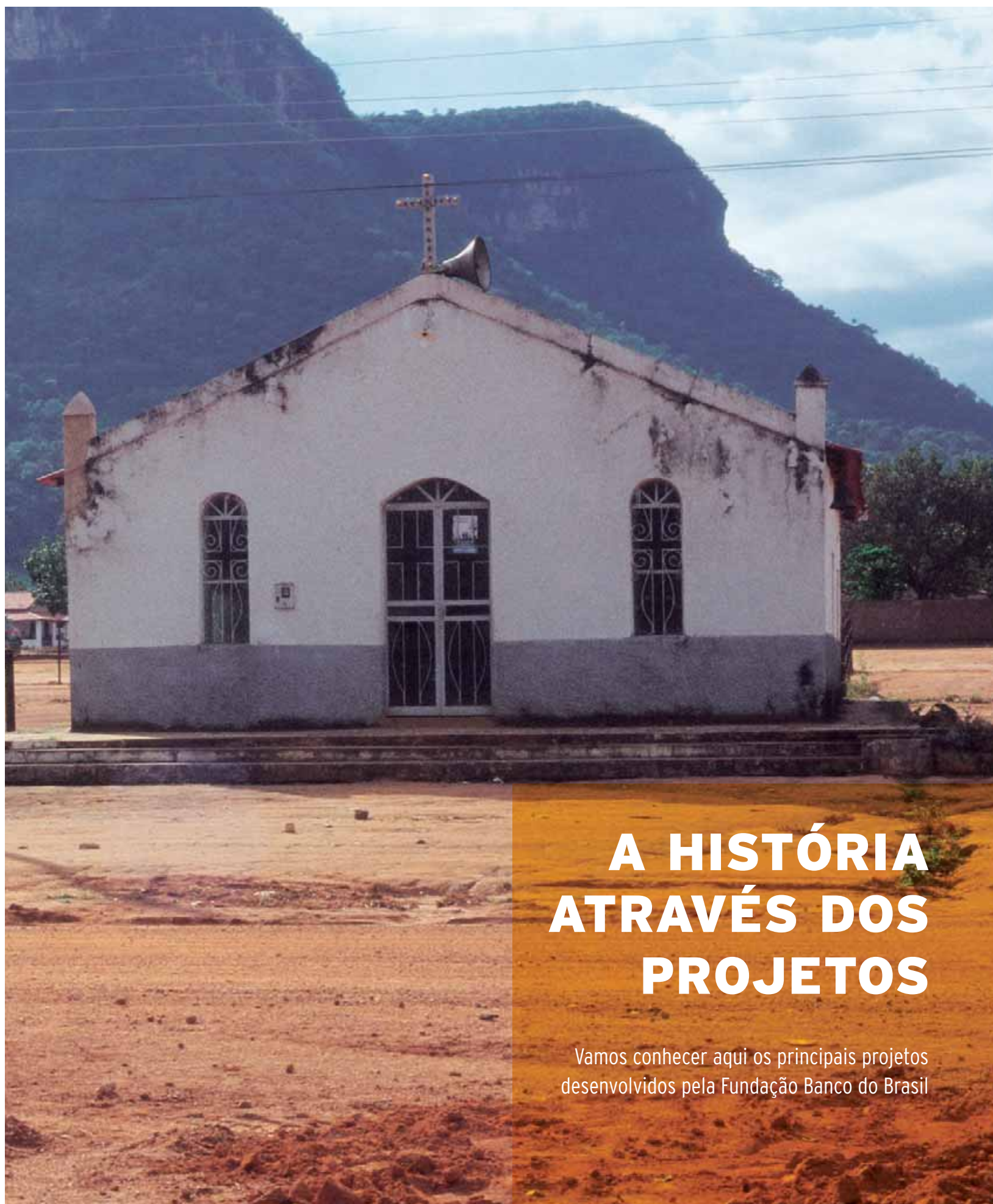
Essa história do Banco de Tecnologias Sociais surgiu quando eu participei de um Congresso de Desenvolvimento Sustentável, na Colômbia. Foi quase um safári, porque eu fui numa época em que as guerrilhas estavam muito acirradas. Tinha gente do mundo inteiro. Eu fui pelo Banco do Brasil, mas já estava na Fundação. Era um momento de participar de um congresso internacional que tratava de questões importantes para o nosso trabalho. A Colômbia é um país destruído pelas guerrilhas. Mas é impressionante como os colombianos e o pessoal das universidades tinham projetos concretos de fazer as coisas melhorarem, tinham um sentido muito prático. Eu voltei de lá pensando que o nosso país é tão grande, tão rico... Será que a gente precisava passar por uma crise institucional igual à da Colômbia para essas coisas aflorarem? Não é possível! Tempos depois, esse mesmo grupo de instituições liderado por uma instituição ligada à ONU fez um congresso no interior do Paraná, em Faxinal do Céu. O Luís Fumio Iwata foi comigo. Como resultado, nós passamos por uma discussão teórica intensa. O que é ciência? Eu posso dizer que um achado de uma ONG ou de um leigo é científico? Começamos a trabalhar o conceito do que era ciência para nós. Decidimos trabalhar na propagação de soluções. Elaboramos o conceito de tecnologia social. Tudo fazia sentido! Fui com essa sensação para o Conselho Curador, levando a proposta de criação do Banco de Tecnologia com o prêmio como instrumento de captação. Isso já estava associado à idéia de um banco com soluções para serem usadas por quem quisesse e ao prêmio como uma forma de captar soluções. Na primeira reunião do Conselho, eu fui detonada. Na segunda reunião, o Conselho novamente recusou. Eu não desisti de vez por causa do Fumio, que tinha trabalhado muito para materializar esses conceitos. Voltei

TECNOLOGIA APROPRIADA

O termo Tecnologia Apropriada (TA) foi desenvolvido na década de 70 do século passado, pelo economista inglês Ernest Schumacher, a partir da experiência da Índia, realizada no final do século XIX, na tentativa de reabilitação e desenvolvimento das tecnologias tradicionais como estratégia de luta contra o domínio britânico. Inicialmente, Schumacher elaborou o termo tecnologia intermediária (TI) para a tecnologia de baixo custo, de pequena escala, simples, pacífica e que respeitasse a dimensão ambiental para ser mais adequada para os países pobres. Logo, em 1973, a TI seria rerepresentada como Tecnologia Apropriada pelo Grupo de Desenvolvimento da tecnologia apropriada, desenvolvido por Schumacher. O movimento da TA incorporou a necessidade de elaborar tecnologias compatíveis com os aspectos culturais, sociais e políticos para o desenvolvimento de regiões com consideráveis índices de pobreza.



Comunidade do Tocantins, 1997



A HISTÓRIA ATRAVÉS DOS PROJETOS

Vamos conhecer aqui os principais projetos
desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil



1



2



3

1. Atividades do BB Educac. S. I., s.d.
2. Desenho de aluno do Programa Integração AABB Comunidade
3. Jovens na Estação Digital. Teresina, PI, 2005
4. Turma de alfabetizadores do BB Educac. S.I., 1994



4



Base para o desenvolvimento do país, a educação é um dos focos da Fundação Banco do Brasil que, desde os anos 80, realizou importantes ações nessa área. Em dezembro de 1989, é aprovado o Projeto Vídeo-Escola, que, utilizando aparelhos de TV e videocassete, objetivou auxiliar o processo de alfabetização, sobretudo em regiões mais carentes do país. É dessa época também o financiamento de dois programas televisivos: o “Globo Ciência” e o “Estação Ciência”, respectivamente na TV Globo e na TV Manchete.

Em 1994 a Fundação concedeu recursos financeiros para melhoria das instalações, aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal da CNEC - Campanha Nacional de Escolas Comunitárias. O convênio beneficiou mais de 210 mil estudantes em 435 escolas da CNEC, uma sociedade civil criada há mais de 50 anos no Recife, Pernambuco, pelo Professor Felipe Tiago Gomes, que se propunha a instalar escolas gratuitas para a juventude pobre do país.

A FUNDAÇÃO PRIORIZOU, A PARTIR DA DÉCADA DE 1980, AÇÕES QUE ABRANGEM TANTO A MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO QUANTO A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Entre 2000 e 2004, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil uniram-se para instituir o Programa Escola Campeã, visando contribuir para o fortalecimento da gestão municipal escolar. O programa foi desenvolvido em 52 municípios de 24 Estados brasileiros, através da distribuição de um kit pedagógico, elaborado e cedido pela Fundação Eduardo Magalhães.

Por meio do BB Educar e do Programa de Integração AABB Comunidade, a Fundação acredita na erradicação do analfabetismo e no potencial da educação multidisciplinar para as nossas crianças. Já no Programa Inclusão Digital, a educação complementar prepara para uma sociedade movida pela informação.



Ao lado: Patrícia em aldeia indígena. Sergipe, 1997

Patrícia Teixeira de Almeida

Nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 3 de fevereiro de 1956. Em Brasília, fiquei absolutamente ilhada. Com o tempo, arrumei novos amigos. Fui procurar emprego de secretária, mas acabei trabalhando com uma psicóloga. Resolvi fazer o curso de Psicologia em Brasília, embora a minha grande paixão tenha sempre sido a Educação. Fui ser bancária porque tinha necessidade de independência, de bancar os meus estudos.

No início, eu trabalhei em agência, nunca fui Caixa, mas trabalhei abrindo contas, serviços pouco estimulantes e bastante rotineiros. Mas eu tinha outros sonhos na vida. Quando percebi que era possível realizar projetos na área de Educação, tornei-me bancária. Comecei a atuar como colaboradora da área de Recrutamento e Seleção, no Departamento de Pessoal do Banco. Fiquei anos na psicologia organizacional, fazendo seleção para as diversas áreas. Só que eu comecei a ter conflitos. Apesar de ser interessante do ponto de vista profissional, o psicólogo era, de alguma forma, um bode expiatório da empresa. Então surgiu a possibilidade de trabalhar na área de Educação do Banco. Isso foi realmente uma revolução na minha vida! Cuidei inicialmente da parte de metodologia de todos os cursos internos da empresa.

A VOCAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

O Programa BB Educar está completando 15 anos. Nasceu no setor de Planejamento de Cursos, lá onde eu trabalhava. O BB Educar vai ao encontro de uma espécie de vocação dos funcionários em querer fazer mais pelas comunidades, e não ter simplesmente o papel de um intermediário financeiro. Partiu da necessidade de alfabetizar pessoas não alfabetizadas que integravam o quadro de funcionários do Banco do Brasil. O Banco respaldou. Na fase embrionária do programa, em 1991, a



Lia e a Nilda encamparam a idéia e se responsabilizaram pelo projeto. A PUC de São Paulo, através da Professora Estela Graciane, fazia a nossa capacitação. Ela tinha uma incrível capacidade de mobilizar as pessoas e conquistou muitos funcionários do Banco.

Em 1996, o número de solicitações de pessoas que queriam ser alfabetizadores aumentou muito fora do Banco. Nesse mesmo ano, Luis Osvaldo, Vice-Presidente de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil, conseguiu autorizar a ampliação do programa para fora dos muros da empresa, para as comunidades. Esse foi um ganho qualitativo, porque os funcionários precisam ver a realidade, já que são pessoas privilegiadas.

SAINDO DOS MUROS DA EMPRESA

Um dos momentos cruciais do programa foi o funcionário deixar o seu espaço de trabalho para atuar como alfabetizador, junto às pessoas da faculdade e, depois, formar alfabetizadores fora da comunidade. Nessa época, as pessoas se encarregavam de montar as suas turmas. Alfabetizei num lixão de Brasília, outras pessoas alfabetizaram num salão paroquial, num prédio, numa escola pública. Fui fazer mestrado na área de Educação de Jovens e Adultos. A minha vida ganhou sentido na educação.

Os funcionários faziam um curso de formação inicial de 40 horas no Banco, ministrado pela PUC de São Paulo, no qual tomavam conhecimento da metodologia. A alfabetização era um trabalho voluntário,



**Encontro de Educadores
do BB Educar com a
presença do Prof. Paulo
Freire. Brasília, DF, s.d.**



Encontro dos educadores
do Programa AABB
Comunidade com Germana
Macena, ao centro. SP, 2000

PROGRAMA BB EDUCAR

O BB Educar é um programa de alfabetização de jovens e adultos, que consiste na formação, por instrutores do Banco, de alfabetizadores que assumem o compromisso de constituir núcleos de alfabetização nas comunidades em que atuam. O programa foi criado a partir de uma experiência bem-sucedida de escolarização de funcionários da área de serviços gerais (carpinteiros, eletricitistas, pedreiros, pintores etc.). Em 1992, o Banco do Brasil, através de sua rede de agências, criou este programa, que foi encampado, desde 2000, pela Fundação Banco do Brasil. O programa estabelece convênios com os governos federal, estadual e municipal e com instituições sem fins lucrativos, associações de moradores, igrejas, comitês de cidadania e entidades diversas. O programa já alfabetizou 240.641 pessoas, e outras 132.442 encontram-se em processo de alfabetização, tendo formado mais de 30 mil alfabetizadores voluntários em todo o país.

realizado fora do horário do Banco. Além de alfabetizadora, passei a formar alfabetizadores num quadro de 100 pessoas, dentro do Banco e nas comunidades. O pré-requisito para ser educador do programa é alfabetizar nas comunidades. O Banco do Brasil fornecia o suporte para a formação dos alfabetizadores: os centros de formação do Banco e um material pedagógico apropriado.

Quando o programa foi para a Fundação Banco do Brasil, o apoio se ampliou. Os materiais didáticos foram especialmente elaborados e distribuídos para os funcionários, para os alfabetizandos e para o grupo de educadores. Inicialmente, foram feitos três projetos piloto, contando com a participação dos funcionários do Banco do Brasil: em Minas Gerais, Goiás e no Tocantins. Centros de treinamento estavam espalhados por todo o país.

Outros programas derivaram das necessidades detectadas no Programa BB Educar. Um deles, agora em fase piloto, é o Programa Ver a Vida, que fornece consultas médicas e óculos para as pessoas mais velhas, e um outro é o Programa de Alimentação Alternativa, que incentivou o consumo de alimentos saudáveis.

HORA DE PRIMAR PELA QUALIDADE

Aposentada da Coordenação do Programa BB Educar, continuei a prestar serviços para a Fundação Banco do Brasil, porque eu era alfabetizadora e formadora de alfabetizadores. Fui convidada pela Fundação para coordenar um projeto de acompanhamento dos núcleos de alfabetização. Para isso, criamos coordenações regionais.

Em 2006, consolidamos uma informatização do programa. Temos 104 educadores que atuam em todo o Brasil, com uma média de 200 cursos de formação de alfabetizadores por ano, sendo que cada um deles forma 25 alfabetizadores, que, por sua vez, formam turmas com 25 pessoas por ano.

Alfabetizar jovens e adultos não é simples. É necessário que o processo de alfabetização seja realizado por profissionais com uma formação adequada e que estejam dispostos à discussão permanente.

O meu trabalho é exatamente acompanhar e discutir, dentro de uma comunidade, os problemas dela com os educadores, além de dar suporte ao trabalho do alfabetizador e coordenador pedagógico de cada região.

Em 2005, executamos o projeto piloto no Piauí para atender cinco municípios. As salas de aula não tinham quadro-negro e eram muito pequenas. As pessoas que não chegavam cedo assistiam à aula do lado de fora; os educadores não tinham material e não havia nenhum profissional. Fizemos o acompanhamento mensal no Piauí e, no ano seguinte, ampliamos para mais cinco Estados.

Apesar da realização de vários programas de alfabetização, não há redução nos índices brasileiros de analfabetismo. O Brasil optou pela massificação do ensino, o que foi interessante, pois proporcionou a educação básica a todos, mas agora é hora de primar pela qualidade, porque, caso contrário, não vamos reverter esse processo. É uma responsabilidade muito grande combater os problemas relacionados à origem do analfabetismo.

MUITOS MOTIVOS PARA COMEMORAR

Quando vamos para as comunidades, é animador ver que, mesmo sem recursos, os professores lutam e fazem um trabalho que obtém certo resultado. Precisamos também brigar por políticas públicas e por recursos para a educação. Nesses 15 anos, conseguimos buscar a qualidade do nosso trabalho com o apoio institucional. Em 2004, houve a formação de todos os educadores do programa que a Fundação patrocinou. Foram 48 projetos de monografias produzidos só com as experiências dos educadores do BB Educar. Fizemos até um livro. Para comemorar os 15 anos do programa, vamos resgatar a nossa história, recolher toda a nossa produção e convidar alguns palestrantes de fora.

A Fundação Banco do Brasil representa a possibilidade de fazer ações voltadas para o desenvolvimento do país, sem perder a perspectiva da participação das comunidades locais. Aprendi a conviver com a diferença social e com as divergências teórica e prática. O grande aprendizado é aprender errando, mas visando acertar.

Meu nome é Célio Bernardes Vilela. Nasci em 27 de julho de 1957. Comecei a trabalhar no Banco do Brasil, na agência de Pouso Alegre, em Minas Gerais, no dia 21 de janeiro de 1977. Eu sou Engenheiro, tenho pós-graduação em Economia, em Finanças e mestrado em Economia. Eu já era Analista Sênior de Varejo, mas eu trabalhava muito com serviço interno. Fui convidado para trabalhar na Fundação Banco do Brasil em 1997. Mesmo quando eu vim trabalhar na Direção-Geral, tínhamos uma visão muito financeira do trabalho. A Fundação me mostrou outro lado da vida. Depois disso, o próprio Banco do Brasil começou a crescer muito na responsabilidade socioambiental. Hoje eu trabalho na área de Educação. Trabalhei na área de Alfabetização de Jovens e Adultos e estou trabalhando na área do AABB Comunidade. A Fundação atende mais de 54 mil crianças. É o maior programa de atendimento a crianças em risco de exclusão social do país, se não da América Latina. A Fundação Banco do Brasil tem uma atuação muito marcante na área social, mas não faz muita propaganda. Enquanto o Banco do Brasil chegava para contribuir, para fazer a região crescer de uma forma econômica, a Fundação veio contribuir com a forma humana na inclusão das pessoas que estavam à margem da sociedade. De alguma forma, isso tudo vai contribuir para as gerações futuras, e espero que algumas pessoas, daqui a uns anos, falem: "Puxa vida, o pessoal naquela época já era motivado!" E o que realmente a gente conseguiu hoje também é fruto do trabalho de gerações passadas //



Lucinei Maria Bergami



Nasci no dia 19 de setembro de 1965, em Domingos Martins, no Espírito Santo, mas mudamos para Colatina quando eu tinha sete anos. Dos oito irmãos, eu fui a única que concluí um curso superior. Fiz Magistério e, depois de três anos, me formei Professora. Assim, teve início a minha trajetória profissional como educadora.

DIFERENTE DA ESCOLA

Conheci a Fundação quando eu comecei a trabalhar no Programa AABB Comunidade, no município de Colatina, que já oferecia, para as crianças e os adolescentes, uma escola de tempo integral, por meio dos Centros de Jornada Ampliada - Cejas. Nessa época, eu trabalhava como professora de ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, em Boapaba, na zona rural. Fui convidada pela Secretária de Assistência Social, a Júlia Deptulski, para fazer parte do grupo de educadoras que trabalhavam

Acima, à direita: adolescentes participam de atividades no Programa AABB Comunidade. S. I., s.d.



com o Programa Integração AABB Comunidade. Nós tivemos o curso de formação inicial com os educadores da PUC São Paulo e passamos a ter acesso às informações que nos permitiram conhecer os trabalhos da Fundação Banco do Brasil.

As crianças e os adolescentes do Programa Integração AABB Comunidade estão em tempo integral com atividades direcionadas, seja na escola formal, seja no programa. Em Colatina são atendidas 80 crianças e adolescentes que realizam diversas atividades: oficinas, esportes, música, capoeira, complemento educacional, arte e terapia. Não é possível aumentar o número de participantes, porque nós temos que nos adaptar ao espaço do clube onde se realizam as atividades. Mas nosso objetivo é atender com qualidade.

O critério de seleção dos alunos foi estabelecido pelas assistentes sociais em comum acordo com os diretores da escola, depois de um levantamento das crianças e dos adolescentes que pertenciam a famílias de baixa renda e estavam em situação de risco. O tempo de permanência no programa é dos 7 aos 18 incompletos. Há casos de desligamento por falta de adaptação, mudança de endereço ou porque a escola não oferece horário para a participação no programa. O trabalho é lento e já estamos caminhando para o sexto ano de funcionamento.



Meu nome é Fernando da Nóbrega Junior. Nasci no dia 16 de dezembro de 1960, em São José dos Campos, São Paulo. Ingressei no Banco do Brasil no ano de 1983. Posteriormente, terminei Química e Psicologia e agora estou fazendo Administração. Já fiz especializações e mestrado. Atuei inicialmente na agência de Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte. Fui para Natal, onde trabalhei em centro de processamento. Em 1995, mudei-me para Brasília. Trabalhei na Diretoria de Gestão de Pessoas e na Fundação Banco do Brasil (BB Educar e Núcleo de Avaliação). Orgulho-me de ter sempre me envolvido com trabalhos educacionais e voluntários. No Banco fui Educador Permanente e Instrutor da área de Gestão e Metodologia. Depois, passei a Selecionador da RESEL, colaborador da área de Recrutamento e Seleção do Banco do Brasil. Mais tarde, fui colaborador na estruturação do Programa de Voluntariado do Banco do Brasil, escrevendo o fascículo de Responsabilidade Social. Entrei na Fundação Banco do Brasil em janeiro de 2002. Era Assessor do BB Educar. Depois, assumi como Gerente de Núcleo de Avaliação da Fundação, responsável pela avaliação dos projetos. Entre 2002 e 2006, as principais ações do BB Educar foram a revisão dos materiais pedagógicos; o Curso de Formação de Alfabetizadores - CFA; o Curso de Especialização a Distância para o público de educadores do BB Educar (104 educadores); o desenvolvimento de sistema informatizado; o Projeto de Acompanhamento Regional do BB Educar (2005); a formação e a implementação do Projeto de Saúde Ocular; a implementação do Curso de Matemática a Distância e a realização de encontros anuais com educadores. Em 2003, 2004 e 2005, atendemos em média 100 mil pessoas/ano. Por isso a Fundação Banco do Brasil faz parte do Terceiro Setor. O número de entidades sem fins lucrativos em funcionamento no país saltou de 107 mil, em 1996, para 276 mil, em 2002, registrando um aumento de 157%. O Terceiro Setor representa, portanto, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e assegura empregos diretos a 3 milhões de trabalhadores. Assim, trabalhar numa instituição que tem como propósito "mobilizar, articular e gerir ações de transformação social empreendidas por cidadãos, organizações privadas, públicas e do Terceiro Setor, com a finalidade de inclusão social e promoção da cidadania, de forma sustentada, com qualidade de vida para todos", para mim é uma honra //



PROGRAMA INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE

Implantado em 1996, o AABB Comunidade tem como princípio o direito de toda criança à educação e ao desenvolvimento integral como cidadão. Um dos destaques das ações da Fundação Banco do Brasil, esse programa possibilita que crianças e adolescentes carentes possam utilizar a estrutura física das Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB) para atividades de complementação escolar, oficinas e esportes. "As AABBs não devem apenas servir ao funcionário, mas também às comunidades que as abrigam", observou, em 1977, o então Presidente do Banco do Brasil, Karlos Rishbieter. Como resultado, o programa conta atualmente com a participação de 52.833 crianças e adolescentes, com 4.019 educadores distribuídos em 412 municípios, nos 27 Estados brasileiros, contribuindo para o combate da evasão e o fracasso escolares. A execução do programa é de responsabilidade da AABB local, mas a fiscalização e o repasse de recursos fica por conta da Fundação Banco do Brasil.

O ingresso da criança ou do adolescente no programa é complicado, porque o espaço é diferente, e as relações que se estabelecem são geralmente tensas. O impacto maior do AABB Comunidade reside no próprio desenvolvimento do participante, que passa a compreender que tudo aquilo é um direito dele, mas que ele também tem a responsabilidade de cuidar. É o cuidado de estar com o educador, de estar com o colega, de estar consigo mesmo. Atualmente, às vezes, eu falo: "Gente, eu não acredito que aqui dentro desse clube tem 80 crianças!"

A proposta do Programa AABB Comunidade não é fazer o mesmo trabalho que a escola faz, mas é a complementaridade escolar através de jogos, brincadeiras e oficinas. É possível, por exemplo, aprender matemática jogando e o professor atuando como um mediador, que orienta as atividades escolares. A área de esportes engloba uma variedade de jogos, além de natação. Já recebemos os computadores, mas ainda falta terminar de ajeitar o laboratório de informática. A área de artes, que é acompanhada pela educadora e arte-terapeuta, oferece a capoeira, a música, o coral e alguns alunos até tocam instrumentos. O momento de saúde e higiene e o complemento educacional são também oficinas. Somos nove profissionais atualmente.

Mas o trabalho que é feito com o adolescente, nem sempre pode ser feito com a criança, porque a linguagem é diferente. Para facilitar o trabalho do educador e estimular o diálogo entre os participantes, fazemos turmas de acordo com a faixa etária: dos 7 aos 9 anos, outra dos 10 aos 12 e por aí vai. Quando chegam ao clube, recebem o desjejum. Às 9h, o lanche; às 11h almoçam e vão para escola. Todos permanecem diariamente das 7 às 11h30. No início do ano, fazemos uma semana de planejamento e as segundas-feiras também são dedicadas ao planejamento, à elaboração de projetos, ao desenvolvimento do programa, aos problemas administrativos e às questões específicas das crianças e dos adolescentes.

A TORCIDA PERMANENTE

Quando eu passei para a coordenação pedagógica do projeto, tudo mudou. Foi mais um desafio na minha vida. O AABB Comunidade é um programa



ma de parcerias, com o Conselho Deliberativo, o Administrativo, o AABB, a prefeitura. No início do ano, fazemos reunião com os pais para esclarecer os combinados e falar da importância do programa no desenvolvimento da criança e do adolescente. Realizamos também visitas domiciliares, em parceria com a Secretaria da Educação, para conhecer as famílias. Acompanhamos a frequência dos alunos na escola. A família precisa justificar quando a criança falta.

Um dos exemplos marcantes foi uma criança que esteve conosco desde 2001. Quando ela entrou, era extremamente agressiva, mas se transformou numa criança tranqüila, superando os conflitos familiares. Só que ela saiu do programa recentemente, porque a família precisou deixar o município. O importante é que ela consiga seguir o caminho do bem, que ela tenha força para transformar a sua realidade. Nós torcemos por ela.

O AABB Comunidade é um trabalho de olho no olho da criança. Temos propostas pedagógicas, um planejamento, mas o mais importante é o contato com a criança, deixando que ela manifeste as aflições, angústias, tristezas e alegrias. O AABB Comunidade me humanizou e me transformou.

De dois em dois anos, fazemos o encontro de educadores. Temos a rede nacional de correspondência e o Portal AABB Comunidade, que é mais uma ferramenta para a gente trocar o máximo de experiência possível, pois elas nos ajudam a crescer. O Programa AABB Comunidade atende, aproximadamente, 53 mil crianças e adolescentes. A avaliação é muito positiva.

A Fundação Banco do Brasil é um exemplo que outras empresas, fundações, instituições deveriam seguir. Eu me sinto lisonjeada em fazer parte dessa família, dessa história de 20 anos.

Alunos da EMA (Escola de Educação Ambiental) com uma *Cartilha dos Jogos Ambientais*. SP, 2006

Acima, à esquerda: crianças que participaram do Educar Plantando, projeto piloto que deu origem ao Programa Homem do Campo. Paracatu, MG, 1997

Marcos Fadanelli Ramos



O meu nome é Marcos Fadanelli Ramos. Nasci em 16 de novembro de 1960, em Porto Alegre. Estudei em Porto Alegre do final do 1º grau até o curso superior. Com 20 anos, entrei no Banco do Brasil e fui morar dois anos em Tapejara, no interior do Rio Grande do Sul, onde aprendi como é a vida do pequeno produtor rural, conheci a produção de soja, o ciclo da produção do trigo e da cevada. Eu me graduei em Ciências Contábeis. Fiz um curso de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com foco em Recursos Humanos, e depois um MBA em Marketing na UFRJ. Encaminhei minha carreira para a área de Educação Corporativa, tendo trabalhado no Banco desde a função de Analista, Planejador de Ensino, até a posição de Gerente-Executivo da Plataforma de Educação e Recrutamento e Seleção, num período que foi de 1991 até 2003.

DE ALFABETIZADOR A DIRETOR

Na última mudança de governo federal, em 2003, ocorreu a substituição dos quadros executivos da área de Pessoal do Banco. Recebi um convite para assumir a posição de Diretor na Diretoria de Educação, Recreação e Desporto na Fundação Banco do Brasil. Fui convidado pelo nosso atual Presidente, Jacques Pena. Fiquei muito honrado e satisfeito, porque eu continuei adotando a receita que sempre deu certo: trabalhar no que eu gosto e com atividades para as quais sempre me preparei. Depois de anos usando aquele pano chamado de gravata no pescoço, aqui sou um Diretor que não precisa disso, pois me relaciono com entidades do Terceiro Setor e com órgãos do setor público, em geral gente muito simples, que quer fazer acontecer seus projetos. Hoje, na Fundação, coordeno quatro grandes programas na área de Educação.

À direita: jovens desenvolvem atividades em Estação Digital. Teresina, PI, 2005



O Programa BB Educar é de alfabetização de jovens e adultos. Fiz parte dele na condição de alfabetizador e isso acabou sendo também uma variável importante para minha vida para a Fundação Banco do Brasil, porque eu já conhecia a temática da militância social.

Quando eu trabalhava lá no Banco na área de Gestão de Pessoas, e o Programa BB Educar era gerenciado pelo Banco, eu me inscrevi para fazer um Curso de Formação de Alfabetizadores. Uma vez formado e preparado, resolvi abrir um Núcleo no Lixão do Estrutural, com o apoio do Sindicato dos Bancários e da Associação Comunitária dos Moradores do Lixão. Fui alfabetizador de jovens e adultos durante um ano. Tínhamos aulas três vezes por semana, das 7 até as 9h30, 10 h, sempre com luz de lampião, porque lá não tinha luz. Com todas as dificuldades, eu diria que foi uma das experiências mais recompensadoras, porque aprendi muito com aquela comunidade. Eles viviam numa situação de degradação social extrema, catavam lixo no dia-a-dia para sobreviver e, à noite, estudavam para tentar se alfabetizar. Foi muito rica a experiência. Esse conhecimento adquirido como alfabetizador fez uma diferença grande na gestão do programa aqui na Fundação. Eu sempre ressalto a experiência de alfabetizador na condição de voluntário como muito significativa na minha vida.

Outro programa interessante que temos é chamado Escola Campeã, que se encontra em fase de avaliação e finalização com a sua sistematização. Realizado em parceria com o Instituto Ayrton Senna, revela o quanto é importante enfrentar questões sociais de um ponto de vista mais sistêmico e atacar o problema da gestão da educação. As questões que fazem a educação ter disfunções estão geralmente ligadas à má gestão. Esse é um programa de grande contribuição em termos de geração de conhecimento, de expertise para melhorar o atendimento de demandas sociais na área de educação.

ESTAÇÃO DIGITAL

Acreditando que o acesso à informação é fundamental para a construção do conhecimento, para a participação em sociedade e para a ampliação de oportunidades de trabalho, a Fundação Banco do Brasil criou o Programa Inclusão Digital em 2004. O programa consiste na implantação de estações digitais nas comunidades desprovidas de tais tecnologias, em parceria com entidades locais e organizações do Terceiro Setor, buscando, sempre que possível, o fortalecimento de suas ações em programas já desenvolvidos pela própria Fundação. Para tanto, quatro tipos de estações foram implementados: Estações com Iniciação em Informática; Estações com Iniciação em Informática e Acesso à Internet; Estações com Iniciação, Acesso à Internet e Serviços Bancários e Estações com Rádios Comunitárias. Nos três anos do programa, foram implantadas 164 estações, mais 21 por meio do Projeto Tecendo a Rede, que busca integrar as estações, totalizando 185 estações digitais em todo o país.



DEMOCRATIZANDO O CONHECIMENTO

Eu me envolvo diretamente com o Programa Inclusão Digital, que nós formulamos. Tem sido um programa com um bom resultado, um exemplo de trabalho consistente, que dá muita visibilidade para a Fundação. Nós partimos da premissa de que não é possível apenas doar computadores, mas temos de preparar algumas pessoas, os educadores sociais, para que façam a mediação da relação entre os seres humanos e a tecnologia. Não podemos classificar a disponibilidade de máquinas como inclusão digital. Nós já abrimos 72 estações digitais em 2005, que se configuram como espaços comunitários de inclusão digital. Eu diria que a estação digital é um espaço comunitário de que as pessoas se apropriam e do qual fazem um espaço de ebulição cultural, de inclusão digital e, acima de tudo, de inclusão social.

No relacionamento com outras entidades, eu diria que o maior desafio que a equipe da Fundação enfrenta é o da colaboração. O setor privado não faz nada sozinho, o Estado não tem dado conta de atender às demandas sociais e é necessário o envolvimento da sociedade civil. A Fundação tem atuado como uma organização-ponte, fazendo a aproximação de entidades, empresas privadas, entidades ligadas ao poder público e do próprio Terceiro Setor. A atual gestão da Fundação tem sido feliz no sentido de atuar como um mecanismo de articulação de muitos parceiros para o enfrentamento das demandas sociais.

Ricardo Braune participa da entrega do Barco-Escola Canoa Veloz, projeto da Fundação Banco do Brasil. Caduí, CE, 2001

O PARADIGMA DA COOPERAÇÃO

Considero trabalhar na Fundação uma oportunidade de realização profissional, de exercício da solidariedade. A Fundação está vivendo uma fase nova, de deixar de ser uma repassadora de recursos, uma agência financeira, para ser uma organização-ponte, que desempenha funções de organização, de articulação dos vários setores para o enfrentamento de demandas sociais e de executora de alguns programas sociais que articulam muitos parceiros, alavancam muitos recursos e atendem às necessidades de muita gente em todo o país. Pensando no futuro, destacaria o crescimento do papel da Fundação como organização-ponte articuladora dos diversos setores e como uma entidade de credibilidade e competência para promover a cooperação intersetorial e a gestão de programas sociais de grande porte. Eu vejo um caminho muito consistente pra ampliar a escala de contribuição da Fundação Banco do Brasil. A motivação está dentro de cada um. É preciso que o novo posicionamento estratégico da Fundação esteja alinhado e coerente com o seu novo posicionamento operacional. Isso precisa ser feito urgentemente. Acredito na idéia de que todo ser humano tem aquilo que o Marcel Mauss, antropólogo francês, diz: a necessidade de, em algum momento, se doar para o outro, um sentimento intrínseco de solidariedade. Ele fez um estudo com tribos de índios de ilhas do Pacífico Sul e desenvolveu o que ele chamou de “paradigma da dádiva”. Todos nós temos essa necessidade.

Quem trabalha no Banco do Brasil e vem trabalhar na Fundação pode exercitar esse novo paradigma de cooperação, em contraposição ao da competição que exercitamos na sociedade e também enquanto funcionários do Banco do Brasil. Pensando na reestruturação que ora estamos vivendo aqui na Fundação, se eu pudesse dizer algo legal, que mobilizasse a nossa energia, diria que estamos passando por um ajuste dos processos da área Operacional no sentido da dedicação de mais tempo das pessoas para o trabalho de reflexão, com menos pressão da elevação da carga operacional. Esta é a nossa expectativa: ter condições de fazer um trabalho de alcance numérico expressivo, de larga escala, mas desenvolver ações de qualidade consistente, fruto das nossas reflexões e do nosso aprendizado.



Meu nome é Roberto Souza de Oliveira. Nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 4 de janeiro de 1952. Eu fundei a Associação Beneficente Caminho da Luz - Abecal, em São Paulo, uma entidade para ajudar as pessoas a recuperar a auto-estima, a cidadania, ter uma chance de trabalhar e conseguir o seu sustento. O foco é o jovem que está buscando o primeiro emprego e o adulto que está desempregado, precisando de uma reciclagem para voltar para o mercado de trabalho. O nosso slogan é “Reciclando vidas”. Nós damos vários cursos de capacitação. Uma vez chegou um rapaz lá querendo fazer o curso e nós o matriculamos. Ele tinha 42 anos de idade e resolveu fazer Informática. Nós temos a Estação Digital em parceria com o Banco do Brasil, em que oferecemos vários cursos de informática e acesso à internet. No terceiro dia de aula, ele apresentou muita dificuldade, mão dura no teclado. Na semana seguinte, ele voltou e já estava desenvolvido, evoluindo de etapa no programa. Ele explicou: “Eu sou gari, com muito orgulho. Eu fico com uma vassoura na mão o dia inteiro no Parque Dom Pedro, em São Paulo. Aí eu resolvi treinar na vassoura.” Ele e uns colegas se formaram antes do grupo e resolveram fazer o curso de técnico de computador, curso de hardware, e hoje eles são técnicos de computador e trabalham numa multinacional americana. Essa é a cara da Abecal. São 23 funcionários CLT na Abecal, porque a parceria com a prefeitura viabiliza isso. Com a Fundação Banco do Brasil, nós aprendemos que com pouco se faz muito. Então, isso que eles colocaram na Abecal não foi só uma estação digital; eles colocaram esperança na Abecal, eles colocaram tecnologia na Abecal. Eles não estão deixando ninguém ficar ilhado; eles estão ensinando o pessoal que com isso aqui você faz parte de tudo, você acompanha tudo //



para casa e pensei que, apesar de ser ótima estrategista, era uma péssima vendedora. Discutimos, então, a estratégia de venda. Pegamos dois projetos já financiados, que tinham aquele conceito de tecnologia social, e levamos para o Conselho. Todo mundo adorou! O Banco de Tecnologias Sociais foi aprovado, a criação do prêmio foi aprovada. Foi uma batalha muito grande, mas criamos um conceito usado hoje pelo mercado social, o de Tecnologia Social. A idéia foi criar um atalho, e atuar num pedaço do processo que não tinha nenhuma instituição atuando. Também fazia sentido um banco, instituição financeira, ter um banco de soluções. Foi muito bem recebido pela comunidade social e pelas instituições.

DUAS IDÉIAS BRILHANTES

Um dos projetos que eu usei para o Conselho aprovar a idéia era um projeto da Bahia: a criação de berçários a partir de material completamente descartável, tipo garrafa de água, lâmpada comum. Era um médico da Bahia que tinha um projeto de incubadoras financiado pela Fundação, extremamente eficientes e feitas com material totalmente descartável, ou seja, o uso de um material comum para uma finalidade extremamente nobre. Ele criou um tipo de incubadora, bercinhos para banho de luz, forrados com uma tela. Então, esse médico, na verdade, criou uma tecnologia social com aquelas incubadoras.

// Meu nome é Ricardo Braune Solon de Pontes. Nasci em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, em 1954. Fui morar em Brasília, em 1970, para estudar, mas só concluí a Faculdade de Administração com 50 anos. Em 1976, entrei no Departamento de Estatística do Banco do Brasil, onde fiquei trabalhando na área Rural até 1989. De 1989 a 1991, estive no DEAPE (Departamento de Comercialização de Produtos Agropecuários). No início de 1992, fui trabalhar na Fundação, fazendo análise de projetos avulsos. Hoje, a Fundação trabalha com projetos estruturados. Eu trabalho na cajucultura, a cadeia produtiva do caju, em cinco Estados do Nordeste. Lá as pessoas não têm um sentido de cooperativismo, porque se você não mandar a pessoa fazer, ela não faz. Existe um problema muito grande, principalmente no Ceará e no Rio Grande do Norte, porque as pessoas não conseguem

se sentir donas, apesar de criarem associações para pegar recursos do governo. Uma cadeia produtiva existe em três fases: produção, beneficiamento e comercialização do produto. A produção é o trabalho na roça, para garantir a melhoria da qualidade da planta. O beneficiamento é o processo em que a castanha se transforma em amêndoa, e a comercialização coloca a castanha no mercado. Geralmente são cooperativas ou associações. Esse projeto funciona da seguinte forma: implantamos, revitalizamos e construímos minifábricas de castanha-de-caju. Para eliminar o atravessador, que ficava com praticamente tudo o que era produzido, compramos a tecnologia de melhoria do aproveitamento da castanha da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), premiada em 2001, e nos alinhamos com os planos do Fome Zero, do governo federal. A partir daí, a Fundação fez várias parcerias para revitalizar as minifábricas de caju do Norte e do Nordeste do país. Nesse processo, eu me realizei profissionalmente e fiz grandes amigos. Percebi que todos os momentos se tornam passado e memória, por isso quero valorizá-los cada vez mais **//** .



O outro projeto foi o de tratamento de esgoto numa comunidade pobre, na periferia de Petrópolis. Foi criado a partir de umas enchentes. Como a comunidade não tinha tratamento de água e esgoto, eles montaram toda uma estação ecológica de esgoto com sistema de biodigestor. Esses dois projetos mostravam uma tecnologia ambiental e uma tecnologia voltada para a área da saúde, para mostrar que o conceito era muito amplo e abrigava qualquer coisa, desde o soro caseiro, que é uma tecnologia social. Você pega água, açúcar e sal naquelas medidas e tem um soro que salva vida. Tem também o projeto mãe-canguru para liberar incubadoras. Quando as crianças estão um pouco melhores, são amarradas ao seio da mãe e ficam aquecidas. É um banco para ter milhões de soluções e sempre alguém pode pegar, adaptar, usar e ainda ter espaço para mais soluções, que podem vir para novos problemas.

CAMINHO SEM VOLTA

Eu procurei aproximar a Fundação dos gestores do Banco, sem que isso ferisse o princípio de ser uma fundação independente. É muito difícil, porque você planta e tem que ter um tempo para aquilo florescer e as coisas se consolidarem, sob pena de não serem concluídas ou materializadas.

Para mim, o trabalho na Fundação foi extremamente gratificante e coerente com a minha linha de pensamento do ponto de vista de políticas sociais. Eu jamais consigo me desvirtuar de políticas sociais. Hoje eu faço questão de participar de uma instituição e, quando eu chego para a reunião, sou aquela conselheira que leva o dever de casa prontinho. Eu leio tudo o que eles mandam, critico tudo, dou opinião. Então eu, de fato, me envolvo com a área social. Esse é um caminho que não tem volta. Você pode não dirigir mais instituições, mas isso faz com que você tenha um senso crítico mais aguçado para essas questões sociais. Eu chegava com umas idéias completamente fora do contexto do dia-a-dia e percebia que as pessoas confiavam muito em mim, e isso era uma responsabilidade muito grande que eu tinha. É uma oportunidade imperdível de estar à frente de uma fundação do tamanho da Fundação Banco do Brasil, com o poder de fazer acontecer.



Seringueiro produz látex de acordo com orientação do Projeto Tecnologia para Produção de Borracha e Artefatos (Tecbor). Santarém, PA, 2005

Jacques de Oliveira Pena



Jacques de Oliveira Pena
aos 3 anos de idade.
Caratinga, MG, 1958

O bairro em que eu nasci, no dia 3 de maio de 1955, era a fazenda do meu avô, em Caratinga, no Estado de Minas Gerais. Tenho as melhores imagens da minha infância! Tomava banho no rio e o campo de futebol era na minha casa. Fui estudar em Belo Horizonte, com 17 anos. Quando eu cursava Administração de Empresas na Universidade Católica, fiz o concurso do Banco do Brasil, passei e entrei no final de 1977, em Pirapora (MG), no Vale do Rio São Francisco. Na década de 70, tinha concurso do Banco do Brasil praticamente um a cada ano. Foi o período em que o Banco mais cresceu em número de funcionários.

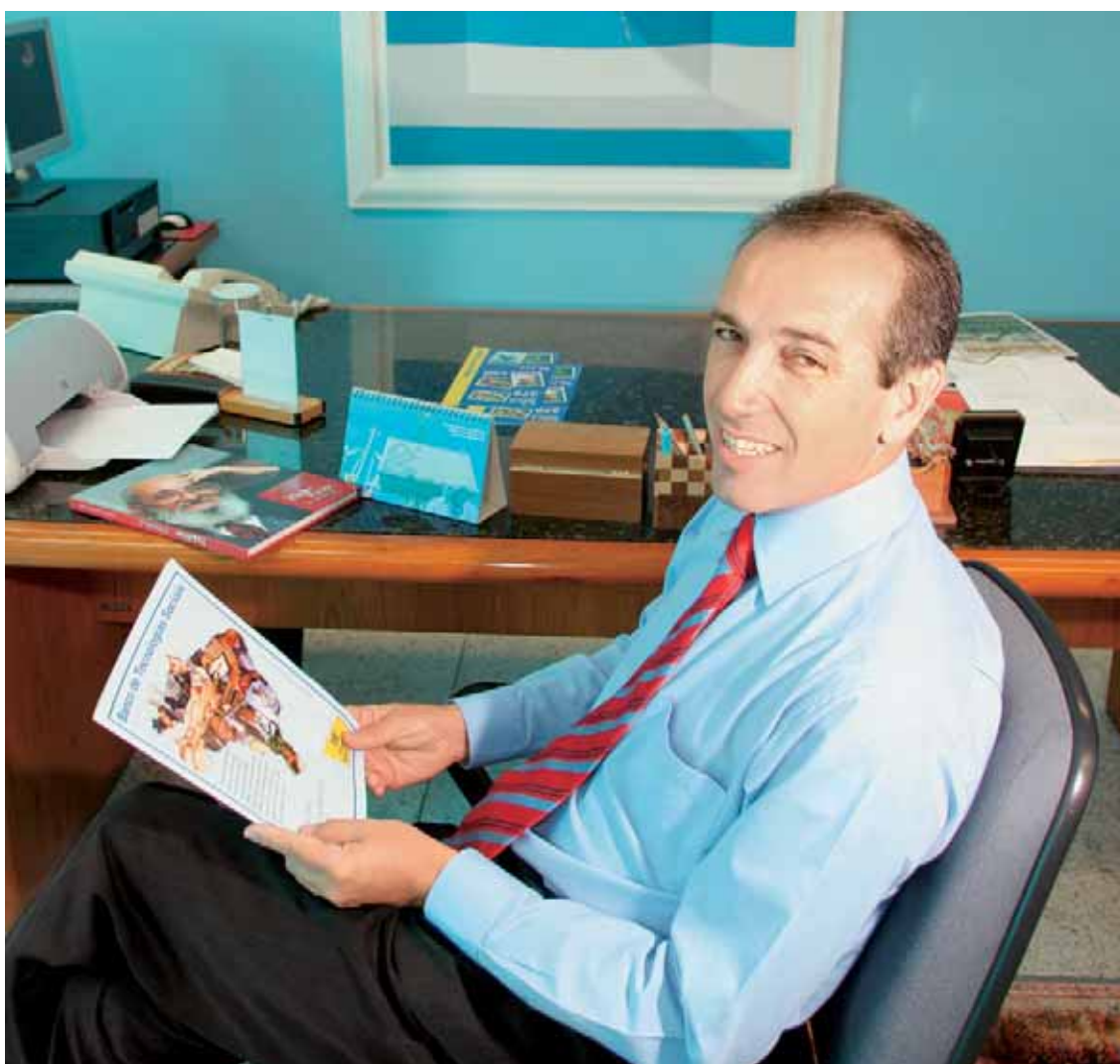
OS PRIMEIROS TEMPOS NO BANCO DO BRASIL

Quando alguém se tornava funcionário do Banco do Brasil, como no meu caso, saía da condição de estudante universitário, passava a ter Cheque Ouro, salário e segurança no emprego; eram grandes mudanças. Fiquei em Pirapora de novembro de 1977 a março de 1979.

Em 1979, transferi-me para Brasília. Lá sobravam vagas, porque todo mundo achava longe, um sacrifício ir morar em Brasília. Trabalhei na Agência Central do Banco do Brasil, à época com mais de mil funcionários. Fiquei oito anos somando cheques na COMPE. Havia um local onde distribuíamos os cheques por bancos, que chamávamos de Pombal. Eram umas 15, 20 pessoas somando, para conferir o que tinha vindo das subagências. Um documento era autenticado e eram anexados 20 cheques ou 200 cheques de todas as 40 subagências para a Central de Compensação. Se você quisesse matar um sujeito, era só colocá-lo para trabalhar ali no Pombal! De costas para todo mundo, o funcionário ficava de frente para um negócio que tinha uns 50 buracos e todo mundo enchendo de serviço. Nos meus momentos de folga, aproveitava para sindicalizar o pessoal, distribuir jornais, fazer o movimento.

UM SONHO PARA SER REALIZADO

Conheci a Fundação quando fui distribuir o jornalzinho do sindicato, ainda na década de 80. Eu tinha muita vontade de trabalhar na Fundação, mas não sabia que ia ser como Presidente. É um privilégio uma pessoa poder trabalhar em um banco da importância e do reconhecimento que tem o Banco do Brasil e poder atuar na Fundação,



administrando seus projetos e tendo a percepção de que a empresa, nas suas ações de responsabilidade social, tem um nível de capacidade de formulação de projetos, de execução, de inserção no Terceiro Setor.

Em 1992, ganhamos a eleição do sindicato e eu era Secretário-Geral. No período final do governo do Fernando Collor de Mello, a Fundação Banco do Brasil volta a ter um momento marcante na minha vida.

Em julho de 1992, o Ministério Público nos procurou, pois vinha, há alguns meses, analisando denúncias sobre irregularidades na Fundação Banco do Brasil. Disseram-me que discutiam a hipótese de intervir na Fundação. Eles buscavam uma pessoa de reputação ilibada para nomear como Interventor. O Lafayette Coutinho, então Presidente do Banco do Brasil, havia encaminhado a um colega nosso uma carta reconhecendo a competência e a seriedade dele na condução de um concurso para funcionários do Banco. Eu falei: "É esse o homem, o Paulo Antônio Outeiro Hernandez." Então, sugerimos esse nome aos promotores do Ministério Público e ele foi nomeado Interventor.

Já na condição de Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, participei das discussões sobre as perspectivas de atuação do Banco do Brasil no governo Lula, ainda em 2002, após as eleições. Em determinado momento do processo, já em 2003, o Cássio Casseb foi



FOME ZERO

O foco atual da Fundação em geração de trabalho e renda se associa a um dos braços de atuação do Programa Fome Zero, do Governo Federal. Lançado em janeiro de 2003, como prioridade social do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o seu objetivo é implementar uma política de segurança alimentar e nutricional a partir de uma inserção social, com geração de renda, trabalho, resgate da auto-estima e promoção da cidadania. O Programa Fome Zero, alocado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abrange: políticas locais, políticas específicas, políticas estruturais em parceria com outros ministérios, entidades, instituições e movimentos sociais. O propósito passa pelo estímulo aos circuitos locais de produção e pela associação de segurança alimentar ao desenvolvimento local. A prioridade é atingir as regiões nordeste e norte do país pelas dificuldades que elas têm em garantir aos seus cidadãos os recursos necessários para acesso à alimentação e à renda.

indicado, aceitou ser Presidente do Banco e achou que eu poderia participar da gestão do Banco estando na Presidência da Fundação. Foi um desafio muito interessante. As discussões em torno do Programa Fome Zero revelaram o que queríamos fazer na Fundação Banco do Brasil. Priorizamos a questão de geração de trabalho e renda, de responsabilidade social em um foco de sustentabilidade, e não de paternalismo nem de assistencialismo. Foi esse o caminho que trilhamos na Fundação quando chegamos. Se você viabilizar a vida do cidadão, o seu sustento pelo seu trabalho, ele há de ser capaz de se construir no mundo.

NOVOS ENFOQUES: CADEIAS PRODUTIVAS

As novas e grandes ações da Fundação, a partir de 2003, no foco de geração de trabalho e renda, estão principalmente no semi-árido brasileiro, que inclui a porção norte de Minas Gerais e vai até o Maranhão, cujos públicos prioritários são os assentados pela reforma agrária ou as pessoas da agricultura familiar tradicional. Atuamos na perspectiva de, a partir de pequenos e médios projetos, irmos construindo uma visão articulada e integrada de ações nas cadeias produtivas. Desenvolvemos projetos de fruticultura, mandiocultura, cajucultura e artesanato que, além do semi-árido, também se estenderam à Amazônia. Esse é um trabalho que recupera a experiência da Fundação no tempo em que ela foi criada (através da experiência do FUNDEC), agregando a visão de alinhar as ações da Fundação com políticas públicas, como o Programa Fome Zero e com a questão da estratégia de Responsabilidade Social do Banco do Brasil.

Buscamos direcionar os recursos da Fundação, no foco de investimento de geração de trabalho e renda, para os públicos definidos como prioritários, conforme o diagnóstico feito pelo Programa Fome Zero: quilombolas, indígenas, assentados e catadores. Nas regiões mais pobres do Brasil, na zona rural, nos assentamentos, incentivamos a agricultura familiar, as vocações naturais, ou seja: plantar mandioca, plantar e processar frutas, criar ovinos, caprinos, abelhas etc. Temos como perspectiva promover a inserção econômica e social, por meio da agregação de valor da comercialização, dos produtores que plantam, para que gerem renda e, conseqüentemente, saiam da condição de subsistência.

TECNOLOGIA SOCIAL NO COMBATE À POBREZA

Na área de tecnologias sociais, a discussão meritória da Fundação nos últimos seis anos foi de como fazer com que elas tivessem uma articulação maior, uma disseminação e afirmação de conceito. O combate à pobreza deve se apropriar do conhecimento científico tecnológico desenvolvido. A tecnologia está em siderurgia, banco, comunicações, informática... É a tecnologia a serviço do combate à pobreza. A tecnologia social reforça esse debate: a tecnologia no centro do combate à pobreza e na inclusão social, uma tecnologia para inclusão social através da geração de trabalho e renda. No uso das tecnologias sociais, é preciso



Meu nome é Almir Paraca Cristóvão Cardoso. Nasci em Paracatu, daí vem o meu apelido. Desde os 11 anos, tive uma postura de liderança, e o primeiro espaço onde eu exercitei um pouco essa característica foi nos movimentos de jovens da Igreja Católica. Aos 13 anos, tive a oportunidade de ingressar no Banco do Brasil como Menor Estagiário ou Office-Boy. Fazia de tudo, pequenas tarefas no cotidiano da agência. Trabalhei um período também entregando correspondência nas ruas de bicicleta, usando um uniforme azul claro. O Banco do Brasil, para os seus funcionários, era uma empresa que contribuía para

a promoção do desenvolvimento nacional, levava e permitia o acesso a recursos públicos fundamentais para dinamizar a economia nas pequenas comunidades. Quando completei 18 anos, fui automaticamente promovido para a carreira efetiva do Banco. Mas eu não queria continuar no Banco, pois tinha idéia de sair de Paracatu. Em 1982, fui para Belo Horizonte fazer História, na UFMG. Entrei no movimento sindical bancário e na militância política. Eu trabalhei no Centro de Processamento de Dados do Banco do Brasil, o CESEC, na compensação de cheques, que era um ambiente muito politizado. Voltei para Paracatu, depois de formado. O meu vínculo com a Fundação Banco do Brasil começou quando fui eleito vereador e implantamos o trabalho da Fundação Consciência e Arte. Em 1997, fui eleito Prefeito de Paracatu, depois de ter sido eleito Deputado Estadual. Na minha gestão, herdei o Programa Homem do Campo, que estava em pleno curso. O projeto evoluiu em muitas e muitas ações, além das inicialmente concebidas. As três grandes marcas da minha gestão são o Homem do Campo, a implantação da bolsa-escola, com apoio de Cristovam Buarque, e o trabalho no campo da reforma agrária, em que também conseguimos assentar, junto com o Incra, 700 famílias nesse

período de quatro anos. Retornei ao Banco no governo do Lula, para encontrar um espaço onde eu pudesse atuar aproveitando essa bagagem da nossa trajetória social e política. Cheguei à Fundação Banco do Brasil, no final de março de 2003. A Fundação hoje ganhou visibilidade não só para o público interno do Banco, como também para o público externo. Quero agradecer a oportunidade da minha passagem pela Fundação Banco do Brasil, que me dá muita alegria. Eu tenho certeza de que nós estamos deixando também uma contribuição nessa história que continua //



Almir Paraca Cristóvão Cardoso, ao centro, fala durante o 1º Encontro de Defesa dos Direitos Humanos. Paracatu, MG, 1987



// Meu nome é Sílvio Henrique Perfeito. Nasci em Morrinhos, Goiás. Tomei posse no Banco do Brasil em 5 de maio de 83. Fui para a Superintendência Estadual do Tocantins em 89, e voltei para Brasília em 91, como colaborador da Fundação Banco do Brasil. Na Superintendência do Tocantins, eu trabalhava na área de Preços Mínimos e também mexia com ações da Fundação, através do FUNDEC. Eu visitava as comunidades, participava das reuniões de ações comunitárias que tinham apoio da Fundação, elaborava os diagnósticos, implantava os Planos de Desenvolvimento Comunitário Integrado. Era uma Superintendência pequena, que só tinha um Assessor pra trabalhar com esses processos. De 1991 a 1993, fui convidado para trabalhar como colaborador na Fundação Banco do Brasil. Depois fui efetivado e me dediquei ao acompanhamento de projetos na área de Geração de Trabalho, enfocando os recursos públicos. Eu vivo a Fundação há quase 15 anos, tanto como colaborador quanto como funcionário. Acredito que tivemos um papel importante para a municipalização de distritos; de comunidades que antes não eram municípios e viraram municípios com a atuação da Fundação através do FUNDEC. Eu posso afirmar que temos mais de 30 mil projetos apoiados em todo o país. A Fundação tem o seu espaço nesse Brasil **//**.

desenvolver projetos mais integrados e articulados, que combinem políticas públicas federais, estaduais e municipais com o investimento social privado.

Importante também é a gestão social, a gestão de rede, ou seja, a percepção de toda a complementaridade no processo, principalmente quando o processo é social. As tecnologias sociais, para produzir uma máquina a serviço da inclusão social, têm também de produzir conhecimento, informação na gestão de redes para o desenvolvimento social. Somos a fundação de um banco, uma das maiores fundações empresariais, mas temos tido a preocupação com a nossa participação institucional em eventos do Movimento Nacional de Catadores, da ASA - Articulação no Semi-Árido, do GTA - Grupo de Trabalho Amazônico. Ou seja, as maiores redes de organizações sociais, com a característica de rede de movimentos sociais, têm a presença e o apoio da Fundação Banco do Brasil em eventos e projetos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

A partir de 2003, desenvolvemos um diálogo com o Banco do Brasil para construir uma estratégia conjunta com alguns públicos comuns de relacionamento. Um processo de inserção social e de inclusão bancária, de "bancarização", como nós chamamos. Todo cidadão, para viver na sociedade nos anos 2000, precisa de serviços bancários. O banco é um serviço que não está focado em atender apenas determinado tipo de cliente. Na Fundação atuamos, por exemplo, com quase uma centena de projetos e mais de R\$ 10 milhões destinados a catadores. Eles precisam ser clientes de Banco, porque eles têm uma atividade econômica. O resultado do diálogo Fundação/Banco tem alguns pontos de conexão concretos. Um deles é o Desenvolvimento Regional Sustentável, que o Banco do Brasil tem como estratégia negocial a partir de 2003, 2004. A Fundação trabalhou com a Gerência de DRS e as Superintendências do Banco do Brasil, as agências, e hoje temos atuação conjunta em aproximadamente 500 projetos, particularmente na agricultura familiar e com os catadores de materiais recicláveis, para articular projetos que ajudem a alavancar o desenvolvimento econômico e social.



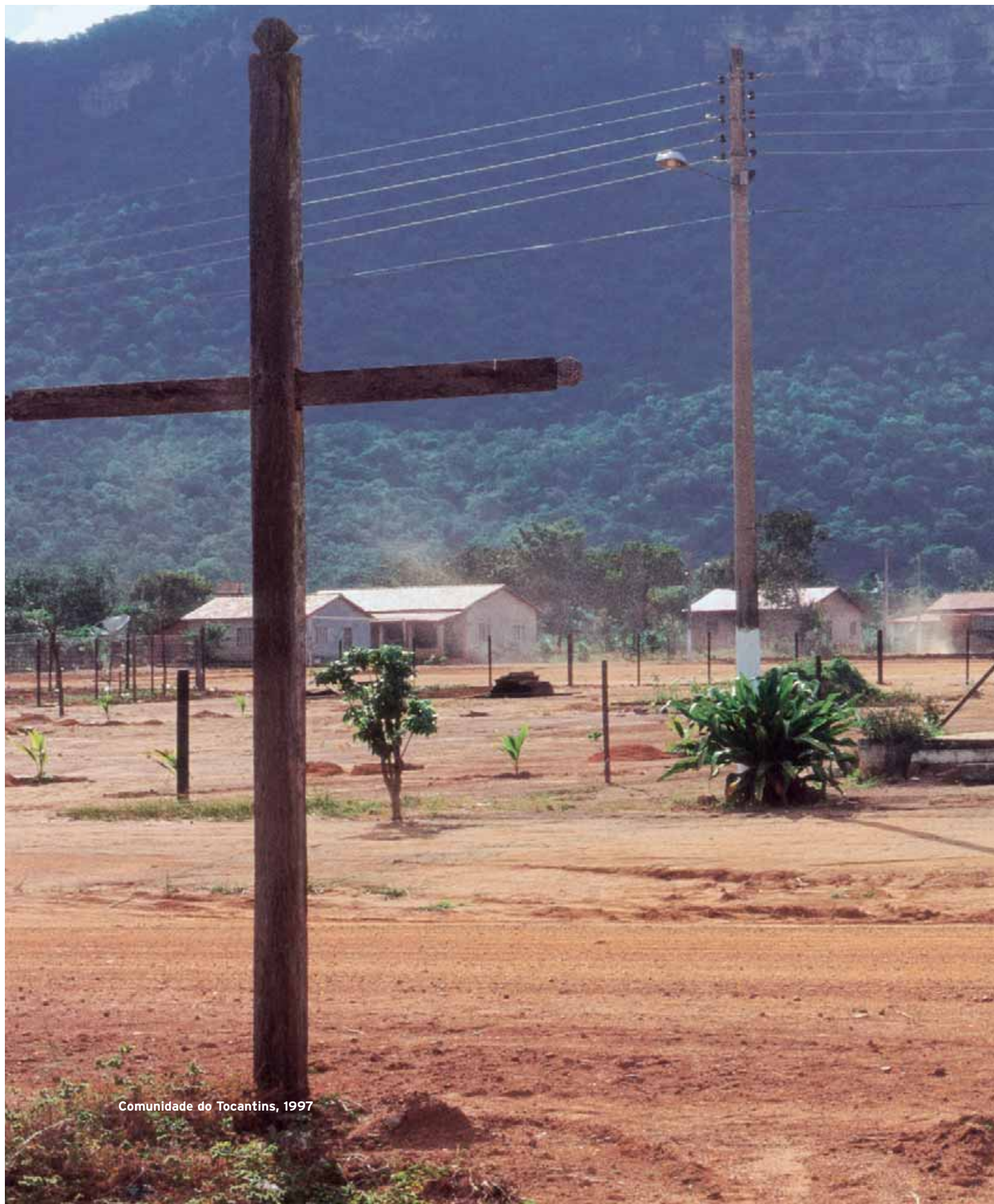
DIÁLOGOS COM O BANCO DO BRASIL

De 2003 até hoje, muitos colegas voltaram a trabalhar no Banco do Brasil, estimulados pelas novas perspectivas existentes no Banco, inclusive em função de uma maior aproximação Fundação e Banco do Brasil em áreas como DIRIS, DIRAG, DIPES, DITEC e o DRS. Os funcionários da Fundação não recebiam a participação nos lucros e resultados do Banco do Brasil, mas, por meio de um acordo com a direção do Banco, passaram a receber, porque ajudar a construir a imagem, o reconhecimento e os resultados do Banco do Brasil também faz parte do investimento social. Acredito que os funcionários que estão na Fundação desde 2003 até 2006 tenham tido uma percepção de valorização e reconhecimento por parte do Banco do Brasil. A Fundação Banco do Brasil é, com toda a modéstia possível, uma organização muito reconhecida Brasil afora.

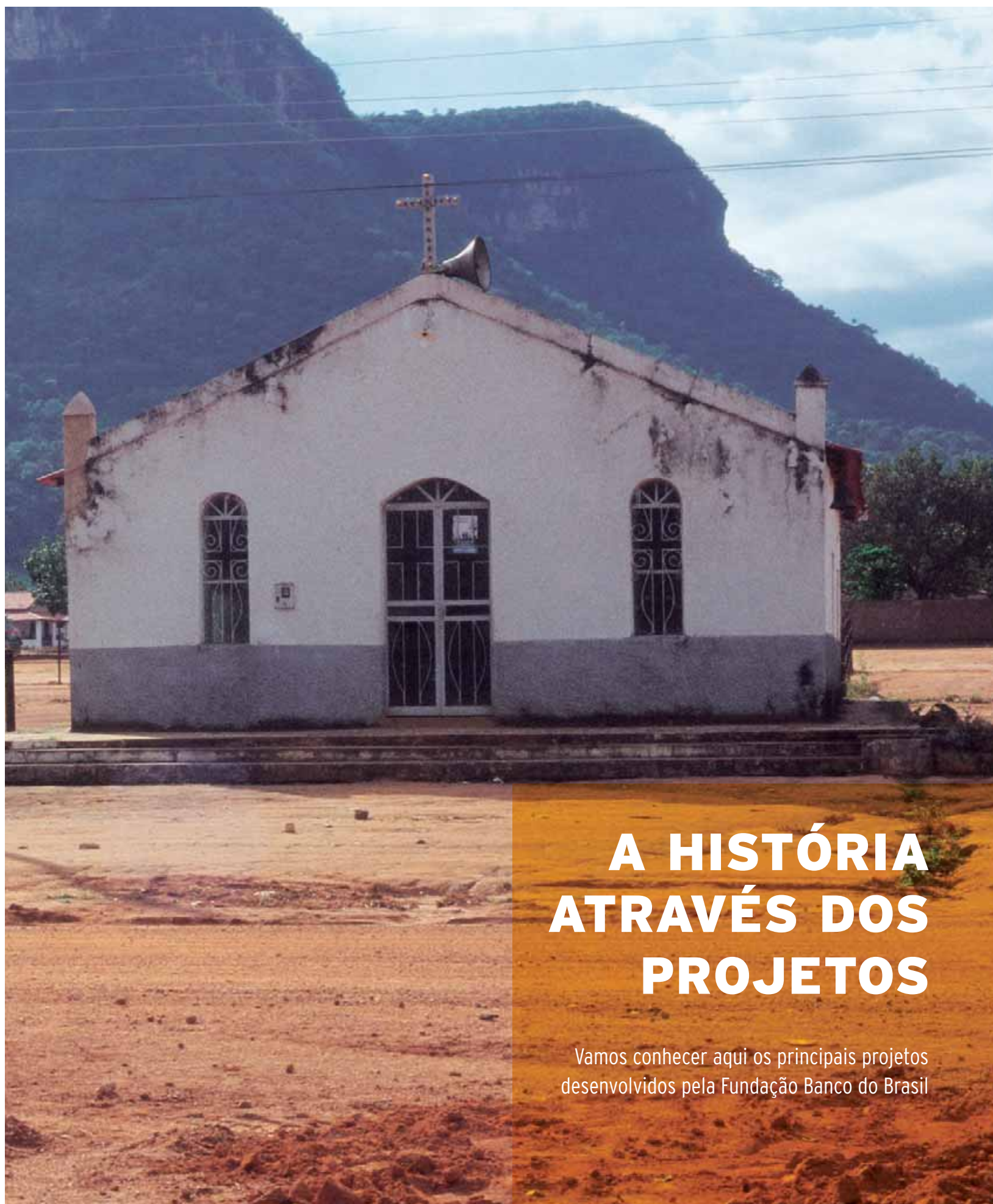
O conjunto de fatores que torna a responsabilidade social um tema de mais centralidade na sociedade hoje faz com que nós tenhamos um nível de reconhecimento, de valorização e de oportunidade de diálogo com o Banco do Brasil na condição de quem faz grande parte do investimento social do Banco do Brasil. A responsabilidade social, nos últimos anos, é um debate muito mais presente no Banco do Brasil como um todo. Então, eu acredito que aqueles que estão na Fundação têm uma percepção de maior valorização, de reconhecimento do Banco do Brasil.

Acima, à esquerda: Jacques de Oliveira Pena participa da reinauguração da Unidade de Beneficiamento de Castanha-de-Caju, ação inserida no Projeto Trabalho e Cidadania da Fundação Banco do Brasil. S.I., s.d.

Acima, à direita: a Fundação Banco do Brasil incentiva projetos de agricultura voltados para as comunidades quilombolas e indígenas. S.I., s.d.



Comunidade do Tocantins, 1997



A HISTÓRIA ATRAVÉS DOS PROJETOS

Vamos conhecer aqui os principais projetos
desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil



1



2



3

1. Atividades do BB Educac. S. I., s.d.
2. Desenho de aluno do Programa Integração AABB Comunidade
3. Jovens na Estação Digital. Teresina, PI, 2005
4. Turma de alfabetizadores do BB Educac. S.I., 1994



4



Base para o desenvolvimento do país, a educação é um dos focos da Fundação Banco do Brasil que, desde os anos 80, realizou importantes ações nessa área. Em dezembro de 1989, é aprovado o Projeto Vídeo-Escola, que, utilizando aparelhos de TV e videocassete, objetivou auxiliar o processo de alfabetização, sobretudo em regiões mais carentes do país. É dessa época também o financiamento de dois programas televisivos: o “Globo Ciência” e o “Estação Ciência”, respectivamente na TV Globo e na TV Manchete.

Em 1994 a Fundação concedeu recursos financeiros para melhoria das instalações, aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal da CNEC - Campanha Nacional de Escolas Comunitárias. O convênio beneficiou mais de 210 mil estudantes em 435 escolas da CNEC, uma sociedade civil criada há mais de 50 anos no Recife, Pernambuco, pelo Professor Felipe Tiago Gomes, que se propunha a instalar escolas gratuitas para a juventude pobre do país.

A FUNDAÇÃO PRIORIZOU, A PARTIR DA DÉCADA DE 1980, AÇÕES QUE ABRANGEM TANTO A MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO QUANTO A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Entre 2000 e 2004, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil uniram-se para instituir o Programa Escola Campeã, visando contribuir para o fortalecimento da gestão municipal escolar. O programa foi desenvolvido em 52 municípios de 24 Estados brasileiros, através da distribuição de um kit pedagógico, elaborado e cedido pela Fundação Eduardo Magalhães.

Por meio do BB Educar e do Programa de Integração AABB Comunidade, a Fundação acredita na erradicação do analfabetismo e no potencial da educação multidisciplinar para as nossas crianças. Já no Programa Inclusão Digital, a educação complementar prepara para uma sociedade movida pela informação.



Ao lado: Patrícia em aldeia indígena. Sergipe, 1997

Patrícia Teixeira de Almeida

Nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 3 de fevereiro de 1956. Em Brasília, fiquei absolutamente ilhada. Com o tempo, arrumei novos amigos. Fui procurar emprego de secretária, mas acabei trabalhando com uma psicóloga. Resolvi fazer o curso de Psicologia em Brasília, embora a minha grande paixão tenha sempre sido a Educação. Fui ser bancária porque tinha necessidade de independência, de bancar os meus estudos.

No início, eu trabalhei em agência, nunca fui Caixa, mas trabalhei abrindo contas, serviços pouco estimulantes e bastante rotineiros. Mas eu tinha outros sonhos na vida. Quando percebi que era possível realizar projetos na área de Educação, tornei-me bancária. Comecei a atuar como colaboradora da área de Recrutamento e Seleção, no Departamento de Pessoal do Banco. Fiquei anos na psicologia organizacional, fazendo seleção para as diversas áreas. Só que eu comecei a ter conflitos. Apesar de ser interessante do ponto de vista profissional, o psicólogo era, de alguma forma, um bode expiatório da empresa. Então surgiu a possibilidade de trabalhar na área de Educação do Banco. Isso foi realmente uma revolução na minha vida! Cuidei inicialmente da parte de metodologia de todos os cursos internos da empresa.

A VOCAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

O Programa BB Educar está completando 15 anos. Nasceu no setor de Planejamento de Cursos, lá onde eu trabalhava. O BB Educar vai ao encontro de uma espécie de vocação dos funcionários em querer fazer mais pelas comunidades, e não ter simplesmente o papel de um intermediário financeiro. Partiu da necessidade de alfabetizar pessoas não alfabetizadas que integravam o quadro de funcionários do Banco do Brasil. O Banco respaldou. Na fase embrionária do programa, em 1991, a



Lia e a Nilda encamparam a idéia e se responsabilizaram pelo projeto. A PUC de São Paulo, através da Professora Estela Graciane, fazia a nossa capacitação. Ela tinha uma incrível capacidade de mobilizar as pessoas e conquistou muitos funcionários do Banco.

Em 1996, o número de solicitações de pessoas que queriam ser alfabetizadores aumentou muito fora do Banco. Nesse mesmo ano, Luis Osvaldo, Vice-Presidente de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil, conseguiu autorizar a ampliação do programa para fora dos muros da empresa, para as comunidades. Esse foi um ganho qualitativo, porque os funcionários precisam ver a realidade, já que são pessoas privilegiadas.

SAINDO DOS MUROS DA EMPRESA

Um dos momentos cruciais do programa foi o funcionário deixar o seu espaço de trabalho para atuar como alfabetizador, junto às pessoas da faculdade e, depois, formar alfabetizadores fora da comunidade. Nessa época, as pessoas se encarregavam de montar as suas turmas. Alfabetizei num lixão de Brasília, outras pessoas alfabetizaram num salão paroquial, num prédio, numa escola pública. Fui fazer mestrado na área de Educação de Jovens e Adultos. A minha vida ganhou sentido na educação.

Os funcionários faziam um curso de formação inicial de 40 horas no Banco, ministrado pela PUC de São Paulo, no qual tomavam conhecimento da metodologia. A alfabetização era um trabalho voluntário,



**Encontro de Educadores
do BB Educar com a
presença do Prof. Paulo
Freire. Brasília, DF, s.d.**



Encontro dos educadores
do Programa AABB
Comunidade com Germana
Macena, ao centro. SP, 2000

PROGRAMA BB EDUCAR

O BB Educar é um programa de alfabetização de jovens e adultos, que consiste na formação, por instrutores do Banco, de alfabetizadores que assumem o compromisso de constituir núcleos de alfabetização nas comunidades em que atuam. O programa foi criado a partir de uma experiência bem-sucedida de escolarização de funcionários da área de serviços gerais (carpinteiros, eletricitistas, pedreiros, pintores etc.). Em 1992, o Banco do Brasil, através de sua rede de agências, criou este programa, que foi encampado, desde 2000, pela Fundação Banco do Brasil. O programa estabelece convênios com os governos federal, estadual e municipal e com instituições sem fins lucrativos, associações de moradores, igrejas, comitês de cidadania e entidades diversas. O programa já alfabetizou 240.641 pessoas, e outras 132.442 encontram-se em processo de alfabetização, tendo formado mais de 30 mil alfabetizadores voluntários em todo o país.

realizado fora do horário do Banco. Além de alfabetizadora, passei a formar alfabetizadores num quadro de 100 pessoas, dentro do Banco e nas comunidades. O pré-requisito para ser educador do programa é alfabetizar nas comunidades. O Banco do Brasil fornecia o suporte para a formação dos alfabetizadores: os centros de formação do Banco e um material pedagógico apropriado.

Quando o programa foi para a Fundação Banco do Brasil, o apoio se ampliou. Os materiais didáticos foram especialmente elaborados e distribuídos para os funcionários, para os alfabetizandos e para o grupo de educadores. Inicialmente, foram feitos três projetos piloto, contando com a participação dos funcionários do Banco do Brasil: em Minas Gerais, Goiás e no Tocantins. Centros de treinamento estavam espalhados por todo o país.

Outros programas derivaram das necessidades detectadas no Programa BB Educar. Um deles, agora em fase piloto, é o Programa Ver a Vida, que fornece consultas médicas e óculos para as pessoas mais velhas, e um outro é o Programa de Alimentação Alternativa, que incentivou o consumo de alimentos saudáveis.

HORA DE PRIMAR PELA QUALIDADE

Aposentada da Coordenação do Programa BB Educar, continuei a prestar serviços para a Fundação Banco do Brasil, porque eu era alfabetizadora e formadora de alfabetizadores. Fui convidada pela Fundação para coordenar um projeto de acompanhamento dos núcleos de alfabetização. Para isso, criamos coordenações regionais.

Em 2006, consolidamos uma informatização do programa. Temos 104 educadores que atuam em todo o Brasil, com uma média de 200 cursos de formação de alfabetizadores por ano, sendo que cada um deles forma 25 alfabetizadores, que, por sua vez, formam turmas com 25 pessoas por ano.

Alfabetizar jovens e adultos não é simples. É necessário que o processo de alfabetização seja realizado por profissionais com uma formação adequada e que estejam dispostos à discussão permanente.

O meu trabalho é exatamente acompanhar e discutir, dentro de uma comunidade, os problemas dela com os educadores, além de dar suporte ao trabalho do alfabetizador e coordenador pedagógico de cada região.

Em 2005, executamos o projeto piloto no Piauí para atender cinco municípios. As salas de aula não tinham quadro-negro e eram muito pequenas. As pessoas que não chegavam cedo assistiam à aula do lado de fora; os educadores não tinham material e não havia nenhum profissional. Fizemos o acompanhamento mensal no Piauí e, no ano seguinte, ampliamos para mais cinco Estados.

Apesar da realização de vários programas de alfabetização, não há redução nos índices brasileiros de analfabetismo. O Brasil optou pela massificação do ensino, o que foi interessante, pois proporcionou a educação básica a todos, mas agora é hora de primar pela qualidade, porque, caso contrário, não vamos reverter esse processo. É uma responsabilidade muito grande combater os problemas relacionados à origem do analfabetismo.

MUITOS MOTIVOS PARA COMEMORAR

Quando vamos para as comunidades, é animador ver que, mesmo sem recursos, os professores lutam e fazem um trabalho que obtém certo resultado. Precisamos também brigar por políticas públicas e por recursos para a educação. Nesses 15 anos, conseguimos buscar a qualidade do nosso trabalho com o apoio institucional. Em 2004, houve a formação de todos os educadores do programa que a Fundação patrocinou. Foram 48 projetos de monografias produzidos só com as experiências dos educadores do BB Educar. Fizemos até um livro. Para comemorar os 15 anos do programa, vamos resgatar a nossa história, recolher toda a nossa produção e convidar alguns palestrantes de fora.

A Fundação Banco do Brasil representa a possibilidade de fazer ações voltadas para o desenvolvimento do país, sem perder a perspectiva da participação das comunidades locais. Aprendi a conviver com a diferença social e com as divergências teórica e prática. O grande aprendizado é aprender errando, mas visando acertar.

Meu nome é Célio Bernardes Vilela. Nasci em 27 de julho de 1957. Comecei a trabalhar no Banco do Brasil, na agência de Pouso Alegre, em Minas Gerais, no dia 21 de janeiro de 1977. Eu sou Engenheiro, tenho pós-graduação em Economia, em Finanças e mestrado em Economia. Eu já era Analista Sênior de Varejo, mas eu trabalhava muito com serviço interno. Fui convidado para trabalhar na Fundação Banco do Brasil em 1997. Mesmo quando eu vim trabalhar na Direção-Geral, tínhamos uma visão muito financeira do trabalho. A Fundação me mostrou outro lado da vida. Depois disso, o próprio Banco do Brasil começou a crescer muito na responsabilidade socioambiental. Hoje eu trabalho na área de Educação. Trabalhei na área de Alfabetização de Jovens e Adultos e estou trabalhando na área do AABB Comunidade. A Fundação atende mais de 54 mil crianças. É o maior programa de atendimento a crianças em risco de exclusão social do país, se não da América Latina. A Fundação Banco do Brasil tem uma atuação muito marcante na área social, mas não faz muita propaganda. Enquanto o Banco do Brasil chegava para contribuir, para fazer a região crescer de uma forma econômica, a Fundação veio contribuir com a forma humana na inclusão das pessoas que estavam à margem da sociedade. De alguma forma, isso tudo vai contribuir para as gerações futuras, e espero que algumas pessoas, daqui a uns anos, falem: "Puxa vida, o pessoal naquela época já era motivado!" E o que realmente a gente conseguiu hoje também é fruto do trabalho de gerações passadas //



Lucinei Maria Bergami



Nasci no dia 19 de setembro de 1965, em Domingos Martins, no Espírito Santo, mas mudamos para Colatina quando eu tinha sete anos. Dos oito irmãos, eu fui a única que concluí um curso superior. Fiz Magistério e, depois de três anos, me formei Professora. Assim, teve início a minha trajetória profissional como educadora.

DIFERENTE DA ESCOLA

Conheci a Fundação quando eu comecei a trabalhar no Programa AABB Comunidade, no município de Colatina, que já oferecia, para as crianças e os adolescentes, uma escola de tempo integral, por meio dos Centros de Jornada Ampliada - Cejas. Nessa época, eu trabalhava como professora de ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, em Boapaba, na zona rural. Fui convidada pela Secretária de Assistência Social, a Júlia Deptulski, para fazer parte do grupo de educadoras que trabalhariam

Acima, à direita: adolescentes participam de atividades no Programa AABB Comunidade. S. I., s.d.



com o Programa Integração AABB Comunidade. Nós tivemos o curso de formação inicial com os educadores da PUC São Paulo e passamos a ter acesso às informações que nos permitiram conhecer os trabalhos da Fundação Banco do Brasil.

As crianças e os adolescentes do Programa Integração AABB Comunidade estão em tempo integral com atividades direcionadas, seja na escola formal, seja no programa. Em Colatina são atendidas 80 crianças e adolescentes que realizam diversas atividades: oficinas, esportes, música, capoeira, complemento educacional, arte e terapia. Não é possível aumentar o número de participantes, porque nós temos que nos adaptar ao espaço do clube onde se realizam as atividades. Mas nosso objetivo é atender com qualidade.

O critério de seleção dos alunos foi estabelecido pelas assistentes sociais em comum acordo com os diretores da escola, depois de um levantamento das crianças e dos adolescentes que pertenciam a famílias de baixa renda e estavam em situação de risco. O tempo de permanência no programa é dos 7 aos 18 incompletos. Há casos de desligamento por falta de adaptação, mudança de endereço ou porque a escola não oferece horário para a participação no programa. O trabalho é lento e já estamos caminhando para o sexto ano de funcionamento.



Meu nome é Fernando da Nóbrega Junior. Nasci no dia 16 de dezembro de 1960, em São José dos Campos, São Paulo. Ingressei no Banco do Brasil no ano de 1983. Posteriormente, terminei Química e Psicologia e agora estou fazendo Administração. Já fiz especializações e mestrado. Atuei inicialmente na agência de Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte. Fui para Natal, onde trabalhei em centro de processamento. Em 1995, mudei-me para Brasília. Trabalhei na Diretoria de Gestão de Pessoas e na Fundação Banco do Brasil (BB Educar e Núcleo de Avaliação). Orgulho-me de ter sempre me envolvido com trabalhos educacionais e voluntários. No Banco fui Educador Permanente e Instrutor da área de Gestão e Metodologia. Depois, passei a Selecionador da RESEL, colaborador da área de Recrutamento e Seleção do Banco do Brasil. Mais tarde, fui colaborador na estruturação do Programa de Voluntariado do Banco do Brasil, escrevendo o fascículo de Responsabilidade Social. Entrei na Fundação Banco do Brasil em janeiro de 2002. Era Assessor do BB Educar. Depois, assumi como Gerente de Núcleo de Avaliação da Fundação, responsável pela avaliação dos projetos. Entre 2002 e 2006, as principais ações do BB Educar foram a revisão dos materiais pedagógicos; o Curso de Formação de Alfabetizadores - CFA; o Curso de Especialização a Distância para o público de educadores do BB Educar (104 educadores); o desenvolvimento de sistema informatizado; o Projeto de Acompanhamento Regional do BB Educar (2005); a formação e a implementação do Projeto de Saúde Ocular; a implementação do Curso de Matemática a Distância e a realização de encontros anuais com educadores. Em 2003, 2004 e 2005, atendemos em média 100 mil pessoas/ano. Por isso a Fundação Banco do Brasil faz parte do Terceiro Setor. O número de entidades sem fins lucrativos em funcionamento no país saltou de 107 mil, em 1996, para 276 mil, em 2002, registrando um aumento de 157%. O Terceiro Setor representa, portanto, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e assegura empregos diretos a 3 milhões de trabalhadores. Assim, trabalhar numa instituição que tem como propósito "mobilizar, articular e gerir ações de transformação social empreendidas por cidadãos, organizações privadas, públicas e do Terceiro Setor, com a finalidade de inclusão social e promoção da cidadania, de forma sustentada, com qualidade de vida para todos", para mim é uma honra //



PROGRAMA INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE

Implantado em 1996, o AABB Comunidade tem como princípio o direito de toda criança à educação e ao desenvolvimento integral como cidadão. Um dos destaques das ações da Fundação Banco do Brasil, esse programa possibilita que crianças e adolescentes carentes possam utilizar a estrutura física das Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB) para atividades de complementação escolar, oficinas e esportes. "As AABBs não devem apenas servir ao funcionário, mas também às comunidades que as abrigam", observou, em 1977, o então Presidente do Banco do Brasil, Karlos Rishbieter. Como resultado, o programa conta atualmente com a participação de 52.833 crianças e adolescentes, com 4.019 educadores distribuídos em 412 municípios, nos 27 Estados brasileiros, contribuindo para o combate da evasão e o fracasso escolares. A execução do programa é de responsabilidade da AABB local, mas a fiscalização e o repasse de recursos fica por conta da Fundação Banco do Brasil.

O ingresso da criança ou do adolescente no programa é complicado, porque o espaço é diferente, e as relações que se estabelecem são geralmente tensas. O impacto maior do AABB Comunidade reside no próprio desenvolvimento do participante, que passa a compreender que tudo aquilo é um direito dele, mas que ele também tem a responsabilidade de cuidar. É o cuidado de estar com o educador, de estar com o colega, de estar consigo mesmo. Atualmente, às vezes, eu falo: "Gente, eu não acredito que aqui dentro desse clube tem 80 crianças!"

A proposta do Programa AABB Comunidade não é fazer o mesmo trabalho que a escola faz, mas é a complementaridade escolar através de jogos, brincadeiras e oficinas. É possível, por exemplo, aprender matemática jogando e o professor atuando como um mediador, que orienta as atividades escolares. A área de esportes engloba uma variedade de jogos, além de natação. Já recebemos os computadores, mas ainda falta terminar de ajeitar o laboratório de informática. A área de artes, que é acompanhada pela educadora e arte-terapeuta, oferece a capoeira, a música, o coral e alguns alunos até tocam instrumentos. O momento de saúde e higiene e o complemento educacional são também oficinas. Somos nove profissionais atualmente.

Mas o trabalho que é feito com o adolescente, nem sempre pode ser feito com a criança, porque a linguagem é diferente. Para facilitar o trabalho do educador e estimular o diálogo entre os participantes, fazemos turmas de acordo com a faixa etária: dos 7 aos 9 anos, outra dos 10 aos 12 e por aí vai. Quando chegam ao clube, recebem o desjejum. Às 9h, o lanche; às 11h almoçam e vão para escola. Todos permanecem diariamente das 7 às 11h30. No início do ano, fazemos uma semana de planejamento e as segundas-feiras também são dedicadas ao planejamento, à elaboração de projetos, ao desenvolvimento do programa, aos problemas administrativos e às questões específicas das crianças e dos adolescentes.

A TORCIDA PERMANENTE

Quando eu passei para a coordenação pedagógica do projeto, tudo mudou. Foi mais um desafio na minha vida. O AABB Comunidade é um programa



ma de parcerias, com o Conselho Deliberativo, o Administrativo, o AABB, a prefeitura. No início do ano, fazemos reunião com os pais para esclarecer os combinados e falar da importância do programa no desenvolvimento da criança e do adolescente. Realizamos também visitas domiciliares, em parceria com a Secretaria da Educação, para conhecer as famílias. Acompanhamos a frequência dos alunos na escola. A família precisa justificar quando a criança falta.

Um dos exemplos marcantes foi uma criança que esteve conosco desde 2001. Quando ela entrou, era extremamente agressiva, mas se transformou numa criança tranqüila, superando os conflitos familiares. Só que ela saiu do programa recentemente, porque a família precisou deixar o município. O importante é que ela consiga seguir o caminho do bem, que ela tenha força para transformar a sua realidade. Nós torcemos por ela.

O AABB Comunidade é um trabalho de olho no olho da criança. Temos propostas pedagógicas, um planejamento, mas o mais importante é o contato com a criança, deixando que ela manifeste as aflições, angústias, tristezas e alegrias. O AABB Comunidade me humanizou e me transformou.

De dois em dois anos, fazemos o encontro de educadores. Temos a rede nacional de correspondência e o Portal AABB Comunidade, que é mais uma ferramenta para a gente trocar o máximo de experiência possível, pois elas nos ajudam a crescer. O Programa AABB Comunidade atende, aproximadamente, 53 mil crianças e adolescentes. A avaliação é muito positiva.

A Fundação Banco do Brasil é um exemplo que outras empresas, fundações, instituições deveriam seguir. Eu me sinto lisonjeada em fazer parte dessa família, dessa história de 20 anos.

Alunos da EMA (Escola de Educação Ambiental) com uma *Cartilha dos Jogos Ambientais*. SP, 2006

Acima, à esquerda: crianças que participaram do Educar Plantando, projeto piloto que deu origem ao Programa Homem do Campo. Paracatu, MG, 1997

Marcos Fadanelli Ramos



O meu nome é Marcos Fadanelli Ramos. Nasci em 16 de novembro de 1960, em Porto Alegre. Estudei em Porto Alegre do final do 1º grau até o curso superior. Com 20 anos, entrei no Banco do Brasil e fui morar dois anos em Tapejara, no interior do Rio Grande do Sul, onde aprendi como é a vida do pequeno produtor rural, conheci a produção de soja, o ciclo da produção do trigo e da cevada. Eu me graduei em Ciências Contábeis. Fiz um curso de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com foco em Recursos Humanos, e depois um MBA em Marketing na UFRJ. Encaminhei minha carreira para a área de Educação Corporativa, tendo trabalhado no Banco desde a função de Analista, Planejador de Ensino, até a posição de Gerente-Executivo da Plataforma de Educação e Recrutamento e Seleção, num período que foi de 1991 até 2003.

DE ALFABETIZADOR A DIRETOR

Na última mudança de governo federal, em 2003, ocorreu a substituição dos quadros executivos da área de Pessoal do Banco. Recebi um convite para assumir a posição de Diretor na Diretoria de Educação, Recreação e Desporto na Fundação Banco do Brasil. Fui convidado pelo nosso atual Presidente, Jacques Pena. Fiquei muito honrado e satisfeito, porque eu continuei adotando a receita que sempre deu certo: trabalhar no que eu gosto e com atividades para as quais sempre me preparei. Depois de anos usando aquele pano chamado de gravata no pescoço, aqui sou um Diretor que não precisa disso, pois me relaciono com entidades do Terceiro Setor e com órgãos do setor público, em geral gente muito simples, que quer fazer acontecer seus projetos. Hoje, na Fundação, coordeno quatro grandes programas na área de Educação.

À direita: jovens desenvolvem atividades em Estação Digital. Teresina, PI, 2005



O Programa BB Educar é de alfabetização de jovens e adultos. Fiz parte dele na condição de alfabetizador e isso acabou sendo também uma variável importante para minha vida para a Fundação Banco do Brasil, porque eu já conhecia a temática da militância social.

Quando eu trabalhava lá no Banco na área de Gestão de Pessoas, e o Programa BB Educar era gerenciado pelo Banco, eu me inscrevi para fazer um Curso de Formação de Alfabetizadores. Uma vez formado e preparado, resolvi abrir um Núcleo no Lixão do Estrutural, com o apoio do Sindicato dos Bancários e da Associação Comunitária dos Moradores do Lixão. Fui alfabetizador de jovens e adultos durante um ano. Tínhamos aulas três vezes por semana, das 7 até as 9h30, 10 h, sempre com luz de lampião, porque lá não tinha luz. Com todas as dificuldades, eu diria que foi uma das experiências mais recompensadoras, porque aprendi muito com aquela comunidade. Eles viviam numa situação de degradação social extrema, catavam lixo no dia-a-dia para sobreviver e, à noite, estudavam para tentar se alfabetizar. Foi muito rica a experiência. Esse conhecimento adquirido como alfabetizador fez uma diferença grande na gestão do programa aqui na Fundação. Eu sempre ressalto a experiência de alfabetizador na condição de voluntário como muito significativa na minha vida.

Outro programa interessante que temos é chamado Escola Campeã, que se encontra em fase de avaliação e finalização com a sua sistematização. Realizado em parceria com o Instituto Ayrton Senna, revela o quanto é importante enfrentar questões sociais de um ponto de vista mais sistêmico e atacar o problema da gestão da educação. As questões que fazem a educação ter disfunções estão geralmente ligadas à má gestão. Esse é um programa de grande contribuição em termos de geração de conhecimento, de expertise para melhorar o atendimento de demandas sociais na área de educação.

ESTAÇÃO DIGITAL

Acreditando que o acesso à informação é fundamental para a construção do conhecimento, para a participação em sociedade e para a ampliação de oportunidades de trabalho, a Fundação Banco do Brasil criou o Programa Inclusão Digital em 2004. O programa consiste na implantação de estações digitais nas comunidades desprovidas de tais tecnologias, em parceria com entidades locais e organizações do Terceiro Setor, buscando, sempre que possível, o fortalecimento de suas ações em programas já desenvolvidos pela própria Fundação. Para tanto, quatro tipos de estações foram implementados: Estações com Iniciação em Informática; Estações com Iniciação em Informática e Acesso à Internet; Estações com Iniciação, Acesso à Internet e Serviços Bancários e Estações com Rádios Comunitárias. Nos três anos do programa, foram implantadas 164 estações, mais 21 por meio do Projeto Tecendo a Rede, que busca integrar as estações, totalizando 185 estações digitais em todo o país.



DEMOCRATIZANDO O CONHECIMENTO

Eu me envolvo diretamente com o Programa Inclusão Digital, que nós formulamos. Tem sido um programa com um bom resultado, um exemplo de trabalho consistente, que dá muita visibilidade para a Fundação. Nós partimos da premissa de que não é possível apenas doar computadores, mas temos de preparar algumas pessoas, os educadores sociais, para que façam a mediação da relação entre os seres humanos e a tecnologia. Não podemos classificar a disponibilidade de máquinas como inclusão digital. Nós já abrimos 72 estações digitais em 2005, que se configuram como espaços comunitários de inclusão digital. Eu diria que a estação digital é um espaço comunitário de que as pessoas se apropriam e do qual fazem um espaço de ebulição cultural, de inclusão digital e, acima de tudo, de inclusão social.

No relacionamento com outras entidades, eu diria que o maior desafio que a equipe da Fundação enfrenta é o da colaboração. O setor privado não faz nada sozinho, o Estado não tem dado conta de atender às demandas sociais e é necessário o envolvimento da sociedade civil. A Fundação tem atuado como uma organização-ponte, fazendo a aproximação de entidades, empresas privadas, entidades ligadas ao poder público e do próprio Terceiro Setor. A atual gestão da Fundação tem sido feliz no sentido de atuar como um mecanismo de articulação de muitos parceiros para o enfrentamento das demandas sociais.

Ricardo Braune participa da entrega do Barco-Escola Canoa Veloz, projeto da Fundação Banco do Brasil. Caduí, CE, 2001

O PARADIGMA DA COOPERAÇÃO

Considero trabalhar na Fundação uma oportunidade de realização profissional, de exercício da solidariedade. A Fundação está vivendo uma fase nova, de deixar de ser uma repassadora de recursos, uma agência financeira, para ser uma organização-ponte, que desempenha funções de organização, de articulação dos vários setores para o enfrentamento de demandas sociais e de executora de alguns programas sociais que articulam muitos parceiros, alavancam muitos recursos e atendem às necessidades de muita gente em todo o país. Pensando no futuro, destacaria o crescimento do papel da Fundação como organização-ponte articuladora dos diversos setores e como uma entidade de credibilidade e competência para promover a cooperação intersetorial e a gestão de programas sociais de grande porte. Eu vejo um caminho muito consistente pra ampliar a escala de contribuição da Fundação Banco do Brasil. A motivação está dentro de cada um. É preciso que o novo posicionamento estratégico da Fundação esteja alinhado e coerente com o seu novo posicionamento operacional. Isso precisa ser feito urgentemente. Acredito na idéia de que todo ser humano tem aquilo que o Marcel Mauss, antropólogo francês, diz: a necessidade de, em algum momento, se doar para o outro, um sentimento intrínseco de solidariedade. Ele fez um estudo com tribos de índios de ilhas do Pacífico Sul e desenvolveu o que ele chamou de “paradigma da dádiva”. Todos nós temos essa necessidade.

Quem trabalha no Banco do Brasil e vem trabalhar na Fundação pode exercitar esse novo paradigma de cooperação, em contraposição ao da competição que exercitamos na sociedade e também enquanto funcionários do Banco do Brasil. Pensando na reestruturação que ora estamos vivendo aqui na Fundação, se eu pudesse dizer algo legal, que mobilizasse a nossa energia, diria que estamos passando por um ajuste dos processos da área Operacional no sentido da dedicação de mais tempo das pessoas para o trabalho de reflexão, com menos pressão da elevação da carga operacional. Esta é a nossa expectativa: ter condições de fazer um trabalho de alcance numérico expressivo, de larga escala, mas desenvolver ações de qualidade consistente, fruto das nossas reflexões e do nosso aprendizado.



Meu nome é Roberto Souza de Oliveira. Nasci em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 4 de janeiro de 1952. Eu fundei a Associação Beneficente Caminho da Luz - Abecal, em São Paulo, uma entidade para ajudar as pessoas a recuperar a auto-estima, a cidadania, ter uma chance de trabalhar e conseguir o seu sustento. O foco é o jovem que está buscando o primeiro emprego e o adulto que está desempregado, precisando de uma reciclagem para voltar para o mercado de trabalho. O nosso slogan é “Reciclando vidas”. Nós damos vários cursos de capacitação. Uma vez chegou um rapaz lá querendo fazer o curso e nós o matriculamos. Ele tinha 42 anos de idade e resolveu fazer Informática. Nós temos a Estação Digital em parceria com o Banco do Brasil, em que oferecemos vários cursos de informática e acesso à internet. No terceiro dia de aula, ele apresentou muita dificuldade, mão dura no teclado. Na semana seguinte, ele voltou e já estava desenvolvido, evoluindo de etapa no programa. Ele explicou: “Eu sou gari, com muito orgulho. Eu fico com uma vassoura na mão o dia inteiro no Parque Dom Pedro, em São Paulo. Aí eu resolvi treinar na vassoura.” Ele e uns colegas se formaram antes do grupo e resolveram fazer o curso de técnico de computador, curso de hardware, e hoje eles são técnicos de computador e trabalham numa multinacional americana. Essa é a cara da Abecal. São 23 funcionários CLT na Abecal, porque a parceria com a prefeitura viabiliza isso. Com a Fundação Banco do Brasil, nós aprendemos que com pouco se faz muito. Então, isso que eles colocaram na Abecal não foi só uma estação digital; eles colocaram esperança na Abecal, eles colocaram tecnologia na Abecal. Eles não estão deixando ninguém ficar ilhado; eles estão ensinando o pessoal que com isso aqui você faz parte de tudo, você acompanha tudo //





1. Hospital Albert Sabin. Fortaleza, CE, 2003

2. José Jaime Bastos e Rosa Maria Neumann. São Paulo, SP, s.d.

3. Criança é atendida na Casa de Apoio à Criança com Câncer do Hospital de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2005



Desde a sua criação, a Fundação Banco do Brasil apoiou iniciativas na área de saúde, filantropia e assistência social. Sob este enorme guarda-chuva foram engendradas importantes ações voltadas para o bem-estar de crianças, adolescentes e idosos. Nos tempos do atendimento aos “projetos de balcão”, no fim da década de 80, não só desenvolveu projetos para construir e reformar creches, asilos e equipar hospitais e centros de tratamento, como também financiou inúmeras pesquisas científicas voltadas para a melhoria das condições de saúde das populações.

Destacam-se nessa época o estudo dos transplantes de coração, o aprofundamento das pesquisas sobre o vírus da aids e a descoberta de novas técnicas de transplante de fígado e pâncreas, além do início das obras do Hospital do Aparelho Locomotor Norte, em São Luís do Maranhão.

Já na década de 90, no início de sua atuação em projetos próprios, a Fundação trabalhou na prevenção com cartilhas de alimentação alternativa e na promoção de pesquisa sobre a inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho. Estruturado no final dos anos 90, o Programa Criança e Vida, ajudou a mudar o quadro do câncer infantil no país. Com o seu ciclo de vida encerrado em 2006, deixa registrada a sua experiência no livro *Criança e vida - Contribuições da Fundação Banco do Brasil para o Tratamento do Câncer Infantil*.

EM SEU INÍCIO, A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL APOIOU O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS VOLTADOS PARA O BEM-ESTAR DE CRIANÇAS, JOVENS E IDOSOS



José Jaime Bastos

Meu nome é José Jaime Bastos. Nasci em 1º de junho de 1955, em Morrinhos, no Estado de Goiás. Com nove anos, me mudei para Brasília. Entrei na Faculdade de Medicina em 1974. No ano seguinte, entrei no Banco do Brasil com a meta de obter uma fonte de renda para ter liberdade e ajudar com as despesas de casa. Formei-me no fim de 1980 e fiz residência no Hospital das Forças Armadas, em Clínica Médica. Com um ano de residência, o pessoal me convocou como Médico Militar, para servir na Marinha, onde fiquei até 1985. Nesse meio tempo, fiz concurso para a Secretaria de Saúde e ingressei na Fundação Hospitalar. Fiz especialização em Hematologia no Hospital de Base e fui trabalhar no Hospital de Apoio da Secretaria de Saúde.

A FORMAÇÃO MÉDICA

Em 1988, fui readmitido no Banco do Brasil para trabalhar no setor de Câmbios e de Ordens de Pagamento na Agência Central. Tinha um sistema chamado Swift, de segurança, para transferir grandes recursos da nossa dívida externa. Todos os pagamentos feitos para o exterior passavam por mim. Eu trabalhava no Banco das 7 às 13 h e dava plantão nos fins de semana no Hospital do Gama. Fiquei nesse esquema durante dois anos. Havia um choque tecnológico entre o Banco e o Hospital, porque o Banco tinha toda a estrutura tecnológica de suporte, enquanto o hospital de serviço público era muito defasado em termos de organização e de equipamento. Isso me motivou a organizar o Hospital de Apoio como é o Banco do Brasil.

Passei no concurso para o quadro médico do Banco e comecei a prestar serviço no CEASP, que fazia controle ambulatorial, além dos atendimentos aos funcionários da medicina do trabalho. Em 1990, o Banco optou por extinguir o quadro médico e todos os médicos foram

À direita: Ilda Peliz, Rosa Neumann, Heloísa Helena, Dr. Jaime Bastos, Glória Moog, Beatriz Azeredo e Dra. Isis Magalhães, no Hospital de Brasília. Brasília, DF, 2005

cedidos para a CASSI, onde trabalhei por vários anos, na auditoria médica, perícia em conta hospitalar, introdução de novos procedimentos em cirurgia.

Em 1993, uma equipe de hemofilia solicitou um centro especial para tratar pacientes hemofílicos. A Secretaria optou por fazer um centro para pacientes com tratamento de longa duração e pacientes hemofílicos. No ano seguinte, fui convidado pelo Diretor, o Doutor Cid, para ser o seu Assistente e compor uma equipe com mais sete médicos para estruturarmos o Hospital de Oncologia. Formamos o hospital com três alas: a de onco-hematologia pediátrica, a de pacientes terminais e a de reabilitação para pacientes. Uma parte do hospital ainda funciona no Hospital de Base. A associação, que se chama Abrace, de Brasília, ajuda portadores de doenças hematológicas e câncer pediátrico. Fez um convênio com o GDF e, num terreno anexo ao Hospital de Apoio, está sendo construído um hospital pediátrico terciário e também o centro de pediatria oncológica.

PROGRAMA CRIANÇA E VIDA

Em meados de 1997, a Fundação Banco do Brasil, em atenção à demanda do Banco do Brasil, faz uma parceria com o Ministério da Saúde para montar um projeto na área de saúde. O programa envolveu profissionais da área da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, além dos profissionais da Fundação, que organizaram um projeto de levantamento de dados e informações sobre o câncer infantil, levando em conta os seguintes aspectos: como funciona a casa de apoio, o hospital, o centro de referência, os equipamentos e o diagnóstico. Com isso, foi possível dimensionar a oncologia pediátrica no Brasil.



O meu nome é Olívia Maria Maia. Eu nasci em 30 de novembro de 1953, em Rio Branco, no Acre. Sou povo da floresta. Vim para Brasília em 1971. Entrei na Universidade de Brasília pra fazer Sociologia em 1974. Passei no concurso do Banco do Brasil em 1977 e tornei-me uma bancária clássica. Tomei posse no CESEC, transitei por agência, setor de Operações, setor de Atendimento, fui para a Direção-Geral, onde trabalhei em alguns órgãos até ir para a Fundação, em 2000. Inicialmente, eu fui para um projeto de voluntariado, que me mobilizou muito. Tínhamos contato com os aposentados. Ainda trago na memória e no coração lembranças muito importantes, como um senhor do sertão da Bahia que sempre foi muito encantado pela leitura, abriu uma sala em sua casa e convidava as crianças para ler. Fez uma grande biblioteca que passou a ser referência. Na verdade, o projeto em que eu estive mais engajada foi o Criança e Vida, desenvolvido para a cura do câncer infantil, tendo como foco o diagnóstico precoce. Ficou um pedacinho da minha alma com ele. Eu fiquei na Fundação de 2000 a 2004, quando foi meu tempo de aposentar. Não estando mais no quadro funcional da Fundação, continuo no quadro afetivo, porque lá eu tenho bons amigos, boas amizades, boas sementes plantadas. Você nunca apaga um passado. Eu me coloco agora como uma espectadora de que a Fundação consiga cumprir esse papel social da forma responsável e bonita que vem fazendo ao longo da sua história //

CRIANÇA E VIDA

O Criança e Vida, programa de iniciativa da Fundação Banco do Brasil em parceria com o Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), teve início em meados de 1997, quando a Fundação foi em busca de dados sobre o câncer infantil. O programa realizou o primeiro levantamento sobre o câncer infantil no país e investiu em centros de diagnóstico e tratamento. Criou a Central Informatizada de Oncologia Pediátrica (Ciope), equipou hospitais e laboratórios, capacitou profissionais e deixou uma rede competente e humanizada, que promove o diagnóstico precoce e correto do câncer infantil e o tratamento com protocolos terapêuticos eficazes, aumentando as chances de cura e a qualidade de vida dos pacientes. O programa funcionou subdividido por meio de cinco projetos relacionados: Centros de Referência em Diagnóstico Laboratorial de Câncer Pediátrico; Centros de Tratamento; Central Informatizada de Oncologia Pediátrica - Ciope; capacitação e atualização de recursos humanos; casas de apoio. Em 2004, o Criança e Vida encerrou o seu ciclo, depois de ter se tornado um modelo de mobilização social e transformação na área de saúde pública, atendendo demandas de todas as regiões do país por meio de oito centros de referência e dos 26 hospitais conveniados.



Nessa época, o câncer pediátrico era uma área praticamente esquecida pela saúde pública. O câncer na criança é um tumor agressivo, que cresce e se espalha pelo corpo. Então, é preciso ter um diagnóstico muito rápido para a recuperação da criança. Por isso o foco do programa foi dirigido para o diagnóstico celular de qualidade e o mais precoce possível em crianças e adolescentes.

SALTO QUÂNTICO

Entrei no Programa Criança e Vida em 1998 para dar um viés mais técnico de conversa entre a Fundação Banco do Brasil e os centros hospitalares. A Fundação montou uma equipe com excelentes profissionais da área de saúde na oncologia pediátrica. Em dois anos de reuniões consecutivas, conseguimos dar andamento ao programa com a organização de toda a parte de laboratórios de alta complexidade e a reestruturação dos centros de tratamento especializados em atender crianças e adolescentes com câncer. Optou-se por montar oito Centros



de Referência em Diagnóstico Laboratorial de Câncer Pediátrico. Como resultado final, o programa estruturou 28 centros de tratamento, capazes de dar um diagnóstico completo, 32 laboratórios de diagnóstico, além de ter capacitado especialistas. A Fundação também viabilizou a estrutura organizacional dos hospitais. O Hospital Albert Sabin de Fortaleza tornou-se um dos melhores centros de referência do país. Com uma equipe aguerrida de hospital público e a boa vontade do grupo de gestão, montaram um centro de excelência com os equipamentos da Fundação e deram um salto quântico.

DESAFIO DO DIAGNÓSTICO PRECOCE

O Programa Criança e Vida investiu em medidas e empregou métodos de trabalho com o objetivo de que a criança com câncer seja diagnosticada rapidamente e tratada em centros de tratamento próximos à sua casa. O tumor precisa ser tratado num protocolo que exige que a criança volte ao hospital periodicamente. Ela precisa ficar de um ano a dois em tratamento, dependendo do tipo de tumor e da sua evolução, acompanhada pela mãe. Pensamos numa rotina favorável para a mãe, no Hospital de Apoio. É um sistema organizado (e isso eu aprendi com a estrutura do Banco): a mãe chega cedo, a criança é atendida pelo médico, a enfermeira colhe sangue, passa no laboratório, o médico encaminha para a quimioterapia e, duas horas mais tarde, a mãe leva a criança embora. O tratamento é eficiente com todo o suporte para facilitar a vida da mãe, até casa e carro do Abrace. Não é à toa que a taxa de abandono é baixa. O diagnóstico precoce de câncer infantil é um desafio para o pediatra ou para o médico especialista. Hoje é possível afirmar que devem ter atualmente uns 300 mil casos de câncer de adulto e cerca de uns 7.500 casos de câncer pediátrico.

Acima: inauguração do Centro de Referência em Diagnóstico Laboratorial de Câncer Pediátrico. São Paulo, SP, 2001
Ao lado: Unidade de Onco-Hematologia do Hospital Infantil Albert Sabin. Fortaleza, CE, 2003



Rosa Maria Neumann

Meu nome é Rosa Maria Neumann. Nasci no dia 23 de outubro de 1955, em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais. Eu sempre estudei em escola pública. Entrei em Administração e me especializei em Recursos Humanos. Em 1974, comecei a trabalhar no Banco Real. Dois anos depois, ingressei no Banco do Brasil, porque fui atraída pela oportunidade de um trabalho de apenas seis horas. Assim que entrei no Banco, me envolvi na área de funcionalismo oito horas por dia. Fazia o trabalho de escriturária: pegava as fichinhas com os dados cadastrais do funcionário e as preenchia corretamente. Era o registro de “fé-de-ofício” do funcionário. Depois de um ano, em 1977, fui convidada para ser secretária do Presidente do Banco do Brasil, cargo que ocupei durante 14 anos. Trabalhei também na Comissão de Recursos Humanos da Presidência do Banco, que atendia aos funcionários acusados de qualquer penalidade, antes de serem afastados ou demitidos. Era o último recurso a que eles tinham direito. Por volta de 1983, foi lançado o novo rosto do Banco do Brasil, que demitiu mais de 50% dos Gerentes. Depois, fui convidada para fazer a contabilização da corretora de seguros Ouro Vida, do Banco do Brasil.

FÔLEGO DE VIDA

Aceitando o convite de João Pinto Rabelo, fui para a Fundação em julho de 1996, um período de grande mudança institucional, em que ela deixa de atender à demanda de balcão para elaborar projetos estruturados. Fui para a área de Desenvolvimento de Projetos e trabalhei com perfuração de poços artesianos, praças de esportes para os alunos, construção de padarias, de marcenarias, o BB Educar, que já existia em pequena escala em parceria com a FENABB, entre tantos outros. Além disso, o nosso desafio era criar um novo projeto em grande escala. O Programa Criança e Vida foi um presente na minha vida. Eu estava na Fundação há seis meses e o Doutor Edson Soares



Ferreira tinha solicitado à Fundação que apoiasse um programa focado na criança com câncer. A criança não tinha um tratamento diferenciado do adulto, por isso a sua chance de cura era muito menor. Em 1997, a experiência mostrava que a criança podia ter até 70% de cura, porque a criança tem uma resistência muito grande e aceita uma quimioterapia três vezes mais agressiva do que o adulto, matando as células cancerosas com mais rapidez. Em 1995, eu havia perdido minha irmã por câncer. Foi um presente na minha vida esse programa, porque eu me lembro sempre da minha irmã. O primeiro hospital que eu visitei foi o Inca, Instituto Nacional do Câncer. Quando eu cheguei lá, a médica, Doutora Sílvia Ferman, nos levou para examinar o caso de cada criança. Inicialmente foi um choque, mas senti a necessidade de me envolver nesse programa. Cada vez que eu ia a um hospital, era uma noite sem dormir. Era realmente muito pesado! Mas a história da minha irmã me ajudou muito a dar um tratamento mais humano tanto às mães, porque eu queria que elas tivessem esperança, como às próprias crianças, que, na maioria das vezes, não entendiam o que estava acontecendo com elas. Visitamos toda a área de pediatria e as enfermarias que tinham crianças com câncer no Hospital das Clínicas de Curitiba. A quimioterapia diária ou semanal precisa estar de acordo com a imunidade da criança, ela precisa ficar forte para tomar uma quimioterapia que derrote a célula cancerosa. Muitos hospitais não tinham condição de fazer isso.

Acima: criança atendida pelo Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer. São Paulo, SP, 2001

À esquerda: a adolescente Rosa Maria Neumann. Brasília, DF, 1972

Unidade de Onco-Hematologia
do Hospital Infantil Albert Sabin.
Fortaleza, CE, 2003



ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

De 1986 a 1996, a Fundação Banco do Brasil apoiou mais de 300 projetos na área de saúde e assistência social. As ações na área da saúde destinavam-se a:

- Construção e reforma de hospitais - em destaque a construção do Hospital do Aparelho Locomotor Norte, em São Luís do Maranhão.
- Aquisição de equipamentos para hospitais ou centros de tratamento. A formação de profissionais também recebeu apoio.
- Pesquisa - entre muitos projetos apoiados pela Fundação, tem-se o aprofundamento das pesquisas sobre o vírus da aids, em convênio com a Fundação Oswaldo Cruz, e convênio com a Fundação do Fígado para a descoberta de novas técnicas de transplante de fígado e pâncreas. Na área da assistência social, foi prioridade o atendimento à infância, à adolescência e à velhice.

EU ACORDO, ALMOÇO, TRANSPIRO E SONHO CRIANÇA E VIDA

Em setembro de 1998, o primeiro grande mérito do Programa Criança e Vida foi uma portaria do Ministério da Saúde que trata da normatização de códigos para o câncer infantil. Em 2001, tivemos a primeira contagem do ano 2000 no Brasil. Eu ia para o Hospital de Apoio, de Brasília, depois que a Doutora Ísis Magalhães e o Doutor José Carlos passavam o plantão, entre as 21 e as 24 h, para recolhermos dados nos questionários sobre o câncer infantil. Quantos casos novos aparecem por ano? Quantas crianças hoje são tratadas? Quantos hospitais no Brasil têm técnicos especializados? Quantos médicos reconhecidos pela Sobope? No Brasil, o médico, o pediatra ou o oncologista trabalha dois anos nessa área em um hospital, depois faz uma prova na Sociedade de Oncologia Pediátrica, que dá o título de oncologista pediátrico. Só alguns têm essa titulação.

Muitos hospitais já estavam preparados para se tornarem centros, mas precisavam de melhorias, de financiamento e de infraestrutura. O Comitê Diretivo do Programa Criança e Vida chegou à conclusão de que o programa tinha que funcionar em cima de três pilares básicos: o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o capital humano. As linhas de ação do programa concentravam-se na criação de centros de referência em diagnóstico laboratorial, feito para detecção precoce da doença. Para tanto, foi criado o projeto da criação de laboratórios, centro de referência em diagnóstico laboratorial para detecção de qualquer tipo de doença e o projeto do centro de tratamento. Visitamos todos os hospitais que atendiam a criança com câncer e formulamos os critérios.

CENTROS DE TRATAMENTO

Depois de um período de afastamento, retornei ao Criança e Vida quando os centros de tratamento já estavam encaminhados. Os hospitais que queriam fazer parte do programa precisavam obedecer a critérios estipulados pelo comitê, e a decisão ficava a cargo da gestão do hospital, que tinha a responsabilidade de formar uma estrutura igualitária e equilibrada. Paralelamente, fazíamos o treinamento e a capacitação de profissionais. A Fundação arcava com o material e a vinda de um médico do exterior para dar um curso no INCA. Fizemos uma capacitação para o pessoal do PSF, o Programa de Saúde da Família do Ministério da Saúde, na região do Cariri. Foram 300 pessoas entre médicos, médicos pediatras, enfermeiras recém-formadas, odontologistas, psicólogos. O Ceará é um Estado em que o PSF está implantado em quase 100% dos municípios. Em Brasília, fizemos um encontro para a uniformização do diagnóstico nesses oito centros. Nós reunimos 32 técnicos do Ceará, Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, quatro de cada um dos oito centros de diagnóstico, para analisar as dificuldades dos hospitais. Organizamos o Encontro Anual dos Voluntários de Apoio à Criança com Câncer, oferecendo cursos de capacitação de voluntários, desde 2000, em Brasília. Os médicos dizem que existem dois momentos na história da oncologia pediátrica no Brasil: antes e depois do Programa Criança e Vida.

FÁBRICA DE SONHOS REALIZÁVEIS

A Fundação virou uma fábrica de sonhos realizáveis. Fico muito feliz por ter dado meu sangue até o dia 23 de outubro de 2003, quando eu completei 48 anos de idade e 29 anos de trabalho. Ajudei e ganhei muito nesses sete anos, especialmente com o Programa Criança e Vida, que fez de mim uma lutadora pela causa da oncologia pediátrica. Estou aposentada, mas pretendo fazer pós-graduação em estatística, em epidemiologia e administração hospitalar, porque o meu futuro é trabalhar com oncologia pediátrica.



O meu nome completo é Dalva Barbosa de Oliveira. Eu nasci no dia 12 de junho. Sou de Mansidão, interior da Bahia. Fui trabalhar na Fundação Banco do Brasil, inicialmente, em uma gerência chamada GEPRO. Depois da reestruturação da Fundação, fui escolhida para trabalhar na Gerência da Educação, onde fiquei uns três anos. Comecei ajudando no AABB Comunidade, mas logo fiquei fixa no BB Educar. Eu cuidava de enviar os kits, de preencher as fichas, de conversar com as pessoas, de enviar material. Foi uma experiência muito boa. Mas eu sempre fui apaixonada pelo Criança e Vida. Eu acredito que meu futuro é trabalhar com projetos sociais. Eu sei que eu não vou demorar muito na Fundação Banco do Brasil, porque eu estou me formando em Jornalismo e pretendo me especializar em política. Quando eu paro para olhar pra trás, vejo que a maioria das meninas da minha cidade que vieram morar aqui em Brasília trabalha de doméstica. Eu nunca quis isso pra minha vida, porque sempre quis crescer como pessoa, como profissional. O que eu sei hoje eu aprendi nesses seis anos na Fundação. Tem sido muito gratificante. A gente tem muita história pra contar em seis anos // .



Isis Maria Quesado Soares Magalhães



Meu nome é Isis Maria Quesado Soares Magalhães. Nasci em 16 de novembro de 1965, em Fortaleza, no Ceará. Entrei em primeiro lugar na Faculdade de Medicina da UnB e me formei em 1979. Fiz dois anos de residência médica em Pediatria, no Hospital de Base do Distrito Federal, especialização em Hematologia Pediátrica, e estágio no Hospital do Câncer, em São Paulo.

A GRANDE LUTA

A experiência no Hospital do Câncer foi muito interessante, porque eu vi um serviço já estruturado, com equipe multidisciplinar e com bons resultados. Fiz parte do meu mestrado na Inglaterra. Os centros internacionais mostravam resultados bons. Portanto, para salvar algumas daquelas crianças, era preciso trazer modelos de tratamento de fora. Como é um câncer rápido, sistêmico, grave, que responde bem à quimioterapia extremamente intensiva, a criança precisa ser tratada em centros especiais. Mas os efeitos dele também são muito graves. O câncer só é curado se o tratamento for intensivo, mas, para ser intensivo, é preciso ter equipe de suporte. Essa foi a grande luta no ano de 1985.

PELO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

O grande objetivo a que eu me dediquei toda a vida foi formar um serviço público que tivesse qualidade dentro do Distrito Federal. Você imagina a batalha! Sabíamos que em oncologia pediátrica é preciso trabalhar em cima de protocolos. A experiência internacional já tinha mostrado que o sucesso era centralizar as ações em um centro especializado e seguir protocolos uniformes, para que você possa concluir, no final de três anos, que 400 crianças foram tratadas de uma única forma. Só assim se torna possível avaliar o panorama da criança com câncer no Brasil. Foi isso que eu percebi participando desses protocolos cooperativos. Nesse momento, apareceu a Fundação Banco do Brasil com o projeto nacional sobre oncologia pediátrica. Nessa época, já tinham testes imunológicos, moleculares e genéticos, mas quase nenhum serviço fazia isso no Brasil.



GENUINAMENTE BRASILEIRO

O Programa Criança e Vida é uma instituição genuinamente brasileira, que se preocupa em saber como vivem as crianças com câncer no país. Como foco, pretendia-se melhorar o diagnóstico e os protocolos cooperativos. A Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, a Sobope, criada na década de 80, foi o primeiro grande marco e o Programa Criança e Vida da Fundação Banco do Brasil foi o segundo. A primeira linha de ação do programa foi montar centros de diagnóstico em várias regiões, melhorando as estruturas e instalações da Sobope, que funcionavam como um supra-institucional, representando todos os profissionais. Eu digo que a Fundação foi uma enzima catalisadora no sentido de colocar os atores conversando. Nesse processo, as equipes médicas foram as grandes beneficiadas. Em seguida, foi constituído um comitê diretivo com os profissionais e eu fui convidada para fazer parte como representante da Fundação. A partir daí, estruturou-se a discussão de grupos cooperativos de dois em dois anos e foram criados oito centros de diagnóstico. Os bancários da Fundação, que se envolveram com muita paixão no projeto, passaram a falar linguagem médica. No Distrito Federal somos 100% públicos. Recebemos 43% das crianças de fora do Distrito Federal, que vêm se tratar aqui. São pessoas com nenhuma ou mínima renda, que recebem tratamento exatamente igual a qualquer pessoa. Essa sensação de que você consegue dar para essas crianças tudo o que elas precisam não tem preço. Eu tenho certeza de que os benefícios são visíveis agora: um número maior de crianças curadas com qualidade.



Acima: crianças com diagnóstico de câncer pediátrico são atendidas no Hospital Albert Sabin. Fortaleza, CE, s.d.

Olívia, Carla, Dr. Sidnei, Dulcejane, Dra. Inez, Dr. Jaime, Sílvia e Rosa na Oficina de Trabalho para Uniformização de Diagnóstico



1

1. Exposição do Projeto Memória "Cabral, o Viajante", em Salvador, BA, 2000
2. Publicações do Projeto Memória em homenagem a Josué de Castro, em 2005
3. Projeto Memória de 2002: livro sobre a história de Juscelino Kubitschek
4. Genival Lacerda, Jairo Brod e Sivuca no lançamento dos projetos culturais do Banco do Brasil no Teatro Nacional. Brasília, DF, 1994



2



Juscelino
Kubitschek
o tocador de sonhos

3



4



A cultura de um país tem de ser respeitada e valorizada. Acreditando nisso, a Fundação Banco do Brasil iniciou suas atividades na área cultural no final da década de 80, com ações pulverizadas nas artes plásticas, no cinema, na música e no teatro, espalhadas pelos quatro cantos do Brasil. Ações importantes como a complementação financeira à refilmagem de *Boca de Ouro*, filme baseado na vida de Nelson Gonçalves (1988), ou a instituição do Troféu Oscarito, que premia os que contribuíram para o desenvolvimento do cinema brasileiro, no Festival de Cinema de Gramado (1992).

O ano de 1993 marca o desenvolvimento dos projetos próprios, entre eles o Projeto Bandas, que incentivou as corporações musicais com instrumentos e uniformes, e o financiamento para a reaparelhagem e revitalização do espaço do Teatro Dulcina, no Distrito Federal. A partir dessa experiência, entre os anos de 1996 e 1999, a restauração de patrimônio histórico ganhou grande espaço na Fundação Banco do Brasil, utilizando parte dos recursos captados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura

A FUNDAÇÃO INICIOU SUAS ATIVIDADES NA ÁREA CULTURAL COM AÇÕES PULVERIZADAS NAS ARTES PLÁSTICAS, NO CINEMA, NA MÚSICA E NO TEATRO

Atualmente, o Projeto Memória, iniciado em 1997, adota uma série de iniciativas visando resgatar e difundir a memória de personalidades importantes para o país, "traduzindo a forma como a Fundação contribui para que a identidade cultural do país se forme valorizando a sua memória".



Maria Dulce Rezende do Vale

Sou Maria Dulce Rezende do Vale. Nasci em Coqueiral, no sul de Minas Gerais, em 2 de maio de 1953. No dia 30 de março de 1964, a nossa família se mudou para Lavras, onde eu me formei no Magistério. Eu queria ser Professora mesmo! Eu dava aula de Geografia e História no curso de admissão da mamãe e também ensinei os alunos do noturno a ler com o método Dom Bosco. Mas eu queria fazer universidade. Fui para Brasília adolescente, em setembro de 1972. Quando cheguei, pensei que estava entrando em Marte. O ônibus entrou por volta das cinco da manhã. Tinha um nascer do sol maravilhoso! Eu passei a estudar Comunicação na UnB.

PRIMEIRO EMPREGO

Entrei para o Banco do Brasil porque um amigo meu, o Felipe, me apresentou seu irmão, Ricardo. Quando eu conheci o Ricardo, a gente começou a namorar e queria se casar. Mas eu não tinha emprego! Aí eu fiz o concurso do Banco do Brasil, em 1975, e adiei a minha posse até o último dia, porque eu não queria trabalhar no Banco do Brasil. Quando eu falei que tinha passado no concurso do Banco do Brasil, a minha família achou que eu estava com a vida resolvida. Era *the best*, trabalhar no Banco do Brasil, mas eu não achava nada disso. O meu primeiro ano de Banco foi um pouco sofrido. Fiquei lá quatro meses. Soube, por intermédio de um colega, que o DESED - a área de Recursos Humanos do Banco - estava precisando de alguém da área de Comunicação para trabalhar na Diretoria de Recursos Humanos. Fui para inaugurar a milésima agência do Banco, em julho de 1976, e fiquei até abril de 1995.

SEGUINDO OS PASSOS DA IRMÃ DULCE

Eu adorava a idéia da Fundação Banco do Brasil, porque eu sempre fui um pouco "irmã Dulce". Um dia, em abril de 1995, eu acordei e tomei a decisão de trabalhar lá. Inicialmente fui trabalhar na área Administrativa, com editais de licitação. Mais tarde, eu assumi a Gerência de Operações I. Lá se analisavam muitos projetos no modelo de atendimento ao balcão. Na época da reestruturação na Fundação, engendrada pelo João Pinto Rabelo, foi criada a Diretoria de Comunicação, e ele

me destacou para ficar lá para criar toda a infra-estrutura e ajudar no treinamento dos funcionários. Criamos um jornalzinho interno, o *Viva Voz*, um dos mecanismos usados também para divulgar a Fundação aos funcionários do Banco. Fomos nós que cuidamos de todo o lançamento da Fundação Banco do Brasil na área de Comunicação. Desenvolvemos, no FUNDEC, alguns folhetos e livretos. O Zé Dureza era o personagem que foi criado para explicar para as comunidades como o FUNDEC se estruturava. Naquela época, não tinha propaganda em televisão, porque não era esse o *target* que a gente queria para a Fundação.

PROJETO MEMÓRIA

Criamos o Projeto Memória na Área de Comunicação. Foi uma das estratégias que a gente usou para divulgar a Fundação. Foi criada a estrutura do projeto, que ia homenagear personagens da nossa história que tinham feito diferença no Brasil. Foi eleito o Castro Alves por vários motivos. E o Arthur de Moura Pedreira Neto era o Assessor responsável por isso. Descobrimos que a Odebrecht tinha um projeto parecido com esse e fez uma parceria com o Banco do Brasil. Depois veio o Monteiro Lobato, o Juscelino Kubitschek e outros personagens da nossa história. Fazíamos livro, exposição, cartilha e fita de vídeo. Foi um dos grandes divulgadores do trabalho da Fundação. O Projeto Memória foi o que indiscutivelmente mais me marcou na Fundação.

Trabalhei muito com educação e cultura na Fundação. O BB Educar era impressionante! As pessoas quebravam todas as barreiras de ter mais de 50 anos e não saber pegar em um lápis. E o AABB Comunidade mudava a vida das crianças. Os projetos do coração são esses, porque movem a civilização: a memória, a educação e a saúde. Por quê? Porque tanto no AABB Comunidade quanto no BB Educar, por ser a metodologia educacional ligada ao Paulo Freire, dedicam-se a formar o cidadão. Você é o seu próprio ator, você dá aquela autonomia. Esses foram os projetos que mais me entusiasmaram, que mais me gratificam e que eu agradeço por ter passado pela Fundação e ter vivido com isso. No Banco eu vivi a comunicação como um todo, que é uma das minhas paixões também. Mas na Fundação eu podia agregar a comunicação, que é uma das minhas paixões, com o social nesses projetos.

PARA A NOVA ZELÂNDIA

Quando eu ia fazer 50 anos, queria fazer alguma coisa diferente na minha vida. Comecei a brincar com a minha equipe que eu ia para a África! A nossa equipe era fabulosa: Germana, Arthur, Teresinha, Jeovan, Bia, Celinho, Dalva e Roberta. A gente trabalhava desvairadamente. Um dia eu falei que queria reunir a equipe e comuniquei: "Estou indo para a Nova Zelândia!" Aí pronto, saí da Fundação. Mas ainda acho que a Fundação é o lugar mais bonito do Banco do Brasil, onde as pes-



Maria Dulce Rezende do Vale
trabalha na Assessoria de
Publicidade e Propaganda da
Presidência. Brasília, DF, 1984

Ricardo Aurélio e Maria Dulce
Rezende do Vale. Lavras, MG, 1977

Ana Maria Castro, ao centro,
por ocasião da abertura da
exposição do Projeto Memória
2004, que homenageou seu
pai, o geógrafo Josué de
Castro. S.l., 2005



soas podem exercitar aquilo que faz falta ao mundo, que é fazer as pessoas se descobrirem e usarem seus talentos. Os programas da Fundação Banco do Brasil são para que as pessoas sejam os autores da suas vidas. Se conseguirem, vão agradecer à Fundação e ao Banco pela cidadania.



PROJETO BANDAS

Em 1993, novas instruções normativas para a área de Cultura na Fundação Banco do Brasil privilegiaram o atendimento a projetos culturais e/ou artísticos, restauração de obras tombadas, preservação de unidades ambientais e revitalização das tradições populares. Nesse mesmo ano, a Fundação aprova o projeto que visa ao revigoramento de uma das tradições artístico-culturais mais apreciadas de todo o país, o Projeto Bandas, que auxilia as pequenas sociedades musicais não sinfônicas, incluindo fanfarras, bandas musicais e filarmônicas, a adquirir e conservar instrumentos, fardamento e partituras. Durante todo o ano de 1994, foram beneficiadas 300 sociedades musicais, distribuídas por 24 Estados. Presentes em todo o território nacional, as audições, retretas e tocatas das pequenas corporações musicais - as "bandinhas" ou "furiolas" -, realizadas em coretos, praças, vias públicas, festas populares e desfiles cívico-militares, ainda constituem, em muitas localidades do interior, a única opção de entretenimento comunitário. Em comemoração ao êxito do projeto, a Fundação Banco do Brasil organizou o encontro de cinco bandas de cada uma das regiões brasileiras: o Pararatibum. Cerca de 2 mil pessoas compareceram para "ver a banda passar", confirmando a receptividade popular às iniciativas de preservação e divulgação dos valores autênticos da cultura brasileira.

// Meu nome é Milton Luciano dos Santos. Nasci em Paranaíba, Mato Grosso do Sul, dia 15 de outubro de 1956. Eu sou formado em Contabilidade, no Mato Grosso, e em Direito, em Florianópolis. Entrei no Banco do Brasil em 1976, onde estou há 30 anos. Quando foi criada a Fundação Banco do Brasil, eu estava trabalhando como Analista na Superintendência de Mato Grosso do Sul. A reforma do Liceu Cuiabano foi um dos primeiros projetos dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que acompanhei, por volta de 1997. O Liceu Cuiabano, um prédio fundado por Getúlio Vargas, tem uma história muito importante em Cuiabá, porque lá se formaram as grandes expressões políticas do Mato Grosso. A Fundação resolveu fazer uma restauração total do prédio, do jeito que ele foi concebido originalmente. Na época, eu desempenhava um papel de faz-tudo, porque você tinha que fazer a parte financeira do projeto, aprovar o projeto e acompanhar a planta, acompanhar a obra. A Fundação também foi um grande instrumento negocial, porque permitiu ao Banco firmar uma grande parceria com o Estado. A Fundação assumiu 100% da obra, até porque, ao longo da execução do projeto, ocorreram vários aumentos de custos. A Fundação Banco do Brasil é o mesmo sangue que corre na veia do Banco do Brasil. Sua existência dá para nós, funcionários do Banco, um orgulho grande de pertencer à instituição. Para ser sincero, eu me sinto um pouco velho vendo a Fundação completar 20 anos, porque já fazemos parte da sua história, o que me deixa extremamente honrado **//**.



INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O início da década de 90 traz uma grande demanda por recursos da Fundação Banco do Brasil no campo da cultura. Em 1990, foi feito o convênio com o Teatro Dulcina, do Distrito Federal, para melhorias e aquisição de equipamentos. Mais 63 projetos foram deferidos na área. Em Maceió, Alagoas, a Secretaria de Cultura e Esporte recebeu recursos da Fundação Banco do Brasil para a restauração do Teatro Sete de Setembro. Em 1993, as novas instruções normativas para a área de cultura da Fundação previram o atendimento a projetos culturais e/ou artísticos, restauração de obras tombadas, preservação de unidades ambientais e revitalização das tradições culturais populares. Em 1994, a Fundação Banco do Brasil reformou o Teatro Municipal de Campo Mourão. Em 1996, iniciou a restauração do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília. No ano seguinte, as ações classificadas como projetos especiais tiveram grande importância no cumprimento de sua missão institucional, entre os quais é possível destacar a restauração do Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão; a reforma do Liceu Cuiabano, em Mato Grosso; o Teatro Ipanema, no Rio de Janeiro; o Palácio da Justiça, na Paraíba; a reforma da Casa de Cultura Tancredo Neves, em Vassouras (RJ); a reforma do Palácio das Artes, em Belo Horizonte, e a restauração da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. A definição do bem histórico a ser restaurado obedecia a dois critérios: a importância do patrimônio histórico e a viabilidade dos recursos da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura.



Arthur de Moura Pedreira Neto

Sou Arthur de Moura Pedreira Neto. Nasci em 1956, em São Luís do Maranhão. Eu tive uma infância muito boa, porque meu pai era representante de laboratório, viajava muito e, nas férias, eu ia com ele pelo interior do Estado. Morávamos em uma granja, numa área de sítios. Eu tive uma espécie de infância rural, mas estudava na cidade. Todo dia a gente ia para o Colégio Marista. Vim para Brasília em 1972, com 16 anos, para fazer o 2º grau.

FORMAÇÃO NA CIDADE NOVA

Foi muito importante para a minha formação sair daquela mentalidade provinciana e chegar numa cidade nova, onde existe todo esse caldo de culturas. Estudei aqui no Colégio Pré-Universitário, que tinha uma proposta moderna, com base na recente reforma de ensino. Foi a única turma no Brasil que fez o 2º grau em dois anos. Concluí em 1974, retornando para São Luís, onde passei no vestibular da Escola de Engenharia Civil do Maranhão. Cursei um semestre e meio e voltei para Brasília, onde estudei Economia na Universidade Católica. Já no final do curso, fui para o Curso de Administração, também não gostei e fiquei trocando de curso.

CARREIRA NO BANCO DO BRASIL

Em 1976, tomei posse no Banco do Brasil. Trabalhei numa agência em Taguatinga e, em seguida, pedi transferência para a Agência Central. Mas aí fui mandado para a Consultoria Técnica da Presidência do Banco, a COTEC, um órgão de excelência no Banco. Direcionei-me, então, para a própria Fundação, onde eu passei a maior parte da minha carreira. Na COTEC, eu era Escriturário e participava de alguns grupos de trabalho, um dos quais estruturou o FIPEC, um fundo de incentivo à pesquisa científica e tecnológica criado pelo Banco nos idos aí de 1975-76 e que deu origem, mais tarde, à própria Fundação. Por isso, eu sempre digo que estou na Fundação desde antes de ela existir, porque vi nascer o estatuto lá no setor em que eu trabalhava.

CAMINHO NA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

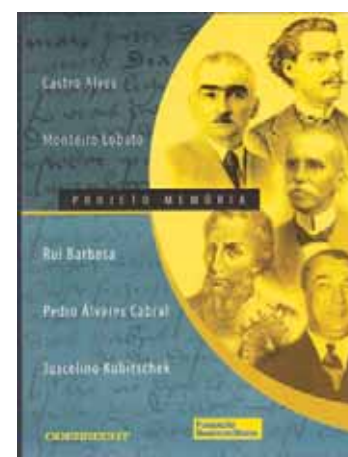
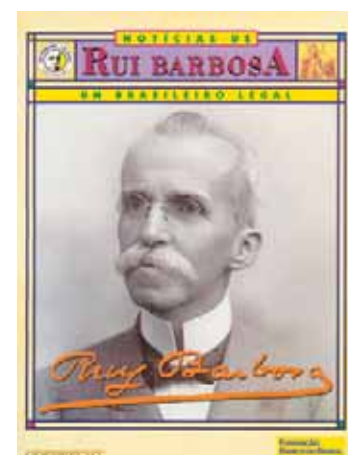
Quando o quadro da Fundação Banco do Brasil se ampliou, fui convidado para trabalhar efetivamente na área de Informática. Colaborei na elaboração do primeiro sistema de controle contábil estatístico da Fundação. Como não se tinha um controle estatístico informatizado, nem na contabilidade, nem na parte de estatística, nós criávamos os relatórios de acompanhamento físico-financeiro dos projetos apoiados pela Fundação. Em 1989, veio a maior greve do Banco e, por causa dela, eu saí da Fundação e voltei para o Banco para trabalhar num departamento. Somente em 1991 retornei para a Fundação, como Analista de Projeto, na área de Ciência e Tecnologia. A Fundação trabalhava no “sistema de balcão”, recebendo propostas do Brasil todo. A gente analisava as propostas de projetos de pesquisa básica e aplicada de universidades, de institutos e centros de pesquisa. Aí eu me apeguei mais ainda ao trabalho da Fundação.

AÇÕES DE ABRANGÊNCIA NACIONAL

O Projeto Memória foi idealizado em 1996, na ocasião da criação dos projetos estruturados, como carro-chefe das ações do campo de cultura da Fundação Banco do Brasil. O início do projeto se deu em 1997, com o objetivo de celebrar efemérides da vida nacional e personalidades marcantes nos campos da cultura brasileira. A partir da definição das ações do Projeto Memória, estabeleceu-se parceria institucional com a Odebrecht, tradicional incentivadora cultural, notadamente na área editorial. Além disso, buscava-se estabelecer parcerias locais com instituições ligadas ao nome do homenageado escolhido, para desenvolvimento das ações. A produção e a realização das diversas ações ficavam a cargo de produtoras culturais contratadas, de acordo com a especialização (exposições, livros, vídeos, sites etc.). A aprovação do conteúdo e das peças era feita em conjunto com os parceiros institucionais. Todo o material produzido era distribuído através das Superintendências Estaduais. Tendo como alvo principal o público estudantil, as ações de abrangência nacional contemplavam a distribuição de produtos culturais para escolas de nível médio, instituições culturais e de ensino superior. Em 1997, quando o homenageado foi Castro Alves, a Fundação foi premiada pela Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, o que contribuiu para garantir a continuidade do projeto nos anos seguintes. Eu trabalhei seis anos na coordenação do projeto, nas edições que homenagearam Castro Alves, Monteiro Lobato, Rui Barbosa, Brasil 500 Anos e Juscelino Kubitschek.

ESCOLA DE VIDA

A Fundação é cheia de pequenas histórias nesses 12 anos seguidos em que eu trabalhei lá. Foi uma escola de vida e cidadania. Eu aprendi a trabalhar e a conviver com pessoas. A experiência que se adquire na Fundação é para o resto da vida.



Cartilhas do Projeto Memória em homenagem a Monteiro Lobato e Rui Barbosa, nos anos de 1998 e 1999 respectivamente e, em 2001, quando a Fundação optou por fazer uma retrospectiva dos anos anteriores

Maria Helena Langoni Stein de Melo



Meu nome é Maria Helena Langoni Stein de Melo. Nasci em 17 de abril de 1959, em Monte Carmelo, Minas Gerais. Sou filha de Carlos Humberto e Adda. Em 1981 me casei e mudei para Brasília, onde me formei em Economia na Universidade de Brasília, UnB. Em maio de 1987, tomei posse no Banco do Brasil e fiz a opção de trabalhar no CESEC, na área que cuidava dos assuntos relacionados aos funcionários do Banco. Eu achava legal, só que depois de alguns anos fazendo a mesma coisa, a rotina aborrece. Fiquei até abril de 1994, quando fui para a Fundação Banco do Brasil a convite de um amigo, o Eduardo Ávila.

SEM VISIBILIDADE

A Fundação não tinha visibilidade nem para o funcionário do Banco. Até o dia em que fui convidada a trabalhar lá, eu não tinha conhecimento nenhum da atuação da Fundação. Fui alocada justamente na Secretaria. Continuei fazendo praticamente a mesmas coisas que fazia no CESEC: prestação de contas, atualização de carteira de trabalho, fechamento de ponto e coisas relacionadas a secretaria, funcionalismo e administração. Um dia fui conversar com o Maurício Teixeira e dizer do meu desejo de trabalhar nos projetos sociais da Fundação, que eu tinha vindo com essa expectativa e não para continuar fazendo o mesmo que fazia no Banco. O Maurício me prometeu que na primeira oportunidade faria a mudança. Logo depois ele saiu da Fundação, o João Pinto Rabelo tomou posse e fez uma grande reestruturação na Fundação Banco do Brasil, provocando um corte no quadro de funcionários. Nessa ocasião, eu fui para a área Operacional, trabalhar com o Francisco Newton Cisne Vasconcelos, que foi meu grande mestre. Trabalhei por pouco tempo no FUNDEC e, depois, com a análise e o acompanhamento de projetos que envolviam todas as áreas de atuação da Fundação.

DESAFIO DE NOVOS PROJETOS

O leque de atuação da Fundação era muito aberto e tinha o que a gente chamava de “atendimento de balcão”. A Fundação pulverizava seus recursos em várias e pequenas ações, não tinha um foco definido e muitas vezes ficava sujeita à ingerência política. Na gestão do Rabelo começamos a trabalhar com alguns programas estruturados, de iniciativa da própria Fundação, como o Homem do Campo, o SOS Seca, o Criança e Vida, o Projeto Memória... É bastante natural essas mudanças acontecerem; esse alinhamento dos projetos da Fundação às ações do governo federal, já que o nosso instituidor e mantenedor é o Banco do Brasil.

BALANÇO POSITIVO

Em agosto de 2002, na gestão da Heloísa Helena Silva de Oliveira, me nomearam Assessora Sênior, daí eu assumi a responsabilidade pela condução dos projetos da área de cultura.

Eu comecei a trabalhar no Projeto Memória em 2002, mas, na verdade, ele foi criado em 1997. O projeto foi concebido com o objetivo de resgatar, preservar e difundir a vida e a obra de personalidades ou fatos marcantes da história do Brasil. A Odebrecht foi nossa parceira nesse projeto de 1997 a 2003. A partir de 2004 passamos a contar com o apoio financeiro da Petrobras. Com ambas as instituições a parceria sempre foi e continua sendo bem-sucedida. O projeto chega a municípios, escolas e bibliotecas do Brasil inteiro, todos os Estados são contemplados. Nossa meta é atingir, principalmente, o aluno do ensino fundamental da escola pública e os professores. Além da exposição, do site, do livro, do material pedagógico e do vídeo produzidos no âmbito do projeto, nós apoiamos o concurso de redação promovido pela Fundação Assis Chateaubriand, que todos os anos tem como tema o personagem homenageado pelo projeto. O Memória é um projeto que tem um viés totalmente educacional. O balanço dele é muito positivo.

TECNOLOGIA SOCIAL DA MEMÓRIA

Na perspectiva da tecnologia social, surgiu a idéia da Fundação criar uma metodologia de reconstrução de memória. A Fundação contratou uma consultoria de profissionais da UnB para conceber um programa sobre a preservação e a reconstrução de memória de instituições, grupos ou movimentos sociais. Em seguida foram contratados os serviços do Museu da Pessoa, para dar praticidade a todo o trabalho referencial e teórico da UnB, e criar um guia prático de resgate de memória. Paralelamente a esse trabalho, desenvolvemos, juntamente com o Museu, um projeto piloto na própria Fundação, que, além do objetivo de validar essa metodologia, está resgatando a história dos 20 anos de existência da Fundação Banco do Brasil, completados em dezembro



Acima: Maria Helena Langoni Stein ao lado dos irmãos, Carlos Antônio e José Humberto. Monte Carmelo, MG, 1965

Maria Helena, n.i., Arthur Neto e Itamara Korax, que executou o Hino Nacional durante evento de lançamento do Projeto Memória em homenagem a Juscelino Kubitschek. Brasília, DF, 2002



// Meu nome completo é Jairo Luís Brod. Nasci no dia 5 de maio de 1958, em Toledo, no Paraná. Servi no Exército e vim para Brasília, em maio de 1978. Tomei posse no Banco do Brasil no dia 8 de janeiro de 1980 e fiquei dois anos trabalhando na Biblioteca. Depois, fui para outras áreas da diretoria de planejamento, sobretudo no embrião da atual Fundação Banco do Brasil, que eram o FIPEC e o FUNDEC. Um dos momentos mais marcantes da Fundação foi a realização do Projeto Bandas, graças ao decidido apoio do Maurício Teixeira da Costa. Eu nasci no interior e uma das pouquíssimas atrações era a bandinha de música. O trabalho social das bandas, embora pouco visto, sempre me tocou. Fizemos um cadastro de 4 mil bandas, das quais cerca de 300 foram atendidas. Além da doação dos instrumentos e das partituras musicais, também foi feita a revitalização dos coretos. Banda, uniforme e coreto! Um dia, trouxemos cinco bandas para Brasília, e fizemos uma apresentação. A banda de Fernandópolis, que representava a região Sudeste, era formada por 160 meninos, todos paramentados com uniforme de gala. A Banda Curica, uma fração da banda lá de Goiana, próxima de Recife, tinha cerca de 30 negros e representava a região Nordeste. A Banda de Abaetetuba representava a região Norte, e a Banda do Colégio Marcelino, a região Sul. A Banda do Centro-Oeste era formada por surdos e mudos de Taguatinga. Foi a apoteose! Eu fiquei na Fundação Banco do Brasil até 31 de julho de 1995 e aprendi que é possível compatibilizar a carreira profissional com a possibilidade de colaborar para um Brasil melhor **//**.

de 2005. Uma vez validada a tecnologia aplicada de memória, ela será disponibilizada a todos os interessados e nós teremos um livro contando a história da Fundação por meio da voz de seus funcionários. Está nascendo o Programa Memória Documental!

UMA DECLARAÇÃO DE AMOR

A Fundação desenvolve um trabalho maravilhoso e único. É a mais abrangente e a que mais investe em projetos sociais no país. Tudo isso precisa estar registrado para os funcionários do Banco e a sociedade tomarem conhecimento da dimensão do nosso trabalho. Eu sou apaixonada pela Fundação! Tudo o que eu aprendi em termos profissionais foi dentro da Fundação. Eu tenho orgulho do meu trabalho e, quando sair do Banco ou da Fundação, eu, Maria Helena, terei contribuído, participado e levado comigo milhares de coisas boas.



Exposição Projeto Memória
Paulo Freire. S.I, 2005



Eu sou Otamires Barbosa Maia de Souza. Nasci em São José dos Matões, no Maranhão.

Ser funcionária do Banco do Brasil era um sonho de criança. Eu ouvi falar da Fundação Banco do Brasil exatamente quando fui trabalhar na Superintendência Regional do Amazonas, como Assessora do Superintendente. Depois, fui para o Núcleo de Governo, com a atribuição de cuidar dos programas da Fundação Banco do Brasil. Quando eu entrei para o Projeto Memória, no ano 2000, ele já estava na edição que fazia uma retrospectiva. O Projeto Memória tem um significado imenso. Num primeiro momento,

funcionava dentro do Banco do Brasil, pois a proposta era colocá-lo nas áreas do Banco. Quando refletimos sobre a questão do público-alvo desse projeto, foi feita uma parceria entre o Núcleo de Governo e o governo do Estado, do município. Aí ele passou a ser itinerante na rede pública estadual e municipal. Esta foi a mola propulsora para todo o trabalho, toda a orientação do Projeto Memória. Eu vi realmente como a gente precisa ter memória nesse país, porque a memória permite fazer o elo do fim ao começo e reescrever a nossa história. Foram numerosas as experiências interessantes, mas uma delas eu guardo com muito carinho. Foi na exposição do Juscelino Kubitschek. Eu falava, para um grupo de alunos de uma escola bem pobre, que o Juscelino andava quilômetros a pé para estudar. Um garoto olhou para mim e perguntou: “E ele foi Médico, não é?” Eu digo: “Ele foi Médico, Deputado e, depois, Presidente do Brasil.” E ele retruca: “Eu também posso.” Isso me marcou muito no Projeto Memória, onde trabalhei até a homenagem a Paulo Freire. A Fundação é o instrumento que o Banco do Brasil tem para se tornar mais humano, mais identificado com as camadas sociais, para, de fato, cumprir a missão e aproveitar a potencialidade //

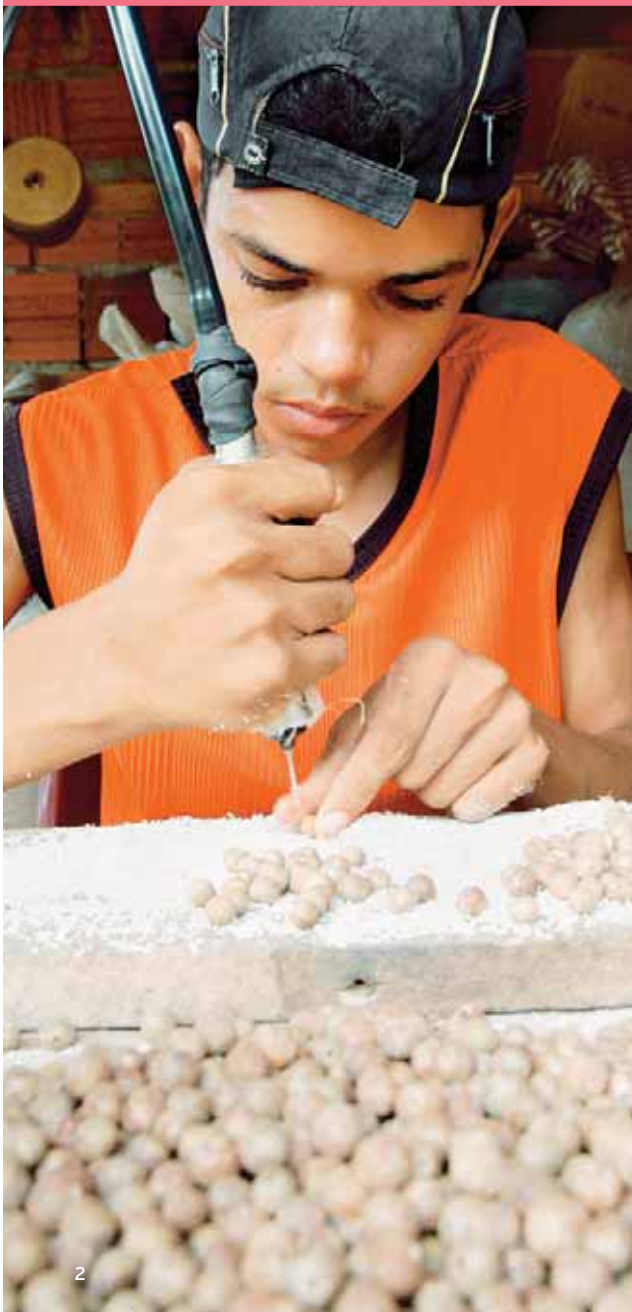


PROJETO MEMÓRIA

O Projeto Memória surge em 1997, com a parceria da Organização Norberto Odebrecht. Seu propósito é resgatar, difundir e preservar a memória de fatos e personalidades que tenham contribuído para formar a identidade cultural do Brasil, do ponto de vista histórico, artístico, científico, tecnológico ou político. Foram homenageadas oito personalidades da história brasileira: o poeta Castro Alves (1997), o escritor Monteiro Lobato (1998), o jurista Rui Barbosa (1999), o navegante Pedro Álvares Cabral (2000), o Presidente Juscelino Kubitschek (2002), o médico sanitarista Oswaldo Cruz (2003), o geógrafo, nutricionista e professor Josué de Castro (2004), o educador Paulo Freire (2005) e a feminista Nísia Floresta (2006). Em 2006, o projeto completou dez anos de existência com a missão de levar cultura e informação a cada canto do país, objetivo sempre potencializado pela atuação das Superintendências Regionais do Banco do Brasil. Um vasto e diversificado material é produzido, como exposições itinerantes, livros e material pedagógico, distribuídos em aproximadamente 6 mil bibliotecas e 18 mil escolas públicas no país, além da produção de videodocumentários e edição, na internet, de concorridas páginas de caráter informativo. Esse farto material garante, para estudantes e professores, um rigoroso conjunto de fontes de pesquisa e um excelente painel da história do país. A partir de 2004, a Petrobras passou a desenvolver o Projeto Memória com a Fundação Banco do Brasil.



1. Educação para a Cidadania: crianças praticam balé. Salvador, BA, 2006
2. Artesão trabalhando a partir do microcrédito do Credisilva. AC, 2006
3. Humus Sapiens: minhocas na mão de agricultor. MT, 2006
4. Produtos fabricados pela Agroindústria de Extração de Óleos. CE, 2006





As discussões iniciadas em 1999, na Fundação Banco do Brasil, sobre ciência e tecnologia, geraram uma nova perspectiva de trabalho para a instituição. Criando um novo conceito, o de tecnologia social, a Fundação provocou uma sinergia de iniciativas geradas pela sociedade.

Nas inúmeras concepções sobre tecnologia social, o local representado pela comunidade organizada deixou de ser o objeto passivo de políticas públicas para se tornar agente de soluções e não somente gerador de demandas. A noção de desenvolvimento ganhou novos matizes locais, permitindo eficácia e envolvimento das comunidades, gerando novas relações e novas demandas dentro das políticas nacionais oferecidas pelas instituições públicas e não governamentais.

A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL CRIOU, EM 1999, O CONCEITO DE TECNOLOGIA SOCIAL, VOLTADO PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DA NOSSA SOCIEDADE.

No mesmo ano, é lançado, em edições bienais, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que identifica, seleciona e certifica tecnologias sociais voltadas à resolução de problemas relacionados com educação, saúde, renda, meio ambiente, habitação, energia, alimentação e água. Todas as tecnologias certificadas pelo prêmio passam a integrar o Banco de Tecnologias Sociais, que conta, hoje, com informações organizadas e sistematizadas de mais de 300 tecnologias sociais.

Outras instituições, em conjunto com a Fundação, se reuniram para organizar, articular e difundir a reaplicação em escala de tecnologias sociais na Rede de Tecnologia Social.

Terezinha de Jesus Soares dos Santos



O meu nome é Terezinha de Jesus Soares dos Santos. Eu nasci no dia 3 de outubro de 1965, em Macapá, na época território do Amapá. Fui para Belém, em 1986, estudar Farmácia na Universidade Federal do Pará. Em 1992, fui para Umuarama, no Paraná, comecei a dar aula na Faculdade de Farmácia e coordenava estágios também na área de Farmácia.

INÍCIO DE TUDO

Depois de dois semestres, fui para o Rio de Janeiro. Comecei a trabalhar com uma consultoria para o governo do Amapá, em áreas de recuperação de garimpos contaminados por mercúrio, e fiz uma especialização em Toxicologia Ambiental, na Universidade Federal Fluminense. No ano de 1995, fiz especialização em Saúde do Trabalhador. Fiz mestrado na Fiocruz, enquanto desenvolvia o trabalho em Macapá com toxicologia de plantas e associações com os peixes que a população consumia. Como eu ia muito a Macapá, eu conheci o Iepa (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá) e, em 1998, fui convidada para trabalhar lá com plantas medicinais.

TRABALHO NO IEPA

O Iepa foi fundado em 1991 com o intuito de trabalhar pesquisa, a partir das plantas de lá, com a produção de fitoterápicos. Eles atendiam pessoas que tomavam alguns remédios à base de plantas. O governo decidiu, então, comprar alguns maquinários para produzir alguns medicamentos. Eu cheguei bem nesse momento, em 1998. Havia uma precariedade não só da formação, mas da tecnologia mínima. As pessoas faziam a tintura de um remédio e escreviam o rótulo à mão, porque não sabiam lidar com o computador. Eu já comecei a fazer os rótulos no computador, daí colocamos os maquinários para aumentar-

À direita: canteiros suspensos;
Terezinha de Jesus Soares
dos Santos; reconhecimento
das espécies vegetais.
Ilha de Bailique, AP, s.d.

mos a produção. Tínhamos médicos, enfermeiros, nutricionistas e nós, as farmacêuticas. Tradicionalmente, as pessoas usam muito as plantas medicinais para controlar doenças. A pesquisa básica já existia no Iepa. Foi Valdomiro Gomes quem iniciou esse trabalho em Macapá. Esse pesquisador foi de Belém para Macapá para explorar minérios, mas, como ele era biólogo, começou a fazer uma prospecção de plantas. Em 1991, o Valdomiro fez coletas de muitas espécies para depositar no herbário do Iepa, além de identificá-las. A partir daí, um médico começou a fazer atendimento, a receitar o chá de determinadas plantas a partir das informações tradicionais.

FARMÁCIA DA TERRA

As pessoas iam buscar esses remédios na farmácia e nós dávamos toda a orientação. Mas queríamos trabalhar também com as comunidades e não só com os moradores das cidades. Foi aí que surgiu a Farmácia da Terra. Como o Iepa pertence à Secretaria de Ciência e Tecnologia, fizemos um projeto de extensão, para conseguirmos recursos na expansão do projeto. Entramos em contato com os moradores da mata. Lá os curandeiros, as parteiras precisam ser mais acionados. Demos orientação para as pessoas de como é que poderiam fazer o remédio em casa, desde a parte do cultivo até as plantas que são retiradas da floresta, como se utiliza uma casca, quais são as cascas possíveis de serem usadas como remédios. Além de fazer esse trabalho com as comunidades, tem o controle de qualidade dessa matéria-prima. Eles voltaram a usar os óleos tradicionais fabricados pelas mulheres.

Começamos a fazer algumas viagens para o interior para saber exatamente quais são as doenças, que são principalmente essas de vinculação hídrica por conta da falta de saneamento. A Capital não tem 5% de saneamento, imagine o interior. A gente começou a ver exatamente essas plantas e ver as doenças respiratórias que existem em função das crianças terem o hábito de tomar banho de rio. Para muitos casos de resfriados e doença de pele, causados, sobretudo, pelo contato com os animais que fazem parte da família, e as doenças tropicais a gente não tinha como dar uma resposta imediata com plantas. Fizemos oficinas e começamos a implantar as hortas nos locais, com canteiros suspensos, para a população que vive em regiões de alagados. Mostramos como se dá o aproveitamento das árvores da região.

Nós começamos com a Prefeitura do Oiapoque, que foi uma das primeiras que nos acionou para trabalharmos nas áreas indígenas, porque essas áreas apresentavam muitos problemas e os índios estavam muito ligados aos medicamentos alopáticos. É mais prático ter a planta para eles poderem cultivar.



// Meu nome é Terezinha das Dores Martins. Nasci em Mutum, Minas Gerais, em 28 de dezembro de 1961. Em 1977, eu me mudei para Brasília. Entrei no Banco do Brasil em 1983, quando já estava terminando a faculdade de Administração. Trabalhei uns cinco anos em agência, fazendo vários tipos de serviços. Eu entrei na Fundação em abril de 2000. Fiquei oito meses na área da reforma de patrimônio histórico, depois passei a cuidar do BB Educar, e, mais tarde, fui para o AABB Comunidade, onde trabalhei durante dois anos. Agora, trabalho com o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e a articulação de parcerias para reaplicar tecnologias sociais nas comunidades. Trabalhei na divulgação com a finalidade de incentivar as instituições para acessar o nosso site e mandar a documentação para nós. Na sequência, as inscrições são analisadas, juntamente com as equipes que trabalham nas áreas de educação e de geração de trabalho e renda e com profissionais especializados. Acompanhamos todo o processo de organização, gerenciamento e discussão de conteúdo, discussão sobre a adequação das tecnologias inscritas, se estava dentro da concepção de tecnologia social para certificar ou não. E aí, teve a etapa de certificação dessas tecnologias sociais. Já o terceiro momento do prêmio foi basicamente a organização do evento, que é a festa de premiação, e o desafio é levar os 40 finalistas para um mesmo local, onde são divulgados os oito vencedores que recebem o prêmio. O processo todo tem essas três etapas. Na edição de 2005, contamos com a parceria da Petrobras, que nos solicitou incluir mais três categorias às cinco com que costumávamos trabalhar. Então, além das cinco regiões do país, foram incluídas categorias específicas para Recursos Hídricos, outra de Educação e mais uma voltada para os Direitos da Criança e do Adolescente. Foram oito tecnologias sociais premiadas. Agora estamos no momento de acompanhar os projetos dos oito vencedores, de dar manutenção ao site e começar a rever as categorias e o regulamento para abrir inscrições novamente. Hoje, eu ouvi uma pesquisa que falava da queda acentuada do índice de trabalho infantil nos últimos dez anos. De alguma forma, a contribuição da Fundação tem um pedacinho nessa conquista //



O RECONHECIMENTO DO TRABALHO

Há quatro anos, trabalhávamos nesse projeto de plantas medicinais, envolvendo corantes e plantas aromáticas. Criamos uma cooperativa de mulheres para cultivar as plantas aromáticas, com as quais produziam travesseiros aromáticos, bonequinhos aromáticos, sachês aromáticos. Depois disso, fomos trabalhar com um outro grupo de mulheres da Ribeirinha, com a produção de óleo de buriti. Mas eu nunca considerei isso como uma tecnologia social.

Eu fiz a inscrição do projeto no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social em 2003. Fomos premiados, o que possibilitou melhorar a cartilha do projeto, e o apoio da Fundação fez com que fôssemos mais procurados. Fomos convidados para entrar na Rede de Tecnologias Sociais (RTS). Programas como o "Globo Repórter" foram registrar a nossa experiência. É muito gratificante!

A percepção de que o projeto realizado em Macapá pode ser trabalhado em outros locais é fundamental. O seu trabalho pode ser colocado à disposição de outras pessoas. A Fundação Banco do Brasil viabiliza não só apoio na parte financeira, mas dá muito estímulo. A Fundação foi parceira na empreitada de botar a mão na massa, republicou a cartilha e mostrou para as pessoas mais carentes a qualidade dos serviços. Se eu não tivesse essa parceria, nunca teria conseguido isso.



1



2



3



4

1. Banco Palmas. Fortaleza, CE, 2006
2. Sistema de Captação e Armazenamento de Água: sistema de recolhimento de água das chuvas instalado em casa rural. GO, 2006
3. Conexão de Saberes: Portão da ONG Observatório de Favelas. Rio de Janeiro, RJ, 2006
4. Pedagogia da Roda: Menina sentada em banco utilizado na Pedagogia da Roda. Curvelo, MG, 2006

PRÊMIO FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL DE TECNOLOGIA SOCIAL

Apoiado pela Unesco, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social é uma estratégia de identificação e certificação de tecnologias sociais para o Banco de Tecnologias Sociais (BTS). A cada dois anos, ocorre o prêmio, cuja função é identificar, certificar e difundir iniciativas que promovam transformação social nas comunidades em que são aplicadas. Cada uma das tecnologias vencedoras recebe R\$ 50 mil para aplicar na própria tecnologia, buscando seu aprimoramento e expansão. Já foram realizadas três edições:

- 2001 - 1º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e lançamento do Banco de Tecnologias Sociais. Foram 585 tecnologias sociais inscritas, das quais 15 foram finalistas e três, premiadas.
- 2003 - 2º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. O prêmio recebeu 634 inscrições e certificou 96 iniciativas. Foram 33 finalistas e sete tecnologias premiadas.
- 2005 - 3º Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Foram 658 inscrições, com 105 tecnologias sociais certificadas, 40 finalistas e oito tecnologias premiadas.



Raimundo Ermino Neto

Meu nome é Raimundo Ermino Neto. Nasci e me criei no povoado São Manuel, no município Lago do Junco, no Maranhão. Uma região com muitos babaçuais, muitas nascentes de água, mas sem nenhuma infra-estrutura: sem escola, sem estrada e sem eletricidade. Em 1984, quando a comunidade foi fundada, exerci papel de animador, celebrando cultos dominicais e também aprendi a ser líder comunitário.

FAMÍLIAS AGREGADAS

Na década de 1969, no governo José Sarney, foi criado um projeto de lei no Maranhão de usucapião. Como consequência, o Estado foi fatiado, e as terras foram vendidas para grandes latifundiários, que implantaram um projeto de pecuária extensiva e expulsaram as famílias de suas terras. Na década de 70, portanto, nos tornamos famílias agregadas, que moravam nas terras dos patrões e, para plantar roça, precisávamos pedir ao patrão e efetuar um pagamento, chamado foro.

Diante disso, as famílias agregadas resolveram fazer uma reforma agrária, como garante o estatuto da terra. Em 1985, a nossa primeira luta foi para libertar o babaçu. O coco babaçu era do proprietário da terra, que tinha um rebanho, juntava a produção e dava metade para as pessoas. No finalzinho de 1985, nós nos mobilizamos e criamos acesso livre aos babaçuais. Mas só isso não bastava. Era preciso organizar uma atividade extrativista, na qual as famílias pudessem ter acesso de uso racional aos babaçuais, para coletar, quebrar e vender. Além disso, era preciso ter a terra para trabalhar na agricultura. Mobilizamos as comunidades da região, com o apoio da Igreja e dos movimentos sociais e sindicais. Entramos em confronto com a associação dos latifundiários e fizemos a reforma agrária à base da resistência. Foram 31 pessoas indiciadas na Justiça, entre as quais eu prestei esclarecimento durante oito anos. Derrubaram e queimaram casas em vários povoados e alguns até perderam a vida. Em 1987, uma parte das terras foi desapropriada e, no ano seguinte, mesmo com problema de legalização, nós já estávamos trabalhando a terra. A partir daí, mudou completamente a nossa perspectiva.



CRIAÇÃO DA ASSEMA

Criamos a Assema, em 1989, com a missão de organizar a produção, viabilizar a questão fundiária, fazer um acompanhamento técnico das famílias assentadas e trabalhar na criação de núcleo de geração de renda com tecnologia social adaptada às famílias camponesas, investindo na formação de lideranças para trabalhar as intervenções políticas. Fizemos reuniões em quatro municípios. Recebemos o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Lago do Junco, São Luís Gonzaga, Esperantinópolis e de uma oposição sindical de Lima Campos, além da Acesa, uma entidade que trabalha com agricultura nutritiva, a Animação dos Cristãos no Meio Rural e a própria Igreja. Depois de um ano de intensa mobilização com as famílias, nasceu a Assema, da qual sou sócio fundador, com o objetivo de trabalhar a questão da geração de renda na linha do cooperativismo e do fortalecimento do associativismo.

A Assema tem crescido tanto no raio geográfico quanto no desenvolvimento de projetos, como as políticas públicas da infra-estrutura dos assentamentos, a questão de créditos, do reconhecimento, a busca de parcerias. Trabalhamos também a questão da comercialização solidária, um sistema cooperativista e associativista. Hoje, temos sete núcleos de geração de renda: processamento de fruta desidratada com aproveitamento de compotas, geléias e licores (a ser reaberto em 2008); óleos essenciais; farmácia viva com os fitoterápicos; processamento de sabonete do óleo do babaçu; trabalho com o mesocarpo; aproveitamento do papel reciclado, feito pelas mulheres da AMTR e trabalho de artesanato do babaçu por uma associação de jovens de



Acima: Raimundo Ermino Neto, com as crianças do povoado de São Manuel. Lago do Junco, MA, s.d.

Abaixo: Raimundo Ermino Neto exerce a função de animador da comunidade. Lago do Junco, MA, s.d.



Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. O grande avanço da Assema é a capacitação da juventude rural nesse campo de geração de renda, e uma formação qualificada para o campo, dentro dessa pedagogia das escolas-família. Temos um programa que chamamos de Mobilização e Captação de Recursos, responsável pela sobrevivência e pela sustentabilidade da própria instituição.

UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL

O babaçu é uma palmácea que atinge de 15 a 20 metros, quando adulta. Leva de 10 a 15 anos para botar os seus primeiros frutos, mas produz até perto de 70 anos. Dos 18 milhões de hectares que cobrem seis Estados brasileiros, 10 milhões estão no Maranhão. O babaçu é um dos maiores recursos naturais da região e a maior fonte de geração de renda das famílias agroextrativistas. Ele é coletado e as amêndoas são retiradas para uma infinidade de produtos, tais como óleo, azeite de coco, entre outros. Novas descobertas de utilização do subproduto do babaçu valorizam ainda mais a atividade extrativista dele, como o emprego da casca como carvão para uso doméstico ou nas empresas. A atividade de quebrar coco é feita, predominantemente, pelas mulheres, enquanto a coleta do babaçu feita nas matas fica a cargo dos homens.

Para garantir o uso racional dos babaçuais, existe uma lei a que chamamos de Lei do Babaçu Livre, que proíbe o corte do cacho. O coco tem um tamanho variável. Por isso é que até hoje a tecnologia nunca descobriu uma máquina para quebrar o coco de forma aproveitável. O mesocarpo, que está na parte mais branca do babaçu, é aproveitado e processado. Temos uma cooperativa que trabalha com o processamento do óleo e outra que trabalha o processamento do mesocarpo. Do mesocarpo é feita uma farinha alimentícia, muito rica, energética e nutritiva. A parte do caule da palmeira, a palha, também é aproveitada. Decompõe-se em dois anos, vira adubo para as plantas. A palha serve

**Retirada de cacho de babaçu
para Agroindústria de Extração
de Óleos. CE, 2006**

**Ações de desenvolvimento local:
confeção de sabonetes de óleo
de babaçu, no Maranhão, e cestas
artesanais do Projeto Berimbau,
na Bahia, 2003**

para cobrir casa, fazer a esteira, fazer o pacará para a coleta do babaçu. O talo serve para fazer cerca. Segundo as estatísticas, a palmeira do babaçu tem em média de 60 a 66 utilidades dos seus subprodutos.

A capacidade de produção dos babaçuais na nossa região é imensa. Hoje, as pesquisas feitas pela Embrapa dizem que aproveitamos cerca de 70% da produção de babaçu. Trabalhamos na linha de cooperativa e com produção certificada. Nós estamos processando cerca de 300 toneladas de amêndoa por ano, o que é pouco, se considerarmos as grandes indústrias. Mas entramos no circuito do comércio justo.

FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS

Quando a Fundação Banco do Brasil deu o Prêmio de Tecnologia Social à cooperativa que trabalha com o processamento do mesocarpo, em Esperantinópolis, com o apoio de fortalecimento às instalações e o melhoramento do beneficiamento do mesocarpo, resolvemos nos inscrever no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, em 2003. Ficamos entre os finalistas, o que representou o reconhecimento do nosso trabalho e sua divulgação contribuiu para que as famílias se sentissem mais valorizadas.

O conceito de tecnologia social incentivado pela Fundação tem o compromisso de demonstrar essa cadeia produtiva e o aproveitamento dos recursos naturais, na linha do cooperativismo, trabalhando com a questão da agregação do valor. O apoio da Fundação Banco do Brasil proporcionou melhores estruturas e condições de instalação para as famílias produzirem produtos de melhor qualidade e aceitação no mercado. Agora fazemos o preço da amêndoa e queremos exportar o mesocarpo. O nosso trabalho resultou no reconhecimento das atividades extrativistas na região do Médio Mearim e em todo o país. Foi uma mudança extraordinária!

BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

O Banco de Tecnologias Sociais surgiu da necessidade de disponibilizar, num banco de dados *on-line*, soluções de problemas sociais criativas e de baixo custo, que podem ser reaplicadas por outras comunidades. O objetivo é disseminar soluções geradoras de transformação social.

As tecnologias sociais disponíveis no BTS são aquelas que foram apresentadas para o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, assim identificadas e comprovadas pelos seus resultados.

As tecnologias sociais disponibilizadas abrangem as demandas de água, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente.



Luís Fumio Iwata

Meu nome é Luís Fumio Iwata, filho de Tadashi Iwata e Catharina Iwata. Nasci em 20 de janeiro de 1964, na cidade de São Paulo. Cheguei em Brasília em 1976, quando meus pais vieram de mudança para a capital federal. Minha história no Banco do Brasil começa em 1980, aos 16 anos, quando passei no concurso para Menor Estagiário. Tomei posse na Agência Metropolitana Asa Norte e, em maio de 1982, tomei posse na carreira administrativa. Foram quatro anos no antigo DEFIP/PASEP e, em 1985, assumi a função de assistente administrativo na Chefia de Gabinete do antigo Departamento de Engenharia do Banco do Brasil. Nesse período, estava cursando Comunicação Social, com especialização em Publicidade e Propaganda.

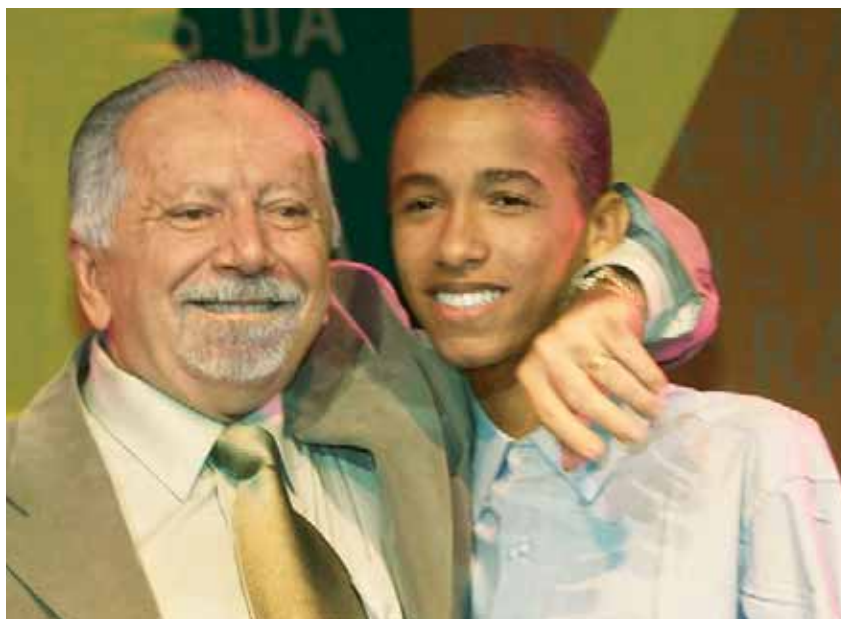


A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BANCO DO BRASIL

Formado em 1988, tive a oportunidade de realizar o estágio da graduação na área de Comunicação Social do Banco do Brasil, antiga PRESI/ADCOS. Trabalhei nessa área cerca de oito anos. Nesse período, conduzi alguns patrocínios esportivos do Banco, que iniciava sua estratégia de rejuvenescimento da clientela, tais como Copa Davis de Tênis e Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia, além de patrocínios em programas de algumas emissoras de TV, como o “Cine Clube Banco do Brasil”, da TV Bandeirantes; transmissão das Olimpíadas de 1992, na Globo e a novela “Amazônia”, da antiga TV Manchete. Passei ainda pela antiga COTEC/COMAR (Consultoria Técnica da Presidência/Coordenadoria Geral de Marketing), quando fui indicado para integrar o GT que estruturou a Brasil Saúde, uma das subsidiárias do Banco do Brasil. Já em 1996, fui convidado pelo João Pinto Rabelo, Diretor-Executivo da Fundação Banco do Brasil à época, para assumir a GEPRO (Gerencia de Produtos e Mercados), responsável pelo desenvolvimento e pela formatação dos projetos da Fundação.

NOVA ETAPA

Meu desafio foi grande: sair da lógica bancária e financista para a lógica social e assumir a área que desenvolvia e estruturava os proje-



tos da Fundação. O período de 1996 a 1999 foi de muito aprendizado e trabalho, com a estruturação de programas dentro da Fundação. No começo, a formatação de programas, em sua maioria, trabalhava com a lógica de organizar, por intermédio de normas específicas, a demanda de projetos por temas afins. Naquele período, foram formatados os programas AABB Comunidade, Homem do Campo, SOS - Seca, Criança e Vida e Projeto Memória, bem como foram estruturados projetos de restauração de patrimônio histórico.

A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO: TECNOLOGIA SOCIAL

No final de 1999, já na gestão da Heloísa Helena, a Fundação foi reestruturada, inclusive quanto à forma de atuação. A Fundação, que tinha uma estrutura baseada em processos (planejamento, desenvolvimento, operações e suporte), passa a ser funcional, por áreas de atuação. Foram criadas as Diretorias de Saúde e Assistência Social (SAUDE), a de Educação, Cultura e Desporto e Lazer (EDUCA), a de Assistência às Comunidades Urbano-Rurais (CAPTA) e a de Ciência e Tecnologia (CITEC). Na nova estrutura, fui convidado, pela Heloísa, a assumir a Diretoria de Ciência e Tecnologia com a missão de alterar o *status quo* da área que, até então, restringia-se, de modo geral, ao tradicional apoio a trabalhos de pesquisadores.

A proposta desenvolvida foi o investimento na difusão de tecnologias já implementadas e que fossem efetivas na resolução de problemas sociais, ou seja, tecnologias aplicadas ao desenvolvimento social. Agindo desse modo, entendíamos que a Fundação melhor cumpriria, na área de C&T, o papel atribuído por seu instituidor, quando de sua criação: ser o agente social do Banco do Brasil.

Essa iniciativa preencheria uma lacuna da época, já que nenhuma instituição no país trabalhava com a perspectiva de identificar e difundir as tecnologias já existentes e voltadas à resolução de problemas sociais. Para tanto, adotamos o entendimento amplo de tecnologia como a "manifestação do conhecimento", podendo ser processos,

Acima, à esquerda: Dr. José Américo e o adolescente Ramón, por ocasião do 1º Prêmio de Tecnologia Social. São Paulo, SP, 2001

Acima, à direita: Dr. José Américo e os aparelhos médicos apropriados e de baixo custo para recém-nascidos. Salvador, BA, s.d.

Luís Fumio Iwata acompanha o Programa P1 + 2, para instalação da barragem subterrânea. Soledade, PB, 2007

Abaixo: Luís Fumio Iwata, no Projeto Melepolicultura, na Comunidade de Preazinho. Urbano Santos, MA, s.d.



REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Em 2004, a Rede de Tecnologia Social (RTS) é lançada como ação conjunta da Fundação com outras instituições que discutem o conceito e a reaplicação de tecnologias sociais. A Rede de Tecnologia Social reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais. O propósito da RTS é promover o desenvolvimento local sustentável e influenciar na elaboração de novas políticas públicas, além de estimular a apropriação pelas comunidades-alvo das tecnologias sociais reaplicadas e o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, nos casos em que não existam tecnologias sociais para reaplicação.

métodos, técnicas ou artefatos que aliassem saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, reaplicáveis e efetivos no desenvolvimento social.

As tecnologias sociais, necessariamente, precisam garantir sua “apropriação” pelas comunidades beneficiadas, gerando mudanças de comportamento, atitudes e práticas que proporcionem transformações sociais. A comunidade é a protagonista e não mera receptora da tecnologia. Tecnologia social, então, compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Com esse entendimento, lançamos em 2001, em edições bienais, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Todas as tecnologias certificadas pelo prêmio passam a integrar o Banco de Tecnologias Sociais, que conta, hoje, com informações organizadas e sistematizadas de mais de 300 tecnologias sociais.

REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

A partir de 2003, já na gestão de Jacques Pena, a Fundação ampliou o escopo de atuação em relação ao tema tecnologia social. Além de identificar, certificar e difundir, passou a apoiar a reaplicação de tecnologias sociais. Foi priorizada a reaplicação de tecnologias sociais geradoras de trabalho e renda, em especial aquelas voltadas para a realidade de agricultores familiares, comunidades agroextrativistas ou ribeirinhas, assentados rurais, catadores de material reciclável,

quilombolas, indígenas, ou seja, a base da pirâmide social brasileira. Essa iniciativa estava alinhada às políticas estruturantes do Programa Fome Zero, do Governo Federal.

NOVOS DESAFIOS

No momento, a Fundação se lança a novos desafios. Com a reestruturação de 2006, estamos nos reorganizando numa estrutura de gestão de processos, extinguindo as diretorias de áreas e criando as unidades de gestão de processos, entre as quais estão a Prospecção, a Operação e a Avaliação. Estou assumindo a Gestão da Prospecção, que, além de conduzir os assuntos relativos ao Banco de Tecnologias Sociais, ao Prêmio e à RTS, responderá pela articulação e estruturação de parcerias, modelagem de novos programas e projetos, planejamento estratégico e o desenvolvimento e a implantação da inteligência colaborativa, algo como a inteligência competitiva do Banco do Brasil, só que voltada à área socioambiental.

Passar os últimos dez anos de minha vida profissional na Fundação tem sido, além de gratificante, pela própria natureza do trabalho e dos desafios, um constante aprendizado e crescimento. Foram muitos momentos de estresse, dúvidas e, até mesmo, de prejulgamentos nas discussões para desenvolvimento e implantação de soluções inovadoras, mas, com certeza, todas compensadas nas visitas que fazemos às comunidades beneficiárias dessas soluções, nas quais confirmamos que, de fato, nossas ações estão fazendo a diferença.



Sou Rogério Miziara. Nasci em Goiás, na cidade de Catalão, no dia 11 de agosto de 1968. Meu pai era do Banco do Brasil e minha família sempre achou que era um excelente lugar para trabalhar, que dava muitas oportunidades. Vim para Brasília em 1978 com o meu pai, quando ele foi transferido da agência de Limeira (SP) para a Direção-Geral do Banco. Tomei posse no Banco do Brasil em junho de 1984, como Menor Auxiliar de Serviços Gerais, na Direção-Geral do Banco, no DENAR - Departamento de Assistência Técnico Rural. Trabalhar no Banco do Brasil significava, primeiramente, o sustento de minha família. Mas era muito prazeroso. Vim para a Fundação Banco do Brasil em junho de 2000, na mesma área em que estou até hoje: Ciência e Tecnologia. Atualmente, a área trabalha com tecnologia social que, aliás, é uma paixão para mim. O Prêmio de Tecnologia Social é a forma de conhecermos as tecnologias sociais desenvolvidas pelas instituições. O prêmio alimenta o Banco de Tecnologias Sociais que, por sua vez, serve de fonte para o trabalho desenvolvido hoje pela Fundação. O Primeiro Prêmio de Tecnologia Social foi um evento lindíssimo, em que rolou muita emoção. Para nós, era um desafio. Era a 1ª vez que fazíamos um evento daquele porte. Deu tudo certo e a homenagem feita ao Dr. José Américo foi um dos pontos culminantes. O trabalho desenvolvido pelo Dr. José Américo serviu de inspiração para criarmos o Banco de Tecnologias Sociais e resolvemos prestar a homenagem a ele. Descobrimos um menino, o Ramón, que foi salvo por um dos aparelhos criados pelo Dr. José Américo. No ano do evento de premiação, 2001, o levamos para entregar um troféu ao Dr. José Américo. Foi uma emoção fortíssima para todos os presentes. O Ramón, nessa época, estava com 14 anos.

Em 2003, na época da segunda edição do Prêmio, ficou aquela expectativa: o de 2001 foi sensacional, foi emocionante, será que em 2003 a gente vai conseguir chegar no mesmo nível? Eu particularmente acho que a gente chegou, também foi um evento muito emocionante. E eu sou muito grato à Fundação por isso tudo, por essas emoções que a gente vive aqui dentro.

No meu trabalho, o maior desafio hoje é colocar mais ainda em prática o meu desejo de mudar um pouco a vida das pessoas, pois o trabalho da Fundação nos permite realizar essas mudanças. Realmente, posso dizer que a Fundação mudou minha vida e concretizou um sonho meu de ajudar a mudar a vida de outras pessoas //

1. Atividades propostas para a implantação da Farmácia da Terra. Pracouba, AP, 2002
2. Francisco Fábio de Assis Paiva na Estação de Pesquisa da Embrapa, à frente de cajueiro anão. Pacajus, CE, 2000
3. Trabalhadores da cadeia produtiva da mandioca, contribuição da Fundação Banco do Brasil para geração de trabalho e renda. S.I., s.d.
4. A Fundação Banco do Brasil incentiva o artesanato como uma das formas de engendrar ações de desenvolvimento local. S.I., s.d.





EM BUSCA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

A partir de 2003, a Fundação Banco do Brasil passa a focalizar a sua atuação nas áreas de educação e geração de trabalho e renda, incentivando programas e projetos que valorizam as dimensões social, econômica e ambiental.

Ao reconhecer soluções sociais empreendidas por cidadãos, associações, centros de pesquisa, universidades e empresas, como alternativas viáveis para a promoção da inclusão social e a democratização das oportunidades, a Fundação investe na divulgação e na multiplicação de ações que incidam na transformação social de forma sustentável.

O objetivo é promover a inclusão social por meio da inserção econômica de pequenos produtores, em cadeias produtivas, na articulação de parcerias e pelo incentivo a empreendimentos solidários e sustentáveis.

A reaplicação de tecnologias sociais, em forma de cadeias produtivas, reúne experiências que se destacam: as minifábricas de caju e a cadeia de recicláveis. A Fundação Banco do Brasil aposta nessas iniciativas construídas pelos pequenos produtores e grupos organizados, envolvidos no processo de desenvolver uma economia mais solidária.

ATUALMENTE, A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL DIRECIONA AS SUAS AÇÕES PARA O COMBATE À POBREZA, ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



Francisco Fábio de Assis Paiva

Meu nome é Francisco Fábio de Assis Paiva. Nasci no dia 30 de agosto de 1950, na cidade de Tauá, no Ceará. Depois de ter estudado na Escola Agrotécnica Federal, fui para Fortaleza fazer Faculdade de Agronomia. Quando eu terminei o curso, fui trabalhar na extensão rural, na Ematerce. Ingressei depois na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará - Epace, que tinha uma relação de ações de pesquisa com a Embrapa, na qual eu trabalho até hoje. De 1984 a 1994, desenvolvi uma pesquisa de mestrado, na área de ciência e tecnologia de alimento.

O AGRICULTOR NA FÁBRICA

Na Epace, trabalhei na área de alimentos, com fábrica de castanha-de-caju. No Ceará, a cajucultura é um forte fator de agregação de renda. Hoje, no Nordeste, existem 700 mil hectares de caju, dos quais 335 mil hectares concentram-se no Ceará. A relação de ganho da cadeia produtiva era muito desfavorável para o agricultor familiar, porque ele possuía 80% dessa área de caju, mas se apoderava somente de 10%, uma vez que a industrialização da castanha era feita por empresas fortes, algumas delas multinacionais.

Ao trabalharmos a relação do pequeno produtor com a fábrica de castanha, o quadro mudou: o produtor de castanha passa a ser também um industrial de castanha, que pode até exportar. Esse foi o início do meu trabalho com as minifábricas de castanhas, que afrontavam as indústrias internacionais. O Bird e o Banco Mundial financiavam o chamado Projeto São José, no Ceará, que buscava inserir tecnologias que melhorassem a qualidade de vida. Fizemos uma linha básica de equipamentos para o processamento da castanha e formamos uma cooperativa estruturada de produtores, para fazer uma industrialização numa escala pequena.

Em 1994, eu fiz concurso público para a Embrapa, e fui admitido como Pesquisador. O projeto de implantação dessas fábricas no Nordeste teve início em 1995. Formamos um grupo para trabalhar com fábricas de castanha no Ceará, no Rio Grande do Norte e no Piauí. Iniciamos o desenvolvimento de uma linha de equipamentos para aten-



der às pequenas fábricas, dentro de um projeto do Bird, com parceiros comerciais externos à Embrapa. Três fábricas do Ceará foram consideradas unidades replicadoras: em Pacajus, a fábrica-escola que tinha a função de ser um centro de formação de multiplicadores; no município de Pacajus e em Capuí. Dávamos todo o acompanhamento e a informação técnica para que essas fábricas tivessem qualidade e para que o seu produto pudesse competir dentro de uma escala industrial. Em seguida, estendemos a linha de atuação para o Maranhão, a Bahia, e, em menor escala, para a Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

MINIFÁBRICAS DE CAJU

De 1994 a 2000, dirigimos o nosso trabalho para a visão do mercado com o produtor, o agricultor familiar e a pequena associação. Dentro de uma ação do próprio Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), formamos uma equipe de quatro pesquisadores da Embrapa e criamos o chamado Módulo Agroindustrial Múltiplo, uma reunião de fábricas, a célula que deu origem à parceria com a Fundação Banco do Brasil. Sabíamos como produzir a castanha, como processá-la, o produto já era de excelente qualidade, mas não sabíamos comercializá-lo, nem tínhamos escala para isso. Para conseguirmos fazer uma exportação para fora do país, precisávamos de 700 caixas de amêndoas prontas, o que corresponde a 16 toneladas. Desse modo, uma pequena fábrica, que trabalha com 500 a 1.000 quilos de casta-



Acima: Trabalhadores no beneficiamento da castanha em minifábrica de caju. S.l., s.d.

Abaixo: Francisco Fábio de Assis Paiva durante degustação de caju na estação da Embrapa. Pacajus, CE, 2000



Meu nome é Maria Lucia Araújo e Silva. Nasci em Teresina, no Piauí, no dia 16 de março de 1963.

Fiz o curso na Escola Técnica Federal, que é hoje o Cefet, e o curso de Contabilidade. Trabalhei dois anos no Sebrae, até 1982. Trabalhei na área técnica contábil na Cáritas Brasileira, uma instituição da Igreja Católica, de 1988 a 1992. Depois, entrei como referencial do projeto chamado El Niño no Piauí, criado em 1997, um trabalho preventivo da seca, de construção de cisternas para captação de água de chuva. Em 2003, fui chamada pelo governo para instalar um Programa Nacional de Convivência com o Semi-Árido, que priorizou a construção de cisternas, porque foi considerada uma tecnologia apropriada para combater o período da estiagem. A água da barragem de Petrônio Portela, situada na Serra da Capivara, município de São Raimundo Nonato, foi distribuída pelas adutoras para 11 municípios. As cisternas do Piauí chegaram, em 2006, a uma barreira de 20 mil cisternas em todo o Estado, atendendo a uma média de 100 mil pessoas em toda a região semi-árida. Soubemos da premiação do Sistema Barraginhas, em Minas Gerais, pela Fundação Banco do Brasil, uma obra simples, que capta água de chuva numa perspectiva de infiltração na terra, evitando a evaporação e mantendo o solo irrigado. Além de potencializar a produção, o sistema contribui para a melhoria da água no subsolo e, como resultado final, para o fortalecimento das próprias bacias. Por isso, o governo do Piauí, com a intermediação da Fundação Banco do Brasil, difundiu essa tecnologia no semi-árido. É importante divulgar aquilo que dá certo, numa perspectiva de troca de saberes, para que possam surgir outros efeitos, como a mobilização social e a transformação de qualidade de vida //



nha/dia, levaria 60, 70 dias para ter esse contêiner formado.

A partir de 1997, foram feitas as primeiras exportações. Chegamos a 20 exportações, em alguns anos, o que já era fabuloso. Esse projeto ganhou visibilidade entre 1988 e 2003.

CADEIA PRODUTIVA DO CAJU

A Embrapa participou, em 2003, de uma competição de projetos da Fundação Banco do Brasil chamada Banco de Tecnologia Social. Nós apresentamos a proposta, participamos da competição, fomos finalistas e recebemos um prêmio. Buscamos uma parceria com a Fundação Banco do Brasil que viabilizava replicar a tecnologia da nossa minifábrica não só no Ceará, mas em todo o Nordeste. Naquela época, no Estado do Ceará existiam 105 fábricas, mas integradas com o nosso projeto apenas em torno de 20. O apoio financeiro e técnico da Fundação foi fundamental para que o projeto se estruturasse em nível regional. A partir de 2003, implantamos 50 fábricas de castanha, das quais 15 estão no Ceará, 15 no Piauí, dez no Rio Grande do Norte, cinco na Bahia e cinco no Maranhão. Além disso, o projeto pressupunha também a implantação de dez fábricas de pedúnculo de caju, distribuídas proporcionalmente nos cinco Estados, para a fabricação de doces, sucos e outros produtos. Em cada Estado, foi construída uma unidade central de comercialização que processa a castanha, faz a classificação, fabricação, embalagem e exportação.

A Fundação forneceu toda a infra-estrutura física, todos os equipamentos indispensáveis - computador, impressora, balanças digitais -, para a fabricação do produto. Todas as fábricas são iguais, com capacidade de processar uma tonelada de castanha por dia. Isso quer dizer que essas 11 fábricas, no período de 15 dias, são capazes de deixar um contêiner pronto, ou seja, 17 toneladas de amêndoas para exportação. O Brasil se destaca atualmente nesse agronegócio em pelo menos três Estados do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, o que corresponde a 95% da produção nacional. Nesses Estados, a amêndoa da castanha, produto do agricultor familiar, é exportada para o mundo todo.



A Fundação coloca o equipamento; a Embrapa faz a capacitação tecnológica; o Sebrae, a capacitação de gestão, com o auxílio do Banco do Brasil, e a Conab fornece a visão de compra antecipada, que ela tem com o próprio Governo Federal. Como muitas de nossas fábricas ficam em área de assentamento, o Incra dá assistência técnica. Aliás, foi a única vez que a Fundação Banco do Brasil fez doação de custeio para as fábricas. Notamos que, além da pesquisa, do pesquisador e da tecnologia, existe o produtor, que é aquele que vai fazer parte do processo, não só na implantação, mas até colocar tudo em funcionamento, com suas próprias pernas. Vejo tudo isso com uma satisfação muito grande.

REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Desde 2003, algumas tecnologias sociais são reaplicadas pela Fundação Banco do Brasil. As tecnologias sociais do Banco de Tecnologias Sociais reaplicadas pela Fundação são:

1. Barraginhas - construção de pequenas barragens contentoras de enxurradas.
2. Hortas Comunitárias - objetiva a produção de alimento por meio de hortas comunitárias em periferias urbanas.
3. Saneamento Básico na Área Rural - substitui as chamadas fossas negras das propriedades rurais, através de fossas sépticas biogestoras, que tratam os dejetos humanos.
4. Programa Água Doce - reaproveitamento do rejeito de dessalinizadores no semi-árido. A água retirada do subsolo, com alto teor de sal, é tratada no dessalinizador, para consumo humano, e os resíduos seguem para os tanques, nos quais estão os camarões e peixes para engorda. O restante da água salobra irriga a planta erva-sal que, misturada a outras plantas forrageiras, é usada como ração para caprinos.
5. Incubadoras de Cooperativas - objetiva a produção de alimentos em periferias urbanas.

Jorge Streit



Ao lado: Jorge Streit,
conversa com trabalhadores
da cooperativa de
catadores de papelão

Nasci em 12 de maio de 1961, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Meu pai era comerciante e tinha um posto de gasolina. Um dia, ele decidiu vender tudo e mudar para a Amazônia. Fomos a convite de um irmão dele que já morava na região Norte do Brasil. Levamos 14 dias do Rio Grande do Sul até Rondônia. O nosso destino era a cidade de Ariquemes, a uns 200 quilômetros de Porto Velho, onde as primeiras casas ainda estavam em construção. Naquela época, o governo oferecia terras e financiamento bancário para os colonos da região Sul que quisessem se estabelecer nos Estados de Pará, Mato Grosso e Rondônia. Quando chegamos, em 1978, meu pai recebeu terras para plantar e formar fazenda, mas eu não cheguei a trabalhar com ele, porque entrei, em 1979, no Banco do Brasil.

CARREIRA BANCÁRIA EM RONDÔNIA

Iniciei minha carreira bancária no Banco do Brasil, quando eu estava concluindo o Ensino Médio, em Rondônia. Fiz parte da primeira turma de funcionários de uma agência recém-inaugurada, que começou com 12 funcionários e chegou rapidamente a 110 funcionários. A carga horária era muito pesada. Ficávamos, às vezes, até as 2 da manhã e, no outro dia, entrávamos às 7 horas. Não tinha sistema, não tinha computador. Tudo era manual. Então você imagina uma agência abrir em dois anos 30 mil contas! Financiamento e cadastro para todo mundo! Um só produtor tinha três, quatro, cinco financiamentos. Tudo era via malote, máquina de escrever, máquina mecânica de lançamento de contabilização...

Entre como escriturário e fui auxiliar de supervisão. Fui nomeado supervisor depois que passei no concurso interno do Banco de nível básico para superior. Trabalhei um bom tempo como Tesoureiro do Banco. Depois fui para Porto Velho assumir a Diretoria do Sindicato Estadual dos Bancários, que formamos em Rondônia. Com as grandes greves de 1985, 1986, 1987, a minha situação no Banco ficou insustentável e resolvi me afastar.



NA GERÊNCIA DO BANCO

Eu voltei para o Banco do Brasil, em 1988, desvinculando-me temporariamente dos movimentos sociais. Para compensar a desatualização profissional, aconselhado por um colega, fiz aproximadamente 12 cursos na Agência Presidente Dutra. Depois disso, assumi cargo na Gerência do Banco.

Comecei a entender de crédito para investimento. Fui para a sala do empreendedor para trabalhar com microempresa, cooperativas e associações, além de incentivar o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER. Não tinha quem tratasse de crédito para setor informal, camelô, ambulante, feirante, cooperativas de trabalho. Voltei-me para essa nova área do Banco. Trabalhei junto com o Sebrae para fazer parcerias e incentivar a capacitação desses pequenos empresários. Criamos a Empresa Júnior com as universidades. Logo em seguida, fui chamado para assumir uma carteira de pessoa jurídica e trabalhei com média empresa; em 2003, o Jacques de Oliveira Pena, que estava no comando da Fundação Banco do Brasil, me chamou para assumir a Diretoria chamada RENDA. Não imaginava sair de Rondônia, onde eu vivia há mais de 20 anos, mas resolvi aceitar o desafio e rumei para Brasília.

TRABALHO COM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

A área de RENDA estava estruturada só com recursos de terceiros e com recursos do Ministério do Trabalho. A Fundação não tinha uma lógica própria em relação ao Programa Trabalho e Renda e estava muito subordinada ao que era determinado no convênio com o Ministério. Não havia uma inteligência interna, uma política própria na Fundação. Em 2003, houve uma decisão administrativa, dentro do Conselho da Fundação, de que uma parte do orçamento seria direcionada para tornar as comunidades autônomas do ponto de vista econômico, por meio de ações de trabalho e renda. Na verdade, a decisão foi



AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Algumas ações na Geração de Trabalho e Renda buscam contemplar o desenvolvimento local em várias iniciativas que congregam mais cadeias produtivas. Nas regiões do Nordeste e em Minas Gerais, existem os projetos que, em sintonia com o Programa Fome Zero, pretendem atacar as causas da fome, permitindo acesso à alimentação e promovendo a autonomia dos envolvidos, entre os quais destacam-se: 1) o Projeto Berimbau, desenvolvido em comunidades situadas no litoral norte da Bahia, envolvendo agricultura familiar, pesca, artesanato, criação de pequenos animais, além de alfabetização de adultos, cursos de informática e incentivo à permanência na escola, envolvendo oito comunidades e mais de 7 mil pessoas, com as parcerias da Costa do Sauípe, Previ e instituições locais; e 2) o Projeto Urucuia Grande Sertão, que envolve as ações de desenvolvimento sustentável em comunidades próximas ao Rio Urucuia, com foco nas cadeias produtivas de fruticultura, artesanato, mandiocultura, apicultura e turismo, no noroeste de Minas Gerais. A iniciativa atende mais de 4 mil pessoas, em parceria com o Sebrae, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e instituições locais.

tomada a partir da motivação do Programa Fome Zero, mas sem o caráter assistencial das medidas do Governo Federal. A Fundação buscava ações estruturantes, de criação de alternativas econômicas. Iniciamos a atuação em algumas atividades produtivas junto ao Banco, nos setores de IDH mais baixos da sociedade.

Para a Fundação, trabalhar com cooperativas, associações e comunidades foi um grande nó, porque havia um pressuposto de que quem quisesse recurso precisava ter condições de atender aos requisitos da Fundação. Essa é uma lógica que prevaleceu durante muito tempo. Mas as comunidades que realmente queremos beneficiar não têm condições mínimas para isso. Foi necessária uma mudança de paradigma. Os técnicos da Fundação se dispuseram a ajudar na construção dos projetos, dando orientações básicas aos interessados. Esse processo complexo exigiu uma rede de parcerias na área de Trabalho e Renda da Fundação Banco do Brasil, da qual fazem parte a Petrobras, a Embrapa e o Sebrae.

SUBIDA DE PATAMAR

O setor de reciclagem de materiais foi uma feliz idéia dessa gestão, porque nós escolhemos uma atividade para atuar com o excluído urbano. Construímos um relacionamento com mais de 90 cooperativas e associações de catadores no Brasil todo. Nesse período, nós já investimos cerca de R\$ 10 milhões em cooperativas e associações de catadores, para comprar equipamentos, caminhões, máquinas, equipamentos para transformar ou vender esses materiais, como prensas, balanças, ou ainda para ter mais condições de aumentar a produção. Só aqui no Distrito Federal nós já doamos quatro caminhões para associações e cooperativas.

Demos um grande salto de patamar na cadeia dos recicláveis. Em Minas Gerais, temos uma experiência junto com a Asmare. Nós estamos construindo uma unidade industrial de processamento de plásticos na reciclagem. Há uma rede de 11 associações e cooperativas da Grande Belo Horizonte. Elas formam uma rede e todas as associações vão levar o plástico para lá, onde vai ser processado. Há alguns anos, os catadores eram moradores de rua. Depois desse

programa, passaram a ter domínio de uma empresa social de médio ou grande porte, dando um salto dentro da cadeia produtiva a ponto de estar industrializando materiais.

No Distrito Federal, tem uma cooperativa que se chama Coopativa. Apesar das precárias condições da cooperativa, a Fundação decidiu apoiá-la. No início, eram 150 famílias acampadas, numa ocupação irregular, que eram despejadas mês sim, mês não, pela Sivilsol ou pela Polícia Militar. Sem endereço, sem nenhuma referência, a Coopativa tinha apenas o Estatuto dentro de uma pasta. Em 2004, a partir da conversa que tivemos com o Presidente da cooperativa, chegamos à conclusão de que existia uma incidência de doenças muito grande por não ter água ou por consumirem água contaminada. Diante disso, nós instalamos um sistema de água dentro do cerrado, uma caixa de água de 20 mil litros. Como resultado, a incidência de doenças foi muito reduzida. Depois, doamos um caminhão para eles. O Jacques esteve presente no dia da entrega e ficou impressionado com aqueles barracos de papelão. Eles já conseguiram um terreno. A Fundação vai ajudá-los a construir um galpão. Isso significa que eles estão fazendo uma passagem para uma condição melhor de vida. É muito gratificante saber que a Fundação fez uma transformação na vida de algumas pessoas. Toda atuação da Fundação Banco do Brasil deve provocar reflexões internas em outras instituições do Governo, porque nós fazemos “das tripas coração” para vencer barreiras internas, que existem nas instituições, nas grandes estruturas, com o objetivo de atender com celeridade determinadas situações. Fazer convênio com associações e fundações é um processo tão demorado que, muitas vezes, a comunidade se dissolve, porque o apoio não veio na hora certa.



// Meu nome é Hamilton Souza Silva. Eu nasci em São Luís do Maranhão, em 10 de dezembro de 1955. Em 6 de outubro de 1981, ingressei no Banco do Brasil, em Guajaramirim, Rondônia. Assumi, em 1987, a função de Auxiliar de SETOP (Setor de Operações), na agência de Sobradinho. Eu era conhecido como fiscal do Banco. Como já existia um convênio da Fundação Banco do Brasil com o Banco, uma vez que as agências são condutoras dos projetos, eu pegava o processo, verificava o que a Fundação estava financiando, fazia as vistorias e os laudos para remeter à Fundação. O fiscal do Banco é o elo de ligação entre o Banco, o cliente e o empreendimento. Essa lógica de fazer vistorias nos empreendimentos que o Banco financia faz parte também da lógica de trabalho da Fundação Banco do Brasil. Entre 2005 e 2006, trabalhei na Fundação com os projetos chamados Barraginhas. É uma reaplicação de tecnologia da Embrapa e Sete Lagoas, desenvolvida pelo doutor Luciano Cordoval, um engenheiro Agrônomo que sistematizou uma tecnologia de recuperação de solo e também de retenção de água. Com a Fundação Banco do Brasil aprendi a ser uma pessoa mais sensível às realidades do nosso país **//** .

José Aparecido Gonçalves



Eu me chamo José Aparecido Gonçalves, mas sou conhecido como Cido. Sou natural de Ipameri, em Goiás. Quando eu terminei o ensino médio, fui para Uberlândia, prestei um concurso para a Prefeitura Municipal de Uberlândia e adquiri minha autonomia financeira. Comecei como Auxiliar de Escritório e cheguei à Tesouraria. Em 1979, larguei tudo e fui ser frade franciscano, morando numa periferia da cidade que não tinha água nem luz, no meio de uma comunidade bastante pobre, com um grupo de frades que eu conheci na igreja.

EXPERIÊNCIA COM OS TRABALHADORES RURAIS

Fiz adesão à vida franciscana. Fui para uma cidade do interior, onde dei aula numa escola pública e experimentei o trabalho de bóia-fria. A partir daí, comecei a organização desses trabalhadores rurais, assalariados do campo, criando uma oposição sindical. Fizemos uma primeira ocupação de terra no Pontal do Triângulo. Fomos extremamente reprimidos. Chegou um momento em que a ordem nos impôs uma escolha: ou vocês ficam com a ordem franciscana ou ficam com o movimento social. Deixei a ordem em 1989 e assumi o trabalho da Comissão Pastoral da Terra. Tornei-me coordenador da CPT da região, organizando os cortadores de cana, os apanhadores de café e de algodão, enquanto organizava o Movimento dos Sem-Terra para as ocupações. Viemos a Brasília para fazer uma ocupação do Congresso Nacional, de modo a garantir a liberação da terra. A Cáritas Brasileira nos apoiou, e aí eu conheci o Padre Marino, coordenador nacional da Cáritas, que me convidou para criar o regional da Cáritas Brasileira em Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

NO SUBMUNDO DOS CATADORES DE BELO HORIZONTE

Chegando em Belo Horizonte, conheci uma religiosa, a irmã Maria Cristina Bove Roletti, que fazia um trabalho muito interessante com a população de rua e os catadores de materiais recicláveis. Os catadores eram os sujeitos que perderam tudo, mas que transformam o que a sociedade descarta num instrumento de preservação da própria vida. Foi aí que eu me aproximei da realidade tanto dos moradores de rua, quanto dos catadores de Belo Horizonte. Nós percebemos que o lixo e

Ao lado, acima: cooperada da Asmare no centro de triagem da entidade. Belo Horizonte, MG, s.d.

Abaixo: os trabalhos artesanais feitos com material reciclável, além de contribuírem para a preservação do meio ambiente, também geram trabalho e renda

as pessoas eram tratados da mesma forma. O que nós conseguimos fazer pelos catadores foi mostrar a importância do trabalho deles. Primeiro, eles resgataram a auto-estima, depois a cidadania, e os seus direitos foram negociados com a Prefeitura. Depois de dois anos de intervenção, conseguimos organizar um núcleo de catadores, na região central de Belo Horizonte. Em maio de 1990, depois de uma série de mobilizações, nós fundamos a Asmare - Associação dos Catadores de Papel e Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte.

VALORIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A Asmare foi fundada com 20 catadores. Nós entramos com os catadores numa área que pertencia à Rede Ferroviária e constituímos ali um núcleo de resistência, que, hoje, é a sede da Asmare, consequência de uma articulação dos catadores de São Paulo, a Copamare. Os catadores de São Paulo mostraram que era possível viver de forma diferente, incentivando os catadores de Belo Horizonte a criar a sua própria associação. Em 1993, os catadores passam a ser aliados da prefeitura, que estabeleceu um convênio financeiro para a manutenção dessa infra-estrutura. A Asmare conta hoje com 250 associados.

PROJETO DA CIDADE

A Asmare não é só um projeto dos catadores, mas um projeto da cidade, porque conseguiu estabelecer com a comunidade uma forma prazerosa de discutir uma questão que ninguém gosta de discutir: o lixo. Além disso, foi um instrumento fortíssimo na criação de uma nova consciência na geração dos resíduos e na política dos três Rs: reutilizar, reaproveitar, reciclar a coleta seletiva. A Asmare tem uma rede de 9 mil pessoas. O seu grande trabalho foi estabelecer uma nova forma de diálogo com a coletividade, ganhando visibilidade. Para isso, faz teatro, festival, mobilização na rua, carnaval de rua e, com isso, criou uma nova consciência ecológica na cidade de Belo Horizonte, no Estado e talvez no país.

BAR RECICLO

Resolvemos montar o Bar Reciclo: um galpão, com uma decoração toda feita de materiais recicláveis e samba, porque o batoque sempre foi um instrumento de resistência do povo da rua. Hoje o Reciclo é um *point* da vida noturna de Belo Horizonte, e nós recebemos um prêmio da revista *Veja* no ano passado como a melhor casa de música ao vivo. Todo mundo que vai lá sabe que a casa pertence à Asmare. Agora vamos inaugurar na zona sul o Reciclo 2.





PARCERIA COM A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Nesses últimos quatro anos, a Fundação tem exercido um papel muito interessante no fortalecimento das experiências de tecnologias populares, chamadas de tecnologias sociais. A Fundação Banco do Brasil levantou a experiência da Asmare e percebeu que ali tinha uma tecnologia altamente sustentável. Ela nos convidou a sistematizar nossa metodologia para que se disseminasse com mais velocidade em Minas Gerais e no país. Essa experiência das tecnologias sociais da Fundação trabalha com o conceito de domínio de cadeias produtivas. A Fundação veio com a proposta de ampliar nossa parceria, para que pudéssemos construir, com os catadores organizados de materiais recicláveis, o domínio da cadeia produtiva no setor de reciclagem, colocando em operação uma unidade de processamento do plástico. Chegando ao processo da industrialização, os catadores, produtores de matéria-prima, vão agregar no mínimo 200% sobre o ganho. O grande salto que a Fundação viabiliza é a constituição de políticas públicas de fomento, para que eles possam ir além de meros fornecedores dessa matéria-prima. A Fundação Banco do Brasil, nesses últimos tempos, vai muito além de financiamento a projetos. Eu vejo nos técnicos da Fundação um interesse muito grande em fortalecer as cadeias produtivas. Eu aprendi com a Fundação que é possível ir além do sonho. Ela nos faz crer que, onde tem participação e organização, é possível concretizar ideais, transformando-os em projetos, em infraestruturas concretas, em processos produtivos possíveis.

CADEIAS PRODUTIVAS

A atuação da Fundação Banco do Brasil na área de Geração de Trabalho e Renda tem por instrumento as cadeias produtivas alinhadas com os propósitos do Programa Fome Zero. O objetivo é promover a inclusão social por meio da inserção econômica de pequenos produtores, em cadeias produtivas, na articulação de parcerias e pelo incentivo a empreendimentos solidários e sustentáveis. Desde 2003, a Fundação atua em iniciativas de intervenção nas cadeias de produção: instalação e recuperação de minifábricas de caju, no Nordeste; Tecnologia Alternativa da Borracha (Tecbor), para a produção de folhas de borracha de alta qualidade, por seringueiros na Amazônia; Pescado Mandacaru, de reaproveitamento de água salgada para a criação de camarão, peixe e ração para animais, no semi-árido; Recicláveis, geração de renda nas associações de catadores de lixo em grandes cidades; Apicultura, criação de uma unidade industrial de processamento do mel; Artesanato, fortalecimento da organização dos artesãos, em associações e cooperativas; Mandiocultura, implantação de unidades industriais para produção de fécula; Fruticultura Tropical, implantação de unidades de beneficiamento e congelamento para a produção de sucos, polpas, amêndoas e castanhas de frutas tropicais; Mamonocultura, incentivo ao plantio da mamona para a produção de biodiesel; Ovinocapricultura, para melhorar a produtividade e a oferta dos produtos de caprinos.

// Eu sou Maria de Belém Rodrigues Dias. Nasci em Belém do Pará, em 26 de setembro de 1958. Fiz o concurso do Banco do Brasil e passei para trabalhar na Vila Pacau, onde existe o Projeto Agroaçuareiro Abraão Lincoln com uma unidade do Banco. Fui, em seguida, para Capitão Poço, onde comecei minha carreira. Depois de quatro anos, consegui transferência para Belém. Passei sete anos também dentro do setor interno no Banco, na SEASEC, hoje GEREL. Trabalhava na área de Vendas do Banco e na área de Seguros. Nós, funcionários do Banco, em Belém, criamos uma creche. Atendemos 60 famílias. Chama-se Projeto Reviver Creche Betinho, que atende crianças de três a sete anos. Conseguimos fazer um convênio com a Fundação Banco do Brasil e com o Senar, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Colocamos 18 mil pessoas em sala de aula para serem alfabetizadas, na Ilha de Marajó. Em outro momento, o Senar, o governo do Estado e a prefeitura promoviam uma grande ação social com o Banco do Brasil, que tirava certidão de nascimento, carteira de identidade, e as pessoas passavam a existir. Depois, entrávamos com o Pronac, o Trabalho e Renda, que era a questão do Programa de Agricultura Familiar. No ano retrasado, fizemos convênio com a Secretaria de Pesca e o Sesi. Foram 16 mil pescadores em sala de aula. O Desenvolvimento Regional Sustentável é uma nova estratégia de negócio do Banco do Brasil, que trabalha a cadeia produtiva. O nosso problema é o gargalo da comercialização. Começamos desde a alfabetização se a comunidade tem um índice muito alto de analfabetos. Não damos o peixe para aquela comunidade, mas a estrutura para que possa pescar. Para mim, é a saída do Brasil. A nossa Fundação não se preocupa só com a questão de aprovar projetos. Ela se preocupa também com a educação, com a criança e com a cultura de um povo **//**.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Banco do Brasil, em parceria com o Governo Federal, elaborou uma estratégia de atuação com foco em Desenvolvimento Regional Sustentável, baseada no tripé viabilidade econômica, justiça social e adequação ambiental. A força motriz da ação do Banco do Brasil é a “concertação”, em que são integrados os esforços de agentes das esferas federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos meios político, empresarial e religioso, entre outros, em prol de ações que permitam um salto de qualidade nas condições de vida e nos indicadores de desenvolvimento locais. A metodologia da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) tem início pela sensibilização dos funcionários. Até o momento, mais de 1.200 pessoas já foram treinadas. As outras etapas são: escolha da atividade a ser apoiada, em conjunto com a comunidade; formação da equipe de trabalho; diagnóstico; elaboração de plano de negócios; análise; implementação; monitoramento e avaliação. As áreas foram priorizadas em função do baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Em parceria com governos, empresas, universidades, cooperativas, ONGs, sindicatos e associações, mais de 16 mil empreendedores foram beneficiados e 120 planos de negócios DRS foram aprovados, com recursos superiores a R\$ 47 milhões.

NÓS APOIAMOS

Elenelson Honorato Marques

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística



Nasci em Castanhal, no Estado do Pará, no dia 26 de fevereiro de 1958. Trabalhei no Banco do Brasil de 1973 a 1975 como Menor Estagiário em Serviços Gerais. Em 1997, através de concurso, ingressei como

Escriturário. A imagem mais antiga que tínhamos da Fundação Banco do Brasil era de que representava o braço social do Banco, mas, realmente, eu não tinha a real dimensão do que era feito pela instituição. É uma satisfação muito grande estar trabalhando agora na Fundação, porque os recursos para investimento social têm crescido a cada ano, o que tem a ver com o próprio governo federal. É uma instituição focada em inclusão social quando o contexto conspira a favor. Na minha área, trabalhamos para dotar a instituição de instrumentos de gestão. O dever de casa de nossa diretoria é deixar a instituição mais sólida e segura para o futuro. Nesses últimos anos, temos um volume maior de recursos para aplicar na atividade-fim, vivemos um boom da instituição. E, por isso, é gratificante trabalhar exatamente nesse momento.

Edvaldo S. de Souza

Gerente de Divisão de Gestão de Pessoas e Infra-Estrutura



Eu era Gerente do Banco do Brasil lá em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, quando passei no processo seletivo para a Diretoria de Gestão de Pessoas da Fundação Banco do Brasil. Trabalhei

nessa área importante, que atua para que a estratégia da organização seja implementada e bem-sucedida. Para isso, devemos escolher pessoas que se encaixam em determinado perfil, ou que detenham as competências de que a Fundação necessita. Desenvolvemos também nos funcionários as competências necessárias para uma maior eficiência no trabalho. O funcionário da Fundação Banco do Brasil tem motivação para lidar com questões sociais e competência técnica para analisar os projetos sociais. Na verdade, uma questão deve fazer sempre parte da nossa reflexão: “Por que é que existe a Fundação Banco do Brasil?” Quem trabalha na Fundação deve ter sempre presente a sua missão, agindo para a redução das desigualdades sociais do país, de modo a construir uma sociedade mais fraterna e justa. Que os nossos projetos se solidifiquem e se sustentem.

Antônio Henrique Flores Silveira

Ex-Gerente de Divisão de Tecnologia da Informação



Meu nome é Antonio Henrique Flores Silveira. Nasci em Belo Horizonte, a 14 de setembro de 1969. Em 1993, passei em terceiro lugar no concurso para o Banco do Brasil no Estado do Tocantins.

Vim para a Fundação Banco do Brasil em 2004 e, dentro do processo de evolução da Fundação, nós temos também o desafio tecnológico, que é alavancar, propiciar, gerar instrumentos modernos que possibilitem a gestão e o acompanhamento eficiente dos projetos sociais. O desafio tecnológico da Fundação, hoje, é dotar todos os seus projetos sociais de instrumentos que permitam o acompanhamento de gestão efetiva dos seus projetos, tanto de gestão financeira como de gestão de resultados sociais. A Fundação atende a uma parte das carências do Brasil. Eu tenho muito orgulho de participar dessa atuação, de trazer ao cidadão brasileiro cidadania, respeito próprio, dignidade. A Fundação trabalha para isso e eu sou uma pequena parcela desse trabalho.

Claiton José Melo

Gerente de Divisão de Comunicação e Mobilização Social



Meu nome é Claiton José Melo. Eu nasci em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Entrei no Banco do Brasil em 1982, como Menor Auxiliar de Serviços Gerais.

Prestei concurso em

1987 e, em 1999, em busca de novos desafios, fui trabalhar na Fundação Banco do Brasil, o que difere muito do Banco do Brasil, porque o negócio da Fundação não é ganhar dinheiro, mas fazer ação social. É emocionante quando você consegue identificar que um projeto aconteceu e transformou a realidade. É muito gratificante ver a alegria e o envolvimento das comunidades, o quanto a vida de muitas pessoas se modificou por causa daquela intervenção, cujo protagonista foi a Fundação Banco do Brasil. Uma palavra-chave que faz parte da nossa missão e de nosso posicionamento institucional é articulação. O papel que a Fundação desenhou no último período, a partir de 2003, foi o de buscar construir uma organização que alinhe e dê pontos em algumas possibilidades de construir mudança social.

José Climério Silva de Sousa

Gerente de Divisão de Finanças e Controladoria



Sou nascido e criado em Brasília, na época da pós-revolução. Ingressei no Banco do Brasil em 1979, através de um programa que o Banco possuía à época,

chamado Menor Aprendiz. Em 2004, fui escolhido num processo seletivo para ser responsável pela Diretoria Financeira da Fundação. Passei a trabalhar numa instituição do terceiro setor, atuando em três vertentes: finanças, controladoria e controles internos, de modo a prover a Direção da Fundação com informações relevantes. Para que os projetos ocorram, dependemos muito da rede de agências do Banco do Brasil, que são como os braços da Fundação. Então, a minha área entra muito nessas negociações com o Banco para refinar procedimentos, porque somos uma empresa que tem um banco e, ao mesmo tempo, somos uma instituição com mais de 3 mil escritórios em todo o país! A Fundação Banco do Brasil é um instrumento poderoso de transformação, mas o ideal é que não houvesse necessidade de existir agentes de transformação como ela.

Mário Pereira Teixeira

Gerente de Núcleo



Trabalhar no Banco do Brasil era realizar um sonho de infância. Assumi em Santa Inês, no Maranhão, no ano de 1981. Mas a minha experiência não seria completa se eu não tivesse a oportunidade, muito

gratificante, de trabalhar na Fundação Banco do Brasil. É uma grande família, com um senso muito grande de solidariedade e de companheirismo. Eu considero a Fundação uma instituição extremamente importante para o país, na medida em que ela propicia a inserção social de comunidades em exclusão ou em risco de exclusão. Sua atuação é importante também pela complementação das políticas públicas que o governo não pode implementar em todos os lugares. Por isso é uma instituição de relevância extrema para o Brasil. Fazer parte de uma equipe que tenha essa missão, essa finalidade, é motivo de orgulho e de extrema satisfação para mim e para minha família.

LINHA DO TEMPO

1973

> Criação do FIPEC (Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica) do Banco do Brasil.

1981

> Criação do FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário) do Banco do Brasil.

1983

> O Presidente do Banco do Brasil, Camillo Callazans de Magalhães, encaminha a proposta de criação da Fundação Banco do Brasil, com a perspectiva de ampliar a função social do banco.
> Aprovado o projeto de instituição da Fundação Banco do Brasil.

1986

> Primeiro aporte de recursos financeiros do Banco do Brasil à Fundação Banco do Brasil.
> É aprovado o Estatuto da Fundação Banco do Brasil.

1987

> Repasse de verbas, via FIPEC, à Fundação do

Fígado, para o Programa de Transplante de Fígado do Brasil.

> Segundo aporte de recursos financeiros do Banco do Brasil à Fundação Banco do Brasil.
> Aprovada a reforma do Estatuto da Fundação Banco do Brasil.
> Registro no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, do Estatuto da Fundação Banco do Brasil.
> Terceiro aporte de recursos financeiros do Banco do Brasil à Fundação Banco do Brasil.

1988

> Aprovado o Regimento Interno da Fundação Banco do Brasil.
> A Fundação recebe do Banco do Brasil a importância de Cz\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzados), ao amparo da Lei nº 7.505/86 (Lei Sarney), destinada à aplicação em projetos culturais.
> Toma posse e se reúne pela primeira vez o Conselho Técnico da Fundação Banco do Brasil.
> É firmado convênio entre a Fundação e o Banco do

Brasil para viabilizar a operacionalização dos novos serviços.

1989

> Aprovado o projeto Vídeo-Escola, que, utilizando aparelhos de TV e videocassete, objetivou auxiliar o processo de alfabetização, sobretudo em regiões mais carentes do país.
> A Fundação Banco do Brasil deferiu 741 projetos.

1990

> A Fundação redireciona o atendimento a projetos de balcão, para atender prioridades elegidas anualmente.
> Como consequência do esforço fiscal decorrente do Plano Collor, há retenção de cerca de 80% da verba recebida pela Fundação através da Lei Sarney.
> A Fundação apóia 187 projetos, 245 planos de desenvolvimento comunitário integrado e 141 créditos complementares.

1991

> A Fundação alcança a marca de 1.445 comunidades assistidas.
> Definida a nova identidade

visual da Fundação Banco do Brasil, através do Programa de Identidade Visual, que buscava apresentar ao público solidez, admiração, segurança, dinamismo, modernidade, seriedade e a garantia do Banco do Brasil.

1992

> Em função das denúncias de desvio de finalidade, a Fundação passa por uma intervenção na administração.
> Após a turbulenta crise política que atinge o país todo com o *impeachment* do Presidente Collor, a Fundação Banco do Brasil reavalia os projetos que já haviam sido deferidos e retoma a gestão do FUNDEC.

1993

> Tem início a estruturação de uma nova filosofia de atuação, em que a Fundação propõe a criação de programas e projetos de sua própria iniciativa.

1994

> 69% dos projetos deferidos foram concentrados em quatro grandes focos: Projeto Bandas, FUNDEC, Programa

CNEC e Ação em Prol da Cidadania.

- > Aprovado o novo Estatuto da Fundação Banco do Brasil.
- > Aprovação do trabalho de planejamento estratégico, com o objetivo de criar condições de melhor atuação da Fundação Banco do Brasil.

1995

- > Com o propósito de divulgar sua imagem junto à opinião pública e a potenciais beneficiários, a Fundação inicia a implantação de um programa de identidade institucional, de forma a criar seu próprio sistema visual, adequando-a aos padrões do Banco do Brasil.
- > A Fundação suspende o atendimento a projetos de balcão, com o objetivo de elaborar uma reestruturação de sua atuação.
- > A Fundação Banco do Brasil compra dois andares do Edifício Number One para utilizar como sede.
- > O Programa Homem do Campo torna-se diretriz de atuação para o ano de 1996.

1996

- > Sai a primeira edição do jornal *Viva Voz*.
- A Fundação Banco do Brasil completa dez anos, tendo ajudado mais de 20 mil projetos, movimentando aproximadamente R\$ 600 milhões.
- > A Fundação Banco do Brasil se muda para o prédio Number One, em Brasília.
- > É substituído o sistema de balcão pela atuação por meio de programas e projetos específicos, realizados pela própria Fundação Banco do Brasil.
- > A Fundação Banco do Brasil começa a atuar na restauração do patrimônio histórico, utilizando recursos da Lei de Incentivo à Cultura.

1998

- > A Fundação se associa ao GIPE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), com o intuito de aprimorar sua atuação no Terceiro Setor.
- > A Fundação Banco do Brasil é condecorada com a Ordem do Mérito Cultural pelo Presidente do Banco do Brasil.
- > A Fundação Banco do Brasil movimentou R\$ 69 milhões em auxílio

para uma realização superior a 1.800 projetos, nas mais diversas áreas: saúde e educação de segmentos carentes da população, capacitação para o trabalho e ações de incentivo à cidadania.

1999

- > A Fundação inicia um processo de reavaliação estratégica, no qual busca estreitar laços com o Banco do Brasil e possibilitar que sua atuação seja ampliada e mais difundida.

2000

- > A Fundação Banco do Brasil, por meio de uma pesquisa, buscou conhecer a atuação dos funcionários do Banco, ativos e aposentados, no desenvolvimento de atividades sociais voluntárias, com o objetivo de implementar um programa específico para coordenação dessas ações.
- > O novo jornal *Agente Social* busca aproximar a Fundação Banco do Brasil dos funcionários do Banco.
- > A Fundação, por meio do Banco e de suas mais de 2.800 agências, é a maior rede de operacionalização de ações sociais do Brasil.

2003

- > A Fundação articula ações com o Conselho Operativo do Programa Fome Zero (COPO), voltado para geração de trabalho e renda.

2005

- > Por ocasião dos 20 anos de atuação da Fundação Banco do Brasil, é realizado o 1º Seminário Nacional - A Fundação Banco do Brasil na Geração de Trabalho e Renda. O seminário buscou avaliar as ações desenvolvidas pela Fundação na área e produzir subsídios para a atuação em 2006.

2006

- > Discutida a adequação da estrutura organizacional da Fundação com sua implementação prevista para 2007.
- Aprovado o Planejamento Estratégico do biênio 2007-2009, cuja principal diretriz consiste no aprofundamento da atuação da Fundação no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania que envolve os seguintes projetos: Desenvolvimento Local e Territorial Sustentáveis, Reaplicação de Tecnologias Sociais e Cadeias Produtivas.

BIBLIOGRAFIA

BETO, F. (org.). *Fome Zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

COMUNICARTE. *Banco de tecnologias aplicadas ao desenvolvimento social. Relatório da consultoria (julho - agosto de 2000)*. Pasta: Banco de Tecnologias Aplicadas ao Desenvolvimento Social - Antecedentes - GEOPE I (Diversos). Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2000.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL E MOSTRA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. São Paulo: Anhembi, de 17 a 20 de novembro de 2004. *Catálogo*.

CONGRESSO NACIONAL. "CPMI - Causas e dimensões do atraso tecnológico". *Relatório final*. Presidente: Senador Mario Covas - PSDB-SP, Relatora: Deputada Irma Passoni - PT-SP. Brasília, 1991. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br>>

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. "Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social". In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, pp. 15-64.

DIÁLOGO de Fundações, Redes Sociais, Governo Brasileiro e Banco Mundial. 21 a 23 de fevereiro de 2005. Folheto.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Fundação Banco do Brasil: a luta contra o dragão da pobreza*. Novembro de 2003.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *O valor da transformação*. Agosto de 2005.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. "Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social". In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: 2004, 117-133.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Caderno de debate: tecnologia social no Brasil. Direito à ciência e ciência para a cidadania*. São Paulo: ITS, novembro de 2004.

PASSONI, I. Cidadania em C, T&I: uma mudança de paradigma. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL - 2000

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL - 2001

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL - 2002

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL - 2003

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL - 2004

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL - 2005

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1990

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1991

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1992

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1993

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1994

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1996

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1997

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1998

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - 1999

RELATÓRIO FINAL DA CPMI: CAUSAS E DIMENSÕES DO ATRASO TECNOLÓGICO (1991). *Parcerias Estratégicas*, número 15, outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br>>



Projeto Café
com Floresta,
desenvolvido pelo
Instituto Ipê,
premiado no 3º
Prêmio Fundação
Banco do Brasil
de Tecnologia
Social. Pontal do
Paranapanema,
SP, 2005

CRÉDITOS

CONCEPÇÃO - FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Presidente

Jacques de Oliveira Pena

Diretor-Executivo de Desenvolvimento Social

Francisco de Assis Machado dos Santos

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística

Elenelson Honorato Marques

Gerente de Divisão de Parcerias, Articulações e Tecnologia Social

Luís Fumio Iwata

Assessora Sênior

Maria Helena Langoni Stein de Melo

Agradecimentos

Jacy Afonso de Melo

Josefa Santos Silva

Leandro Guerise

Silvia Pacheco

Centro Cultural Banco do Brasil

EXECUÇÃO - MUSEU DA PESSOA

Direção

Karen Worcman
José Santos
Márcia Ruiz

Desenvolvimento Institucional e Comunicação

José Santos Matos
Carla da Nóbrega

Programa de Memória Institucional

Cláudia Fonseca

Assistente

Isaac Deluca Patreze

Coordenação do Projeto

Cláudia Leonor

Pesquisa

Aurélio Araújo
Eliete Silva
Tatiana Dias
Leonardo Ferreira

Assistente de Produção

Alisson Mori
Juliana da Rocha Seixas

Transcritores

Ana Lúcia Queiroz
Anabela Almeida Costa e Santos
Augusto César Mauricio Borges
Carlos Sampietri
Caroline Luciane Carrion
Écio Gonçalves da Rocha
Fernando Amaro Mendes Neto
Gustavo Prudente
Lívia Oushiro
Luani Guarnieri Bueno
Lúcia Helena do Nascimento
Marcelo Cintra de Souza
Maria da Conceição Amaral da Silva
Michelle de Oliveira Alencar
Patrícia Garrafa
Pedro Ramos de Toledo
Raquel Martins Reis
Suely Aguilar Branquilha Montenegro
Susy Ramos
Thais Biazioli de Oliveira

Programa Conte sua História

Erick Krulikowski

Captação de Depoimentos

Eduardo Pinto
André Leite dos Santos
Gabriel Costa Monteiro
Anderson Paschoalini

Apoio Operacional

Keli Cristina Garrafa dos Santos
Leandro Augusto Valsechi

LIVRO

Edição

Kok & Martins

Revisão

Sílvia Balderama

Projeto Gráfico

Didiana Prata - Prata Design

Diagramação

Prata Design - Mariana Henriques, Monah Nina Ribeiro,
Didiana Prata

Produção Gráfica

GFK Comunicação

Créditos das Imagens

Acervos

Acervo Fundação Banco do Brasil - págs. 2,3, 5, 6, 31 (f. 1), 37, 43, 70, 71, 73, 75, 77, 80, 83, 86 (f. 1/3), 87, 93, 95, 97, 100 (1) 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 116, 119, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 135, 138 (f. 3/4), 139, 141, 143, 146, 147, 149, 150, 157

Acervo Arquivo Histórico - Centro Cultural Banco do Brasil - págs. 10, 13, 14, 15, 16, 18 e 19

Acervo Museu da Pessoa - págs. 27, 41

Acervo AABB Comunidade de Brasília - pág. 86 (f. 2)

Acervo pessoal dos entrevistados - págs. 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31 (f. 2), 33, 36, 38, 40, 42, 44, 46 (f. 2/3/4/5), 49, 51, 54, 55, 56, 58, 61, 63, 66, 78, 81, 86 (f. 4), 89, 90, 94, 98, 100 (f. 2), 103, 106, 111, 115, 121, 127, 131, 136, 137, 138 (f. 1/2), 141, 145, 149

CEDOC do Sindicato dos Bancários de Brasília - págs. 46 (f. 1), 47, 52, 53, 57

Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação de São Luís - pág. 39

Fotógrafos

Araquém Alcântara - Capa

André Leite dos Santos - pág. 12

Emiliano Capazoli Biancarelli - pág. 100 (f. 3)

Marlene Bergamo/Illumina - págs. 59, 65

Márcia Zoet/Illumina - págs. 21, 26, 28, 31 (f. 3), 32, 34, 36 (f. 1), 38, 40, 44, 45, 48, 50, 51, 55, 60, 62, 64, 67, 68, 69, 72, 76, 79, 81, 82, 84, 85, 88, 91, 92, 96, 99, 102, 106, 109, 110, 114, 117, 118, 120, 122, 123, 126, 128, 130, 134, 140, 142, 144, 147, 148, 151, 152, 153, 2ª capa, 3ª capa

Ricardo Zuraski/Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul (SC) - pág. 35

Roberto Michel/Acervo do Projeto CRIOSSOLOS - págs. 25, 30

Este livro foi composto na fonte
Interstate e impresso em offset,
sobre papel 100% reciclado,
da Cia. Suzano de Papéis.

São Paulo, novembro de 2007.



